

EMPODERAR



NA ADOLESCÊNCIA!

SCIENTIFIC MAGAZINE

 .online



Scientific Magazine

SCIENTIFIC MAGAZINE-,
Ano: XXI , V. 15. -nº 133/- 2021- São Paulo. SP.

Publicação contínua
E-mail: scientificmagazine@hotmail.com
ISSN: 2177-8574
Versão online
Resumo português
Resumo inglês

Anual: 2006-2008. Semestral: 2009-2016.
Quadrimestral: 2017- Mensal: 2018

Modo de acesso:
<http://scientificmagazine.com.br/>

A SCIENTIFIC MAGAZINE (On-line)

Registro no ISSN: 2177-8574.
A fim de cumprir com a periodicidade contínua
corresponde ao Ano XIII, nº 133/Julho/ 2021.

As opiniões emitidas nos textos publicados são de
responsabilidade de seus respectivos autores.
de pareceristas *ad hoc* e consultores sobre
compreensibilidade, sendo publicada
ininterruptamente desde 2006

DIRETORES

Prof. Ms. Mauricio Furlanetto
Prof. Dr. Jonas Ferreira Soutto

SECRETÁRIOS/EDUCACIONAIS

Ms. André Luís
Ms. Francisca Lira Schummer

ORGANIZADORES

Fabiana Catellan Erich
Walmir Chagas
Luiz Carlos Fabian

Revisão:
Joel Farias Pettiere
Angela Costa Filage
Marcondes Ferreira Lopes

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Rubens Ranzinny
Aparício Francis Ribeiro



DOI: 10.29327/218457

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Paulo César Ribamar Martins
Prof. Dr. Fabio Marques Barros
Prof. Dr. José Contenatto
Prof. Dr. Luiz Paulo Barbosa
Prof. Dr. Marcos Silvestre Trivellato
Prof. Ms. Demetrio Casanova Mamani
Prof. Ms. Fábio Sabino de Sousa
Prof. Ms. Jair Pereira da Cruz
Profª Ms. Mara Cristina da Conceição
Profa. Doutoranda Rosana Erenice X. da Silva Lucas
Profa. Dra Paula Lerner Marques
Profa. Dra. Maria Antônia Costa Pereira

CONSELHO CIENTÍFICO INTERNACIONAL

Profa. Dra. Lemert Hernandez Paz
Profa. Esp. Juliana Luz Rodrigues
Profa. Dra. Pilar Castillo
Profa. Dra. Llena Sánchez
Profa. Dra. Ivet García Dussel
Profa. Dra. Esther Muñoz Carriego

COMISSÃO CIENTÍFICA

Profa Esp. Andressa Ferreira Costa
Profa Esp. Sidileide Gomes De Campos
Profa Esp. Neide Aparecida Barbosa
Profa Esp. Claudia Fernandes Ferreira
Profa Esp. Débora Fernandes Fontes
Profº. Esp. Joelson dos Santos Pereira
Profa Esp. Elisabete Rodrigues Pereira
Profa Esp. Rozimeire Rocha de Araújo
Profa Esp. Fabiana de Araújo Vilas Bóas Santos
Profº. Rafael de Oliveira Silva
Profa Esp. Jaqueline Priscila dos Santos
Profa Esp. Maria das Vitória dos Santos Henriques
Silva
Profa Esp. Lucélia Nunes da Silva
Profa Esp. Luciane da Silva Oliveira Figueiredo
Doutorando Paulo Candido Damasceno
Profº. Dr. Edival Dan
Profª. Dra. Yara de Figueiredo Dan
Mestranda Juracy Martins Figueiredol
Mestranda Jacqueline da Silva
Profª. Mestranda Jaqueline Neves de Oliveira Corrêa
Profa Esp. Livice Gomes Oliveira Santos
Med. Thamires Emanuella Teodoro Corrêa
Bel Leandro Araújo Vieira
Bel. Lurie Amarante Neves

SUMÁRIO

AS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS (HQs) NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM	12
Andressa Ferreira Costa	12
Sidileide Gomes De Campos	12
Neide Aparecida Barbosa.....	12
Claudia Fernandes Ferreira	12
ASPECTOS LÚDICOS NA PERSPECTIVA DA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO	30
Débora Fernandes Fontes.....	30
Joelson dos Santos Pereira	30
A IMPORTÂNCIA DOS GÊNEROS DIGITAIS PARA O ENSINO DA ARTE	45
Elisabete Rodrigues Pereira	45
Rozimeire Rocha de Araújo	45
Fabiana de Araújo Vilas Bôas Santos.....	45
Rafael de Oliveira Silva	45
ENSINO DA MATEMÁTICA PARA CRIANÇAS EM IDADE PRÉ-ESCOLAR	52
Jaqueline Priscila dos Santos.....	52
Maria das Vitórias dos Santos Henriques Silva.....	52
Lucélia Nunes da Silva	52
Luciane da Silva Oliveira Figueiredo	52
OS IMPACTOS DA COVID 19 E O PAPEL DA RESPONSABILIDADE SOCIAL NO FUTURO	65
Paulo Candido Damasceno.....	65
Edival Dan.....	65
Yara de Figueredo Dan.....	65
Juracy Martins Figueiredol	65
EMPODERAMENTO E AUTONOMIA, UMA ESTRATÉGIA CONTRA A GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA	89
Jaqueline Neves de Oliveira Corrêa	89
Livice Gomes Oliveira Santos.....	89
Thamires Emanuella Teodoro Corrêa	89
Leandro Araújo Vieira.....	89

DA TEORIA À PRÁTICA: AS ESTRATÉGIAS ACADÊMICAS, EPISTEMOLÓGICAS E FORMATIVAS PARA A COMPETÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO	101
Dr. Edival Dan	101
Yara Figueiredo Dan	101
Juracy Martins Figueiredol	101
Jacqueline da Silva	101
ABORDAGEM EPISTEMOLÓGICA: SUA IMPORTÂNCIA NO PLANO DE NEGÓCIOS EMPREENDEDOR PARA DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA	116
Paulo Candido Damasceno.....	116
Yara Figueiredo Dan.....	116
Jacqueline da Silva	116
Juracy Martins Figueiredol	116
PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE: IMPACTOS AMBIENTAIS DECORRENTES DOS LIXÕES	135
Paulo Candido Damasceno.....	135
Edival Dan.....	135
Yara Figueiredo Dan.....	135
Juracy Martins Figueiredol	135
PSICOPATIA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O PERFIL CRIMINOLÓGICO	161
Lurie Amarante Neves	161

AS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS (HQs) NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

Andressa Ferreira Costa¹

Sidileide Gomes De Campos²

Neide Aparecida Barbosa³

Claudia Fernandes Ferreira⁴

RESUMO

As Histórias em Quadrinhos (HQs), contribui de diversas maneiras na educação e no ensino da matemática pois, além de divertir, esse gênero literário também pode fornecer subsídios para o desenvolvimento da capacidade de análise, interpretação, reflexão, estimulando a criatividade a imaginação e despertando o interesse matemático nos alunos. Nesta perspectiva, este trabalho apresenta uma pesquisa com a utilização de Histórias em Quadrinhos (HQs) na qual se buscava motivar os alunos durante as aulas de Matemática. A monografia contou com a participação dos alunos do período vespertino da 8ª série do ensino fundamental, da Escola Estadual e Ensino Fundamental e Médio Ministro Petrônio Portella Nunes, localizada no distrito de São Jorge Município de Tangara da Serra – MT, no qual foram observadas as dificuldades dos alunos, e constatado que o estudo das HQs em sala de aula faz com que os alunos sintam mais atração pelo que está sendo ensinado durante o ensino da matemática. No entanto, é fundamental que os professores conheçam diversas possibilidades de trabalho e construam sua própria prática em sala de aula.

Palavras-chaves: Lúdico. Histórias em Quadrinhos.

ABSTRACT

Comic Books (Comic Books) contribute in several ways to education and teaching of mathematics because, in addition to entertaining, this literary genre can also provide subsidies for the development of the capacity for analysis, interpretation, reflection, stimulating creativity, imagination and awakening the mathematical interest in students. In this perspective, this work presents a research with the

¹ Licenciatura Plena em Química - Instituto Federal de Mato Grosso - IFMT. Tecnólogo em Investigação Forense e Perícia Criminal - ESTÁCIO DE SÁ; Pós-graduação: Ensino de Química - FAVENI.

² Licenciatura Plena em Pedagogia - Faculdade Superior de Ribas do Rio Pardo. Pós-graduação: Educação Infantil e Séries Iniciais - Faculdade FAPAF.

³ Graduação: Licenciatura Plena em Pedagogia - Centro Universitário Filadélfia - UNIFIL; Plena em Letras -Português/Espanhol-FAVENI; Licenciatura Plena em Educação Especial - FAVENI; Pós-graduação: AEE-Atendimento Especializado Educacional Educação Infantil e Alfabetização.

⁴ Licenciatura Plena em Matemática - Universidade do Estado de Mato Grosso UNEMAT; Licenciatura Plena em Pedagogia - FAVENI; Licenciatura Plena em Educação Especial - FAVENI; Pós-graduação: Ensino da Matemática -Universidade do Estado de Mato Grosso -UNEMAT; Gestão Escolar (Administração, Supervisão, Orientação e Inspeção) - FAVENI; Pedagogia Empresarial, Educação Especial e Inclusiva - FAVENI.

use of Comics (Comic Books) in which it was sought to motivate students during Mathematics classes. The monograph had the participation of students from the afternoon period of 8th grade of elementary school, from the State School and Elementary and High School Minister Petrônio Portella Nunes, located in the district of São Jorge, municipality of Tangara da Serra - MT, in which students' difficulties were observed, and it was found that the study of comics in classroom makes students feel more attracted to what is being taught while teaching mathematics. However, it is essential that teachers know about different work possibilities and build their own practice in the classroom.

Keywords: Playful, Comics

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho buscou a partir de uma experiência já vivenciada desenvolver estratégias de ensino da matemática no cotidiano dos alunos, ou seja, motivá-los usando a história em quadrinhos como ferramenta auxiliar no processo de ensino e aprendizagem de alguns conceitos matemáticos.

Para a construção dessa prática foram utilizadas atividades com aprofundamentos nos conceitos aplicados no ensino fundamental, tais como: potenciação, radiciação, proporção, pares ordenados e semelhanças de triângulo, conteúdos capazes de evidenciar o caráter construtivo e investigativo da matemática pelos alunos, partindo do pressuposto que essa metodologia diferenciada contribui muito para facilitar o processo de ensino da matemática na 8ª série do ensino fundamental.

Sendo esta uma proposta diferenciada de ensino nesta escola, fizemos uma avaliação a partir de observações em sala de aula, aplicação de atividades complementares, relatos dos alunos e o conhecimento prévio dos alunos também foi considerado, pois faz parte do processo de motivação no estudo da matemática.

Este trabalho foi conduzido de maneira a utilizar os gibis como um elemento educacional, para difundir conhecimentos matemáticos no ambiente escolar e contribuir para a formação social do indivíduo. Contou com a participação dos alunos do período vespertino da 8ª série do ensino fundamental,

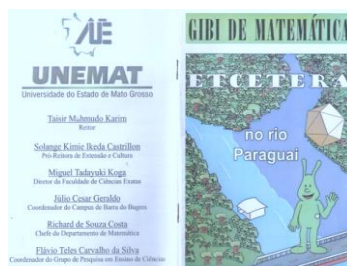
da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Ministro Petrônio Portella Nunes, localizada no distrito de São Jorge Município de Tangará da Serra - MT, na qual foram observadas as dificuldades dos alunos, e constatado que o estudo das histórias em quadrinhos em sala de aula faz com que os alunos sintam mais atração pelo que está sendo discutido durante o ensino da matemática. Para tal, é fundamental que os professores conheçam diversas possibilidades de trabalho e construam sua própria prática em sala de aula.

2. ANÁLISE DA APLICAÇÃO DA HISTÓRIA EM QUADRINHO ((HQs) NAS AULAS DE MATEMÁTICA

O primeiro “gibi de matemática” denominado o “ETCETERA NO RIO PARAGUAI”, tem como personagem principal um ET e contou com a participação de cinco escolas, sendo duas estaduais, duas municipais e uma particular, aplicados no primeiro semestre de 2005 no Município de Barra do Bugres - MT., no qual a capacidade de compreensão e expressão de conceitos científico-matemáticos tiveram uma importância fundamental durante a linguagem oral e/ou escrita dos conteúdos abordados nas HQs. Em cada escola foi trabalhado somente com uma turma da 8ª série do ensino fundamental, e as atividades elaboradas no gibi durante a aplicação no Município de Barra do Bugres - MT, foram o quebra-cabeça, curiosidades matemáticas, construção do icosaedro com materiais lúdicos, além da produção da história, na qual as questões matemáticas e pedagógicas eram analisadas e reformuladas conforme o enredo.

Essa HQs, também envolveu conteúdos de outras áreas de conhecimento, como ciências naturais (ciências, química, física), geografia (localização, ambiente), português (expressões e linguagem). Esta foi a História em Quadrinhos utilizada na realização desta pesquisa, aplicada na 8ª série do ensino fundamental da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Ministro Petrônio Portella Nunes, localizada no Distrito de São Jorge no

Município de Tangará da Serra – MT, na qual foram aplicados somente os conteúdos matemáticos presentes nesse gibi de matemática.



Em virtude do sucesso do desenvolvimento do projeto Gibi de Matemática, resolvemos verificar os resultados de uma aplicação do Gibi, intitulado **“ETCETERA NO RIO PARAGUAI”**, em um ambiente diferenciado e numa nova situação, ou seja, se trata de uma escola inserida em uma nova realidade social em relação ao projeto mencionado e agora atuando como professora titular da turma.

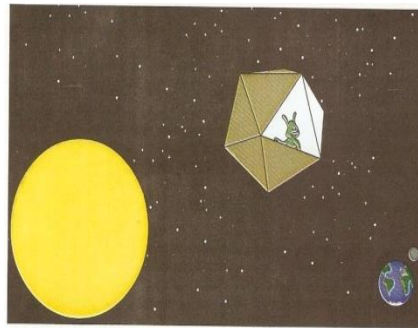
No intuito de despertar o interesse e aumentar o raciocínio lógico-matemático dos alunos da 8ª série do ensino fundamental do período vespertino da Escola Estadual de ensino Fundamental e Médio “Ministro Petrônio Portella Nunes”, localizada no Distrito de São Jorge Município de Tangará da Serra –MT, entre outubro e dezembro de 2007, desenvolvemos as atividades da HQs **“ETCETERA: NO RIO PARAGUAI”** (anexo1), na qual foram desenvolvidos alguns tópicos de matemática do Ensino Fundamental.

A HQs selecionada apresenta uma grande variedade de ideias matemáticas para que cada aluno possa perceber a realidade de uma forma mais ampla que a cotidiana, possibilitando uma integração maior entre outras áreas de conhecimento. Busca interdisciplinarmente, encaminhar o aluno a perceber no decorrer da trama, a presença da matemática como elemento base no avanço das outras ciências.

A principal intenção da utilização das HQs foi verificar que essa nova metodologia de ensino em um outro ambiente cultural pôde realmente motivar o aluno de tal maneira que ele conseguisse compreender os conceitos matemáticos presentes no gibi de matemática.

Os conteúdos de matemática da HQs “ETCETERA: NO RIO PARAGUAI” selecionados para abordagem foram: Proporção; Radiciação; Potenciação, Plano Cartesiano e Geometria plana/espacial.

Na primeira página, o “gibi de matemática” traz relatos da 1ª ATIVIDADE: mostrando a chegada do Etcetera ao Planeta Terra, no qual ele explora a distância entre o sol e a Terra. Nesse momento exploramos as medidas inacessíveis, ou astronômicas, estabelecendo relações entre unidades de medidas quando trata de se percorrer certa distância em determinado tempo, relacionando com a proporcionalidade.



A velocidade da luz (300.000 Km/s), ou seja, é capaz de viajar do sol a Terra numa distância de 150.000.000 km em aproximadamente 8,5 minutos.

$$a) \frac{150.000.000km}{300.000km/s} = 500s, \text{ nessa divisão foi simplificado a unidade de } \mathbf{km}$$

restando somente a unidade s (segundos), e essa medida de tempo de 500s foi transformada em minutos.

$$b) \frac{500s}{60s} \cong 8,5s, \text{ foi utilizado a medida de tempo em minutos.}$$

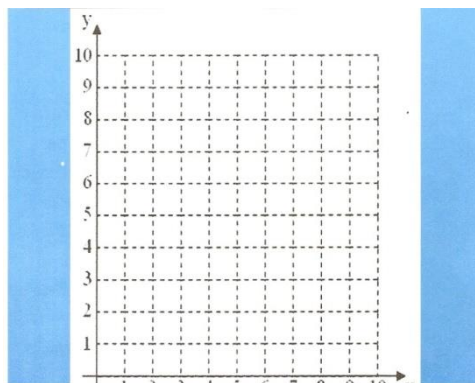
Durante esta análise dois alunos acrescentaram:

Primeiro: “Professora, essa atividade pode ser desenvolvida utilizando a regra de três simples”?

Segundo: “Professora porque temos que usar minutos ao invés de segundos”?

Entendemos ser uma interessante observação dos alunos, pois realmente essa atividade poderia ser solucionada utilizando a regra de três simples. Destacamos então a existência de mais de uma maneira de solucionar a atividade. Discutimos que realmente é mais fácil se trabalhar com minutos ao invés de segundos, porque é mais corriqueira sua utilização nas situações de tempo que nos são apresentadas. Assim ao estabelecer essa relação a turma ficou empolgada ao descobrir que o Etcetera podia viajar a uma distância de 150.000.000 km em aproximadamente 8,5 min.

A **2ª Atividade** (páginas 3 e 4), apresenta o plano cartesiano, no qual a partir dos pares ordenados cada aluno construiu a réplica da nave do Etcetera que segundo a história, foi danificada ao cair no Rio. A resolução das atividades conduz à formação dos pares ordenados. São dadas condições ao aluno para poder rever conceitos e desenvolver habilidades em resolver operações como radiciação, potenciação, produtos notáveis e frações.



Os alunos resolveram em grupos cada expressão matemática, que correspondia ao pares ordenados (x,y) , para em seguida serem identificados no plano cartesiano. Para encontrar os pares cada aluno resolveu as seguintes atividades no caderno:

Localize no plano acima os seguintes pares ordenados:

1º par: $x = \sqrt{25}$ $y = (-2)^0$	7º par: $x = (3^6)^{2/3}$ $y = (\sqrt{144}) - (2)^3$
2º par: $x = (4^2 - 3^2) - (2)^2$ $y = \sqrt[3]{64}$	8º par: $x = 3(-6-14)/(-\sqrt{900})$ $y = (28/4)^{1/3} \cdot (1/3)^0$
3º par: $x = (2+3)^1$ $y = (1/3 \cdot 3)^1 + [(4 \cdot 1/2) \cdot (1/2 \cdot 8)]$	9º par: $x = 2\sqrt[4]{6} + 6/6$ $y = \sqrt{625} + (-2)^3 - 10$
4º par: $x = 2^1 + \sqrt{3^3 - 2}$ $y = \sqrt{32 \cdot 2} - (\sqrt{2^2})^2$	Ligue os pontos na seguinte ordem: 1,6,8,3,5,7,1 8,5 6,7 8,2 2,9 9,4 4,5 3,9
5º par: $x = (-8)[(\sqrt{2})^2 - (\sqrt{3})^2]$ $y = (1/7)^{-1}$	
6º par: $x = (9 - 4\sqrt{5})(9 + 4\sqrt{5})$ $y = (-4)^2 + (2)^3 - (4 \cdot 5)^1$	

1º par (5,1)

$$x = \sqrt{25} = 5$$

$$y = (-2)^0 = 1$$

2º par (3,4)

$$x = (4^2 - 3^2) - (2)^2 = (16 - 9) - 4 = 3$$

$$y = \sqrt[3]{64} = 4$$

3º par (5,9)

$$x = (2 + 3)^1 = 5$$

$$y = (1/3 \cdot 3)^1 + [(4 \cdot 1/2) \cdot (1/2 \cdot 8)] = 1 +$$

$$[2 \cdot 4] = 1 + 8 = 9$$

4º par (7,4)

$$x = (2)^1 + \sqrt{27 - 3} = 2 + \sqrt{25} = 2 + 5 = 7$$

$$y = \sqrt{64} - \sqrt{16} = 8 - 4 = 4$$

5º par (8,7)

$$x = (-8) \cdot [(\sqrt{2})^2 - (\sqrt{3})^2] = 8$$

$$y = (1/7)^{-1} = 7$$

6º par (1,4)

$$x = (9 - 4\sqrt{5}) \cdot (9 + 4\sqrt{5}) =$$

$$y = (-4)^2 + (2)^3 - (4 \cdot 5)^1 = 4$$

$$(81 + 36\sqrt{5} - 36\sqrt{5} - 16 \cdot 25) =$$

7º par (9,4)

$$x = (3^6)^{2/3} = (3)^{6 \cdot 2/3} = (3)^4 = 81$$

$$y = (\sqrt{144}) - (2)^3 = 4$$

8º par (2,7)

$$x = \frac{3 \cdot (-6 - 14)}{-\sqrt{900}} = \frac{3 \cdot (-20)}{30} = \frac{-60}{30} = -2$$

$$y = (28/4)^1 \cdot (1/3)^0 = 7$$

9 par (5,7)

$$x = \frac{24}{6} + \frac{6}{6} = 5$$

$$y = \sqrt{625} + (-20)^3 - 10 = 7$$

Durante a construção do plano cartesiano, percebemos que os alunos apresentaram certa facilidade em resolver as expressões algébricas e numéricas, e as dúvidas surgidas eram sanadas ao longo do processo de resolução com discussões em grupos.

Quando os alunos uniram os pontos com representantes dos pares ordenados no plano cartesiano com segmentos de reta, o resultado foi um gráfico que representava um icosaedro no plano, não era exatamente um poliedro de Platão, pois se tratava apenas de uma representação. Rapidamente os alunos perceberam que o intuito desta atividade era identificar a posição dos pontos no plano cartesiano, os eixos das ordenadas e das abscissas, pois assim se formara a figura geométrica que parecia com a nave do Etcetera que havia quebrado ao cair no Rio.

Na **atividade 3** (página 4), fazendo uso da atividade anterior, que se tratava de um poliedro de Platão no plano cartesiano, cada aluno pode desenvolver um pouco da visão espacial. Tiveram a oportunidade de construir a nave (icosaedro) com varetas, onde foram identificadas as: arestas, faces e vértices. Trabalhou-se com a relação de Euler presente neste poliedro regular, o icosaedro (poliedro de 20 lados). Para realizar esta construção foram necessários, 4 metros de linha, 30 pedaços de canudos de 10cm cada e uma agulha. Após sua construção os alunos perceberam que a nave construída apresentava apenas o seu esqueleto estrutural, desta forma evidenciou-se que os canudos iriam representar as arestas do icosaedro.

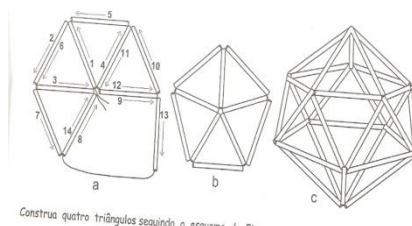


Construa a sua nave
com varetas:

Para realizar esta tarefa
necessário 4 metros de
linha, 30 pedaços de canudo
de 10 centímetros cada.
Para facilitar enfiar a linha
no canudinho, convém
utilizar grampo de cabelo
uma agulha grossa,
preferencialmente sem
ponta.

A geometria foi explorada quando cada aluno construiu o seu icosaedro a partir da manipulação com a utilização de canudos de 10 cm. Sua criatividade no momento da construção foi surpreendente além de formar o icosaedro e fazer a réplica da nave do Etcetera também construíram outras figuras geométricas como o tetraedro, cubo e outros.

Nesta atividade evidenciou-se um dos aspectos essenciais de nossa pesquisa, a motivação. Percebemos a desenvoltura dos alunos quando discutiam com maior ênfase, de como construir tal objeto, estimulando em vários aspectos a sua imaginação, pois se sentiram desafiados, até mesmo novas figuras entravam na discussão, e, portanto, a possibilidade de sua existência.



Nesta atividade, destacamos a fala de três alunos.

O primeiro: “Com a aula estamos aprendendo mais sobre diferentes formas de construção na geometria, muito legal com canudos. Através dela pude visualizar e compreender outras formas geométricas.”

O segundo: “Muito legal depois de construídos a nave do ET, o icosaedro ficou muito mais parecido com uma bola de futebol.”

O terceiro: “Professora, essa figura ficou apenas o esqueleto, ou seja, vértices e arestas para visualizar as faces temos que cobrir, não é?”

Realmente, foi uma importante observação dos alunos, principalmente do terceiro que relacionou o conteúdo estudado ao uso da HQs em aulas anteriores.

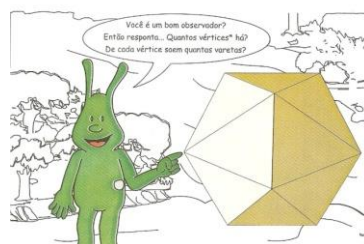
Nesse momento após a fala de um colega de sala, os alunos puderam a partir do objeto manipulável concluir que as faces do icosaedro construído não foram representadas, mas podiam ser somente imaginadas. Então, utilizamos folhas de papel pardo para cobri-lo a fim de que os alunos pudessem identificar com mais clareza as faces.

Alguns questionamentos surgiram na sala ao realizarem a **4ª atividade** (páginas 5 e 6), quando os alunos sem muita dificuldade apenas observando o seu objeto de construção, conseguiram responder as seguintes perguntas:

1. Quantas arestas ou varetas foram utilizadas? Foram utilizadas 30 varetas, o que equivale em 30 arestas.
2. Quantos vértices há? Existem 12 vértices, que são os pontos de encontro dos extremos dos canudos.
3. de cada vértices saem quantas varetas? Partem 5 arestas de cada vértices do icosaedro
4. E quantas faces há? Existem 20 faces

A relação de Euler foi abordada com os alunos, ou seja,

$$\text{Faces} + \text{Vértices} - \text{Arestas} = 2 ? \rightarrow 20 + 12 - 30 = 2 \text{ verdadeiros}$$



Na sequência das atividades alguns alunos, tiveram a curiosidade de verificar se realmente essa relação de Euler se verificava, e na observação de cada etapa da construção do objeto, chegaram nesta conclusão:

Para responder os 4 itens acima, um aluno comentou:

“Depois de termos construído a nave do ET, ficou muito mais fácil visualizar, as faces, vértices, arestas e também compreender essa relação”.

Esta observação do aluno foi um forte indício de que as ferramentas de manipulação por ele favorecem a compreensão de conceitos que vão além dos geométricos, pois este reage com o objeto e pode tirar suas próprias conclusões, testar suas hipóteses, verificar a veracidade acerca de inúmeras indagações que o objeto remete.

Na resolução da **5ª atividade** (página 7), que aborda o estudo dos triângulos, discutimos a presença desta importante figura geométrica em várias situações do nosso cotidiano. Entendemos que este fato foi rapidamente observado pelos alunos, em uma das falas dos alunos.

“Professora, as formas geométricas estão em todos os lugares. O que facilita compreender todo esse conceito”.

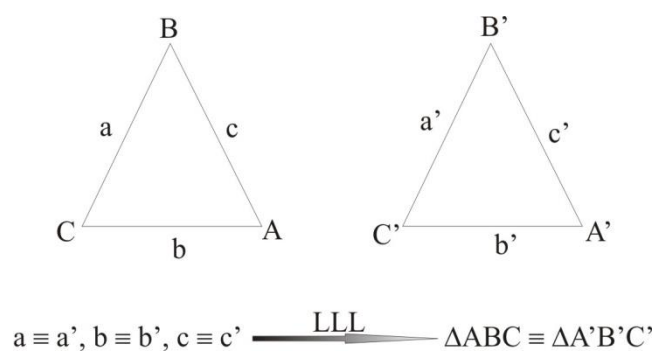
A turma foi dividida em grupos para responder as perguntas que estavam na HQs. Essas perguntas eram:

5. Cada face da nave lembra uma figura geométrica, qual é? Resposta: Triângulos.
6. Quantos triângulos a nave tem? Todos são semelhantes? Resposta: A nave possui 20 triângulos e todos são semelhantes.



Em grupos, os alunos exploraram os diversos tipos de triângulos em relação a seus lados, verificaram a existência de triângulos equiláteros, triângulos isósceles e de triângulos escalenos, e que também existem diferenças em relação aos ângulos presentes nos triângulos, ou seja, classificados como retângulo quando a medida de um de seus ângulos internos medir 90° , obtusângulo se a medida de um de seus ângulos internos for maior que 90° e também o acutângulo a medida de todos os seus ângulos internos forem menores que 90° . Trabalhamos com semelhança de triângulos simultaneamente com proporcionalidade.

Verificamos com os alunos que os triângulos existentes na nave eram semelhantes e congruentes, para depois definir os conceitos de semelhança e congruência entre triângulos. Trabalhou-se com os casos de congruência LLL (lado-lado-lado), LAL (lado-ângulo-lado), ALA (ângulo-lado-ângulo), e proporcionalidade no tratamento da semelhança. Para exemplificar, apresentamos o caso de congruência LLL (lado, lado, lado), presente na HQs em que dois triângulos ABC e A'B'C' são congruentes somente se, têm os três lados, respectivamente congruentes, é destacado no exemplo abaixo abordado em sala:



A fim de aprofundar o estudo dos triângulos exploramos a nave com a resolução da **6ª atividade** (página 9), com um tratamento especial partindo de um Quebra Cabeça do Teorema de Pitágoras, que consistia em oferecer um recurso visual ao aluno para compreender que a áreas dos dois quadrados formados com os lados menores do triângulo retângulo (catetos), têm a mesma área do quadrado formado com o lado maior do mesmo triângulo (hipotenusa). Fizemos essa atividade com recortes conforme o Anexo 1, obtendo assim as cinco

peças retiradas dos quadrados menores para tentar dispor todas as peças sobre o quadrado maior sem sobrepô-las. Esse exercício de desafio proporcionou uma maior descontração, desinibidos e motivados puderam brincar com a matemática, na qual toda turma participou.

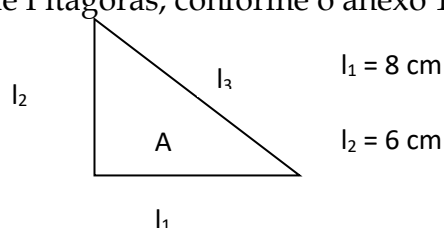


Nessa atividade um aluno disse:

“Com a utilização e montagem do quebra cabeça, foi possível visualizar todo o conceito sobre Teorema de Pitágoras de uma maneira descontraída”

O que o aluno comentou mostra que muitas vezes antes da algebrização (mostrar fórmulas desconexas) de certas propriedades matemáticas é importante familiarizar o aluno com as ideias matemáticas que envolvem o objeto que está estudando. Foi de certa forma visível após a montagem do quebra cabeça a compreensão do conceito do Teorema de Pitágoras pela turma.

Para realizar a 7ª **atividade** (página 10 e 11), os alunos construíram um triângulo A nos seus cadernos com as mesmas medidas obtidas no quebra cabeça do Teorema de Pitágoras, conforme o anexo 1. Vejamos abaixo o que obtiveram:



Durante essa construção um aluno acrescentou: “Professora, ao dividir em centímetro cada lado, percebemos que a soma dos quadrados das medidas de l_1 e l_2 é igual ao quadrado da medida de l_3 , pois se elevarmos ao quadrado a medida desses lados ficará: $l_1 = 8 \text{ cm} = (8\text{cm})^2 = 64 \text{ cm}^2$ $l_2 = 6 \text{ cm} = (6\text{cm})^2 = 36 \text{ cm}^2$ $l_3 = 10 \text{ cm} = (10\text{cm})^2 = 100 \text{ cm}^2$.”

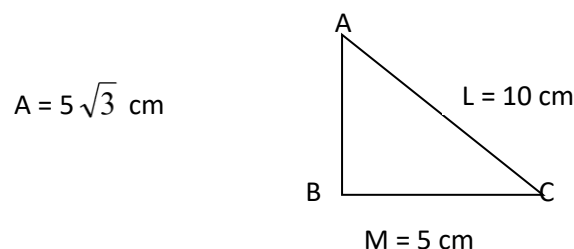
Ao construir esse triângulo percebeu a relação entre as dimensões encontradas, que $64 + 36 = 100$, ou seja, a relação pitagórica. Partindo desta atividade, nas próximas, os alunos aplicaram essa ideia na nave do Etcetera, como exercício de aplicação e fixação.

Para a 8ª atividade foram utilizadas as medidas da réplica construída, cujos lados dos triângulos das faces I (lado) da nave mediam 10 cm. No caderno, reconstruído o triângulo, perceberam que se tratava de um triângulo equilátero. Ao traçarem uma de suas alturas, viram a presença de dois triângulos retângulos, com um cateto medindo M , medida da metade do lado. A partir dessas informações os alunos foram incumbidos de calcular a altura desse triângulo. Fazendo menção do Teorema de Pitágoras, os alunos começaram a calcular.

Um importante passo foi quando chegaram à ideia do quebra-cabeça para realizar suas contas, tentando alinhar as ideias de maneira consistente a abstração, chegando a equacionar o problema da seguinte maneira:

$$10^2 = A^2 + 5^2 \rightarrow A^2 = 100 - 25 \rightarrow A = \sqrt{75} \rightarrow A = 5\sqrt{3}$$

Voltando ao quebra cabeça, com cada lado deste triângulo puderam formar quadrados, discutindo suas áreas, incluindo a área do triângulo ABC abaixo:



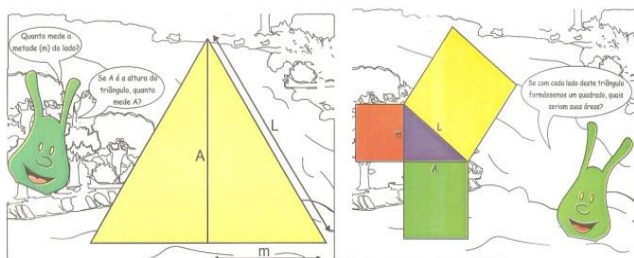
Nessa atividade os alunos não utilizaram material manipulável, somente conceitos de geometria. Dados $A = 5\sqrt{3}$ cm $M = 5$ cm $l = 10$ cm puderam verificar as seguintes medidas:

$A^2 = (5\sqrt{3})^2 = 75$ cm² área do quadrado formado com a medida da altura.

$M^2 = (5)^2 = 25$ cm² área do quadrado formado com a medida da metade da base.

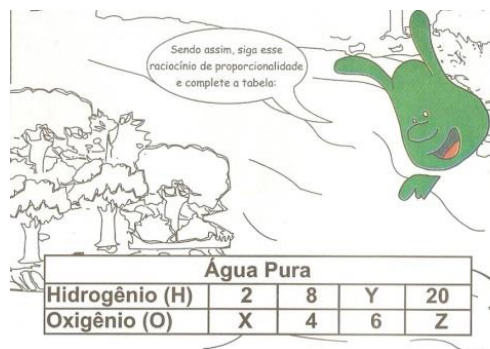
$l^2 = (10)^2 = 100$ cm² área do quadrado formado com a medida da hipotenusa.

Área do triângulo ABC: $A = \frac{B \cdot h}{2} = \frac{10 \cdot 5\sqrt{3}}{2} = \frac{50\sqrt{3}}{2} = 25\sqrt{3}$ cm²



Esta atividade proporcionou uma compreensão mais aguçada dos conceitos envolvidos quando faziam a relação entre o quebra cabeça e as operações realizadas. A capacidade de interagir, compreender e relacionar os objetos matemáticos foi muito mais importante no aprendizado que a mera reprodução de expressões algébricas, seguidas de exaustivas atividades de repetição, fato relevante nesta nossa experiência.

Na 9ª e última atividade, fazendo um paralelo interdisciplinar, tivemos como objetivo trabalhar o raciocínio de proporcionalidade dentro das ciências físicas e biológicas (CFB), fornecendo mais instrumentos de relação da matemática com as outras áreas. Buscando completar a tabela da página 15, tentaram resolver a atividade que se tratava de encontrar a fração correspondente de moléculas de hidrogênio e oxigênio:



A turma sem hesitar no processo de tentativa e erro buscou uma resposta, onde uns procuravam uma lei que regesse tal fenômeno, outros tentaram identificar uma sequência lógica, antes mesmo de identificarem-na como um problema de proporcionalidade.

Na sequência, aproveitamos o momento de motivação para rever o conceito de proporcionalidade. Não tiveram dificuldades em resolver os cálculos de proporção, uma vez que este assunto é frequente a partir da sexta série. Suas operações se resumiram nas seguintes expressões:

$$\frac{2}{x} = \frac{8}{4} \rightarrow x = 1 \qquad \frac{y}{6} = \frac{8}{4} \rightarrow y = 12 \qquad \frac{12}{6} = \frac{20}{z}$$

$$\rightarrow z = 10$$

Portanto temos que $x = 1$, $y = 12$ e $z = 10$

Água Pura				
Hidrogênio (H)	2	8	Y	20
Oxigênio (O)	X	4	6	Z
Molécula	3	12	18	30

Ficaram surpresos quando perceberam que podiam resolver um problema que envolvia análise da água do rio Paraguai pela proporção. Chegaram a conclusão de que na água pura a fração de hidrogênio é $\frac{\text{hidrogênio}}{\text{molécula}} = \frac{2}{3}$; e a fração

de oxigênio é $\frac{\text{oxigênio}}{\text{molécula}} = \frac{1}{3}$.



Pudemos desenvolver todas as atividades da HQs em sala de aula, que pela nossa observação tornou a aula mais descontraída e motivada para os alunos, e a dedicação na resolução de cada atividade aula-a-aula aumentava mais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dado o objetivo principal de desenvolver a motivação no ensino e aprendizagem da matemática pela HQs, o “ETCETERA: NO RIO PARAGUAI”, este trabalho ofereceu significativos passos no processo de construção de conhecimento destes alunos.

Todas as atividades propostas no gibi de matemática abordaram uma maneira diferente de interpretação durante o processo de resolução. Por esse motivo boa parte dos alunos alcançaram os objetivos esperados em cada atividade proposta. Pudemos verificar através dos relatos dos alunos e atividades desenvolvidas em sala que o processo interdisciplinar contribuiu na formação do pensamento matemático, raciocínio lógico, estimulou a imaginação, a criatividade e despertou o interesse pelas aulas de matemática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino de 5^a à 8^a série.** Brasília: MEC/SEF, 1998.

CARVALHO, João Bosco Pitombeira. **O que é Educação Matemática?** Temas e debates- SBEM/ Sociedade Brasileira de Educação Matemática, ano IV, nº. 3 p. 17-26 1991.

D'AMBRÓSIO. Ubiratan, **EDUCAÇÃO MATEMÁTICA: DA TEORIA À PRÁTICA**. Campinas, SP: Papyrus, 1996. 4ª edição (1998). (coleção Perspectivas em Educação Matemática).

DINIZ, Maria Ignez de Souza Vieira. **Uma visão do ensino de matemática**. Temas e debates- SBEM/ Sociedade Brasileira de Educação Matemática, ano IV, nº. 3 p. 27-30. 1991

FEIJÓ, M. **Quadrinhos em Ação: Um Século de História**. São Paulo: Editora Moderna, 1997.

GAERTNER, Rosinete; GOLLE, Perla. **A matemática e as histórias em quadrinhos: uma proposta de ensino para as séries iniciais do ensino fundamental**. VI encontro nacional de educação matemática. Universidade Federal do Vale do Rio do Sinos. São Leopoldo - Rio Grande do Sul - Brasil - 21 a 24 de julho de 1998. ANAIS.

MIGUEL, Antonio. **Potencialidades Pedagógicas da história da matemática**. Campinas - SP: Zetetiké, ano. 8 , 1997.

VERGUEIRO, Waldomiro. (orgs) **como usar as histórias em quadrinhos em sala de aula**. São Paulo: contexto, 2004.

SITES:

ARASHIRO, Paulo César A História das Histórias em Quadrinhos - Parte IV Disponível <http://www.centraldequadrinhos.com/v4/por%20dentro/Artigos/historia_hq04.htm > acessado 20/03/08

Ochaba/rw, Sabine. **1890: Primeira revista em quadrinhos**. Disponível em: <http://www.dw-world.de/dw/article/0,1564,834103,00.html> acessado dia 07/11/2007.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Histórias em quadrinhos e ensino: uma dupla cada vez mais dinâmica (2004)**. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/nucleos/njr/esprial/papiro20a.htm> 09/11/2007.

**ASPECTOS LÚDICOS NA PERSPECTIVA DA ALFABETIZAÇÃO E
LETRAMENTO**
**GAMES AND PLAY FOR THE DEVELOPMENT OF LITERACY AND
LITERACY IN THE EARLY YEARS**

Débora Fernandes Fontes⁵

Joelson dos Santos Pereira⁶

RESUMO

O presente artigo visa trabalhar com atividades que aprimorem a alfabetização e o letramento das crianças tendo em vista a importância e eficácia dos jogos, brinquedos e brincadeiras, o lúdico e o processo de aprendizagem, o papel do educador e a escolha dos brinquedos, jogos, brincadeiras e sua importância na aprendizagem. O presente estudo procura promover uma reflexão acerca da necessidade em se criar métodos de incentivo através de brincadeiras ao ensinar crianças, incentivando assim o raciocínio lógico e a imaginação. Método: estudo descritivo e exploratório com abordagem qualitativa. Os sujeitos da pesquisa são crianças de uma escola pública da cidade de Novo Brasil/GO. Os dados foram coletados no primeiro semestre de 2017 com a aplicação de um instrumento ilustrativo com nível de satisfação e submetidos à categorização. Resultados esperados: promoção de aprendizagem por meio de métodos lúdicos.

Palavras-chave: Educação, Métodos, Ensino, Brincadeiras.

ABSTRACT

This article aims to work with activities that improve the literacy and literacy of children in view of the importance and effectiveness of games, toys and toys, the playful and the learning process, the role of the educator and the choice of toys, games, games and their importance in learning. The present work seeks to promote a reflection on the need to create incentive methods through games when teaching children, thus encouraging logical reasoning and imagination. Method: descriptive and exploratory study with a qualitative approach. The research subjects are children from a public school in the city of Novo Brasil/GO. Data were collected in the first half of 2017 with the application of an illustrative

⁵ ⁵ Graduada em Letras pela Universidade Estadual de Goiás, UEG. Pós-graduada em nível de especialização na área de Alfabetização e Letramento, pelo Instituto Superior de Educação Ibituruna - ISEIB. Graduada em Pedagogia pelo Instituto Superior Albert Einstein - ISALBE. Bacharel em Direito pela Faculdade Cândido Rondon - FCR. E-mail: deboraffdireito@gmail.com.

⁶ ⁶ Graduado em Pedagogia pela Universidade de Cuiabá/Faculdades Integradas de Sorriso, UNIC /FAIS. Pós-graduado em nível de especialização em Distúrbios de Aprendizagem pela Faculdade São Braz (UNINA). E-mail: joelsonsantos1@hotmail.com.

instrument with a level of satisfaction and submitted to categorization. Expected results: promotion of learning through playful methods.

Keyword: Education, Methods, Teaching, Games.

1. INTRODUÇÃO

A escola é um ambiente no qual o indivíduo tem a oportunidade de crescer e ampliar os seus conhecimentos para que se possa ter um lugar considerável na sociedade. Acredita-se que um dos principais responsáveis por essa conquista é o professor que se apresenta com o papel fundamental na transmissão dos saberes. É ele que carrega o compromisso e a responsabilidade de esclarecer informações pertinentes que valerão para o futuro dos que fazem presença no ambiente escolar.

Diante dessa breve abordagem, faz-se necessário enfatizar que o presente estudo, visa apresentar de forma lúdica e diversificada conteúdos que são de suma importância para que o educador desempenhe a sua função fazendo com que o educando consiga alcançar de forma eficaz a alfabetização e o letramento até o 3º ano do Ensino Fundamental, fase esta em que a criança precisa ter esses subsídios consolidados.

Sendo assim, este estudo tem o propósito de instigar a aprendizagem proporcionando momentos de descontração por ser um tema que prende a atenção dos alunos de forma aprazível e interativa. Entende-se que esse momento, possibilita desenvolver anseios e desejos por intermédio de brincadeiras que de uma forma ou de outra fazem parte da realidade vivenciada pelos alunos, quer seja no ambiente escolar, quer seja fora dele, abrindo horizontes para o desenvolvimento físico, intelectual, emocional e cognitivo.

A realização dessa pesquisa oferece inúmeras descobertas, sendo que por meio de jogos e brincadeiras, a criança pode exercitar seu conhecimento verificando o que já sabe e inserindo em seu vocabulário assuntos que ainda não tinha conhecimento, os participantes podem colocar em prática aquilo que

carregam como experiências vividas em seu dia a dia, fazendo essa utilização no ambiente educacional.

É certo que todo jogo tem um objetivo, ele é considerado como uma forma de utilização que serve para instigar a aprendizagem de maneira natural, se transformando em algo divertido e interessante, sem fazer com que os alunos sejam obrigados a compreender determinado conteúdo conforme o que é apresentado pelas aulas tradicionais. Muitas vezes, isso é visto como um impedimento para que o aluno não consiga adquirir saberes necessários, sendo que este passa a ser considerado como um “fraco”, é nesse instante que os estudos passam a ser classificados como algo frustrante e desafiador.

A pesquisa realizada traz como objetivo geral: trabalhar com atividades que aprimorem a alfabetização e o letramento das crianças que cursam o Ensino Fundamental nas séries iniciais de uma escola pública da rede municipal de ensino. Desse modo, objetiva-se evidenciar que o uso de aspectos lúdicos é de suma importância para que se alcance o desenvolvimento pleno das crianças por intermédio de jogos que são levados para sala de aula em turma de alfabetização. Como objetivos específicos pretende ponderar os aspectos necessários para que se chegue a uma aprendizagem satisfatória devido à heterogeneidade existente em sala de aula; procurou identificar e diagnosticar os impasses sofridos por alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem, a fim de solucionar esses empecilhos enfrentados pelo mestre em sala de aula, alcançando o aprendiz, bagagens que servirão para os anos de estudos posteriores; procurou proporcionar aos alunos momentos de estudo por intermédio de jogos e brincadeiras que aprimorem o conhecimento dos mesmos; visa o aperfeiçoamento da alfabetização e do letramento dos estudantes que farão parte desse processo, saindo do método tradicional de ensino (Quadro/Giz), sendo este ato, visto como uma nova perspectiva para que se minimize o fracasso educacional e, por conseguinte, evite a evasão escolar.

O estudo justifica-se por contribuir não somente com a instituição escolar já referendada, como também, mostrar para os educadores a grande relevância

que é trabalhar com o lúdico em sala de aula para se alcançar os itens necessários que devem ser adquiridos em cada etapa do conhecimento – leitura, escrita e interpretação – contendo os requisitos essenciais que suprem problemas enfrentados por alunos que não tem o domínio eficaz desses elementos expostos.

Diante desses fatos, é válido buscar formas de incentivar o aluno para que ele se sinta motivado a aprender mais do que já sabe. É a partir dessa perspectiva que o professor precisa entrar em cena e desempenhar um bom trabalho voltado para a área da alfabetização e do letramento, pois entende-se que por via desses eventos, pode-se constatar resultados prazerosos.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E ASPECTO HISTÓRICO

Os atos de ler e escrever são uma das etapas mais importantes no crescimento de cada pessoa. Para que bons advogados, médicos e demais profissionais que exercem uma carreira de destaque chegassem a essas colocações, inicialmente tiveram que começar do básico, quer dizer, da leitura e da escrita (Da leitura para que pudessem aprender a ler qualquer tipo de texto, e da escrita, para escreverem qualquer palavra, frase e por fim texto). Nas fases iniciais do ensino, um dos primeiros itens que se trabalha em sala é com a alfabetização, o professor deve então alfabetizar o aluno, ou seja, ensiná-lo a ler e escrever. No início, essa tarefa não é nada fácil, leva algum tempo para que a criança comece a compreender as regras necessárias para uma boa aprendizagem, porém a alfabetização é um processo demorado que garante uma estabilidade duradoura.

A história da alfabetização se divide em quatro períodos, isto quer dizer que ela não é um fato recente, pelo contrário, existe desde a antiguidade. Para que a mesma se fortalecesse, foi preciso superar limites e barreiras com o intuito manter a sua existência nos dias atuais. Vale nesse momento apresentar os quatro períodos de transição desse método.

Nos primórdios esse processo de ensino começou na Antiguidade passando pelo advento da Idade Média, onde o recurso que se sobressaia era o da soletração. Em meados dos séculos XVI e XVII, inicia-se o segundo período, este é marcado pela rejeição da soletração, e assim procurou-se desenvolver um novo método voltado para atender os anseios da sociedade da época, é nessa fase que surgem as primeiras cartilhas. O terceiro momento teve seu princípio nos anos 80 por intermédio do surgimento da teoria da “Psicogênese da Língua Escrita”, foi um momento marcante, pois eclodiu à técnica de utilização dos sons da fala para desenvolver e aprimorar a escrita.

O quarto e último ponto sobre a história da alfabetização se dá nos dias atuais. Devido ao fracasso escolar presente hoje no Brasil, procurou-se desenvolver um método que viessem suprir as lacunas que os períodos anteriores não conseguiram. Assim surgiu a “Reinvenção da Alfabetização”, fazendo suscitar questionamentos em relação à organização do trabalho docente e o modo como o ensino é transmitido ao educando visando principalmente o ensino de alfabetizar letrando. Aqui a alfabetização não anda mais sozinha, mas sim, faz parceria com o termo letramento.

Todavia, sabe-se que nenhuma criança nasce sabendo ler ou escrever, esses são métodos e técnicas que necessitam de tempo para serem aprimorados, a fim de alcançarem um nível considerável na etapa escolar apropriada. Quando a criança se inseri em um ambiente educacional, ela já apresenta um repertório que carrega do seu cotidiano (convívio familiar), mesmo que esse repertório seja precário e insuficiente ela já apresenta conhecimentos como: reconhecer a imagem de alguns animais, pronunciar palavras básicas dentro outros.

É nesse sentido que a escola, como ambiente propício para o saber, deve desenvolver um trabalho visando a ampliação do conhecimento. É necessário que a criança obtenha não só o domínio da língua falada, mas também da língua escrita, iniciando-se desse modo o período de aquisição da escrita, marcado por níveis essenciais para que se consiga alfabetizar nas séries iniciais.

Em outras palavras, considera-se que é à escola e à escolarização que cabem tanto a aprendizagem das habilidades básicas de leitura e da escrita, ou seja, a *alfabetização*, quanto o desenvolvimento, para além dessa aprendizagem básica, das habilidades, conhecimentos e atitudes necessários ao uso efetivo e competente da leitura e da escrita nas práticas sociais que envolvem a língua escrita, ou seja, o *letramento* (RIBEIRO, 2004, p. 89).

De acordo com Ribeiro (2004), cabe a escola o dever de ensinar o aluno a ler e a escrever para que assim se concretize o ato da alfabetização. Contudo, isso só vem ressaltar que não basta ser alfabetizado, – saber ler e escrever – mas sim, deve-se também saber ler, escrever, e a partir daquilo que foi produzido tirar as conclusões mais cabíveis, interpretá-las e utilizá-las em situações cotidianas, ou seja, é preciso ser letrado.

E se é verdade que a escola não é o único lugar onde se pode aprender a ler e escrever (embora mesmo isso nem sempre aconteça), também é verdade que, nas atuais condições sociais, econômicas e culturais em que vive a grande maioria da população brasileira, o acesso a esse aprendizado costuma ocorrer mais dificilmente fora dessa instituição (MORTATTI, 2004, p. 34).

Assim como defende Mortatti (2004), o aprimoramento das habilidades de cada estudante, não ocorre somente na área escolar, mas também em casa, no convívio com a família e com a sociedade. Porém, é na instituição de ensino que esse conhecimento é ampliado podendo ser melhorado, pois em sala, a criança pode contar com o auxílio e ajuda de um professor, este que o ensina a desenvolver componentes básicos como ler, escrever, interpretar diversos tipos de textos, sem contar que a todo instante, o aluno está em constante contato com diferentes níveis de ensino, saberes, experiências distintas e grupos sociais podendo conhecer uma realidade diferente da que vivencia todos os dias aprendendo a conviver com o novo.

É nesse momento que a aprendizagem dos itens necessários para o desenvolvimento infantil se sobressai, podendo esta se tornar eficaz e satisfatória quando são envolvidos nesse aspecto, métodos lúdicos e descontraídos para que se chegue à aprendizagem completa do educando.

[...] A ludicidade é uma necessidade do ser humano em qualquer idade e não pode ser vista apenas como diversão. O desenvolvimento do aspecto lúdico facilita a aprendizagem, o desenvolvimento pessoal, social e cultural, colabora para uma boa saúde mental, prepara para um estado interior fértil, facilita os processos de socialização, comunicação, expressão e construção do conhecimento (KISHIMOTO, 2004, p. 2).

De acordo com Kishimoto (2004), o ato de brincar atua em todas as áreas do desenvolvimento, quer seja, pessoal, social e cultural, a formação das necessidades lúdicas estão relacionadas aos jogos, brinquedos e divertimentos, ou seja, fazem parte da vida de todos os seres humanos, independentemente da idade. Isso vem ressaltar que essas ações podem auxiliar desde uma criança que tem dificuldade de se relacionar com os demais até a um senhor com idade avançada.

A ludicidade ajuda os seres em todos os sentidos: cria conceitos, formula ideias, insere o indivíduo no meio social, aprimora o próprio crescimento tanto físico quanto intelectual, principalmente o da criança, por se encontrar em uma fase de desenvolvimento, sendo que é nos anos iniciais de ensino/aprendizagem, que o pequeno cidadão amplia e aprimora os saberes necessários para a prática escolar e cotidiana.

[...] Aprender é uma das coisas mais bonitas, mais gostosas da vida. Acontece em qualquer tempo, em qualquer idade, em qualquer lugar. Ajudar as pessoas a descobrir esse prazer, a “degustar” o sabor dessa iguaria é ascender as mais altas esferas da atuação humana. A escola existe para estimular a “gula” pelas delícias de poder saber..., pois “a capacidade de sentir prazer não é um dom natural. Precisa ser aprendida (...)” (ANTUNES, 2003, p. 175).

Assim como defende Antunes (2003), aprender é uma dádiva que é adquirida com o tempo e é necessário preparação para que se consiga alcançar esse prodígio. Com isso é visível que a escola exerce um papel de suma importância, sendo que por intermédio de atividades dinamizadas que são aplicadas e desenvolvidas nesse ambiente, o educando reforça seu intelecto verificando o que já sabe e inserindo em seu vocabulário assuntos que ainda não tinha conhecimento, podendo até mesmo colocar em prática aquilo que carrega

como bagagem ampliando sua percepção e vivendo novas experiências, sendo que essas podem ser concretizadas tanto em sala quanto no ambiente social.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo foi desenvolvido em uma escola do município de Novo Brasil/GO denominada Escola Municipal Professora Maria Piedade Caetano dos Anjos. Uma instituição da rede municipal, a qual tem a missão de oferecer um ensino de excelência, utilizando métodos que visem o desenvolvimento do aluno não somente no meio estudantil, mas também, em suas relações sociais e culturais, preparando-o para superar os obstáculos que permeiam a vida de um estudante.

As atividades desenvolvidas foram trabalhadas em 4 aulas, tendo como foco a disciplina de Língua Portuguesa, as mesmas tiveram um período de 1 hora/aula devido à carga horária da referida disciplina. Para se obter um melhor entendimento do que fora trabalhado em sala, vale apresentar cada etapa de forma detalhada.

A primeira aula dividiu-se em dois momentos, de início apresentou-se aos alunos a brincadeira do “Bingo Sonoro”. Essa teve por finalidade fazer com que a criança por meio de imagens identificasse os sons que cada uma representa. Assim que os barulhos foram sendo reproduzidos, o aluno marcava em sua cartela a figura, escrevia o nome da mesma e após, fazia a separação silábica da palavra.

No segundo momento da aula, foi exposto o “Jogo da Garrafa”. Esse tem semelhança com o jogo da “Verdade ou Consequência”, mas nesse caso trabalhou-se “Sinônimos ou Antônimos”, sendo que os alunos ficaram em círculo e uma garrafa foi colocada no meio desse formato. Cada um teve a chance de girar a garrafa e dependendo da posição em que ela parava, um colega perguntava “Sinônimo ou Antônimo?” e o outro respondia conforme a sua escolha.

Na segunda aula, os alunos participaram dos jogos “Caça-Rimas” e “Dominó de Palavras”. O primeiro jogo tinha por finalidade, fazer com que os participantes localizassem corretamente a maior quantidade de figuras possíveis contendo palavras que rimam com o nome de outras figuras (Borboleta/Chupeta). Depois fora exposto o jogo “Dominó de Palavras”, nesse os alunos relacionaram a imagem de acordo com a sua ortografia. Ganhava aquele que conseguia colocar todas as suas peças de modo a formar pares, isto é, imagem/palavra.

Para a terceira aula, foram preparadas duas brincadeiras: “Palavra dentro de Palavra” e “Trinca Mágica”. A primeira visava à junção de figuras que continham seus nomes dentro de outras palavras (Sacola-Cola), enquanto que a segunda tinha por objetivo criar uma trinca de palavras que apresentasse em sua nomenclatura terminações de vocábulos escritos e pronunciados de maneira semelhante, causando conseqüentemente rimas entre as expressões, por exemplo: pastel, anel e pincel.

A quarta aula iniciou-se com o jogo “Batalha de Palavras”. Nesse, o número de participantes é de duas pessoas, sendo que foi entregue aos jogadores 20 fichas contendo figuras que possuíam quantidades de sílabas diferentes. Cada participante ficou com um número de 10 fichas e foi jogada uma ficha de cada vez, porém ambos os participantes jogavam suas fichas ao mesmo tempo. Ganhou aquele jogador que apresentou a imagem que continha o maior número de sílabas, o bom nessa brincadeira é que ele não ganhou somente a sua ficha, mas também a do seu adversário.

Logo mais, os alunos participaram da brincadeira “Quem escreve sou eu”. Nessa atividade buscou-se aprimorar a ortografia e evitar que o aluno escrevesse ou continue escrevendo expressões de forma errada, sendo que o ganhador do jogo foi aquele que escreveu mais palavras de forma correta, fazendo com que o participante ficasse atento na escrita de cada vocábulo.

É válido ressaltar que no final foram entregues aos alunos *emotions* impressos em papel com expressões de alegria ou tristeza para que eles fizessem a avaliação das aulas, dos jogos e brincadeiras que foram levados para a sala. Finalizando essa etapa, os alunos ganharam certificados que comprovaram suas participações nesse projeto.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram deste estudo 10 (dez) crianças que estudam na Escola Municipal Professora Maria Piedade Caetano dos Anjos. Todas estão cursando o terceiro ano matutino.

Quanto o perfil das crianças entrevistadas, obteve-se os seguintes resultados: 6 (seis) do sexo masculino e 4 (quatro) do sexo feminino, com uma faixa etária de 8 (oito) a 9 (nove) anos de idade.

Nível de satisfação das crianças submetidas a métodos lúdicos - 1º etapa

Verificou-se que no geral os alunos gostaram da dinâmica do “Bingo sonoro.” Sendo assim, 100% responderam ótimo ao questionário. As crianças se sentiram à vontade e demonstraram uma interação significativa durante a execução do jogo.

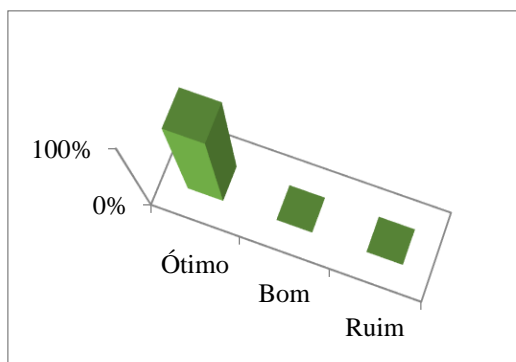


Gráfico 01- Avaliação da dinâmica: Bingo sonoro.

A ludicidade é uma necessidade do ser humano em qualquer idade e não pode ser vista apenas como diversão. O desenvolvimento do aspecto lúdico facilita o processo de aprendizagem, o desenvolvimento pessoal, social e cultural, colabora para uma boa saúde mental, prepara para um estado interior fértil, facilita os processos de socialização, comunicação, expressão e construção do conhecimento³.

Nível de satisfação das crianças submetidas a métodos lúdicos - 2º etapa

Todos os alunos foram envolvidos no “Jogo da garrafa”, ao aplicar o instrumento de avaliação, constatou-se que 100% das crianças entrevistadas avaliaram como ótima a metodologia usada no respectivo jogo.

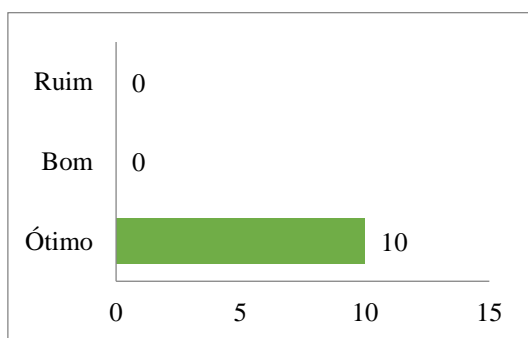


Gráfico 02- Avaliação do Jogo da garrafa.

A brincadeira e a diversão atuam como um instrumento facilitador da sociabilidade e no processo de aprendizado, sem deixar de lado a importância do estabelecimento de regras e respeito ao brincar.

Nível de satisfação das crianças submetidas a métodos lúdicos - 3º etapa

Com relação ao jogo denominado: “Caça-rimas”, também 100% das crianças avaliaram como ótimo a metodologia pedagógica usada.

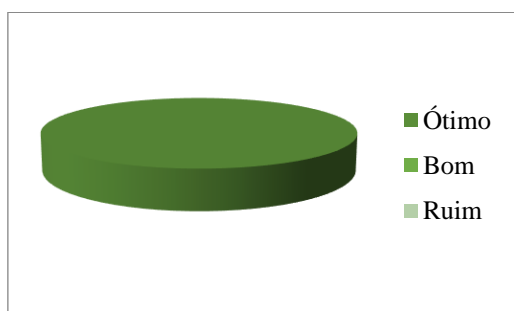


Gráfico 03- Avaliação do jogo: Caça-rimas.

Os brinquedos terão um sentido profundo se vierem representados pelo brincar. Por isso a criança não cansa de pedir aos adultos que brinquem com ela¹.

Para as crianças, o brinquedo não é simplesmente uma atividade que dá prazer a elas, mas pode-se dizer que a imaginação das mesmas é o brinquedo sem ação. Vale lembrar, à medida que o brinquedo envolve uma situação imaginária, o mesmo é baseado em regras, ou seja, toda situação imaginária contém regras mesmo que de forma oculta, assim como todo jogo com regras contém de forma oculta situações imaginárias.

Nível de satisfação das crianças submetidas a métodos lúdicos – 4º etapa

Durante a metodologia empregada em três jogos denominados: “Dominó de palavras, palavra dentro de palavra e batalha das palavras”, obteve-se o resultado de 100% das crianças entrevistadas que avaliaram como ótimo.

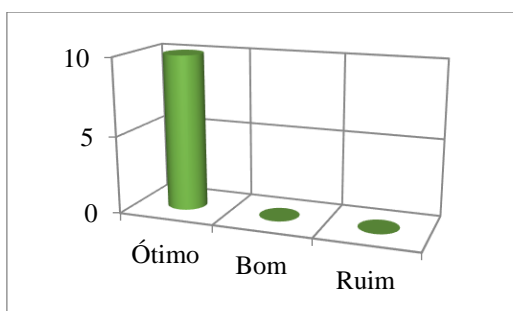


Gráfico 04- Avaliação dos jogos: Dominó de palavras, palavra dentro de palavra e batalha de palavras.

Entende-se como ação lúdica infantil os verbos brincar, jogar e andar de bicicleta, sendo que brincar indica atividade lúdica em si não estruturada e jogar, atividade que envolve os jogos de regras propriamente ditos, também podem ser utilizados para certas tarefas como representar, tocar instrumentos e uma gama imensa de atividades, que representam a ação lúdica infantil².

Nível de satisfação das crianças submetidas a métodos lúdicos – 5º etapa

Durante o desenvolvimento da brincadeira educativa denominada: Trinca mágica, obteve o seguinte resultado: 99% das crianças avaliaram como ótimo a metodologia empregada e 1% avaliou como bom.

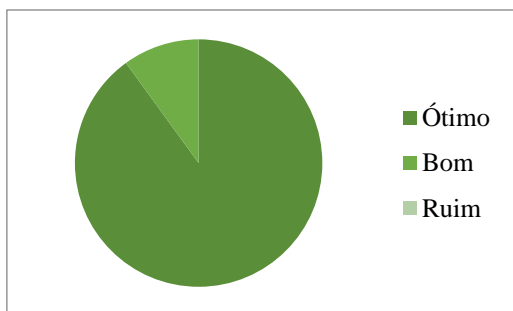


Gráfico 05- Avaliação da brincadeira: Trinca mágica.

Portanto, entende-se que os jogos e brincadeiras devem ser usados como ferramentas de apoio na execução do ensino e da prática pedagógica. Isso incentiva a criatividade das crianças e um indivíduo adulto criativo é um elemento importante para a construção de uma sociedade melhor e com maior perspectiva de avanço intelectual.

Nível de satisfação das crianças submetidas a métodos lúdicos 6º etapa

Buscando o aprimoramento da ortografia das crianças, as mesmas foram submetidas a um jogo denominado: “Quem escreve sou eu”, onde 99% delas avaliaram a metodologia como ótima e 1% como bom.

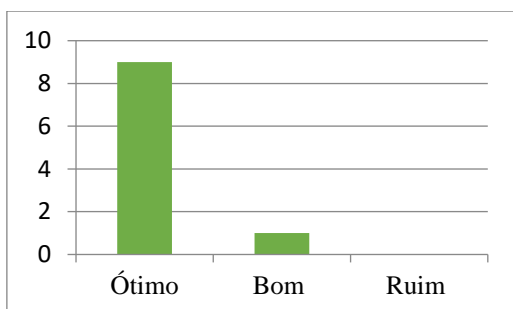


Gráfico 06- Avaliação do jogo: Quem escreve sou eu.

O lúdico ajuda os seres em todos os sentidos: cria conceitos, formula ideias, insere o indivíduo no meio social, aprimora o próprio crescimento tanto físico quanto intelectual, principalmente o da criança, por se encontrar em uma fase de desenvolvimento e aperfeiçoamento do conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, a partir desta pesquisa, que as crianças se sentem fortemente mais envolvidas no processo ensino/aprendizagem quando o mesmo é aplicado

em forma de algum aspecto lúdico, quer seja por intervenção de jogos ou brincadeiras.

Este estudo teve como principal intenção saber o nível da satisfação de um grupo de crianças sobre o aprendizado por intermédio de aspectos lúdicos.

Durante a realização da pesquisa que deu origem a este trabalho utilizando aspectos lúdicos em uma escola do município Novo Brasil/GO, foi possível perceber a vontade e prazer ao aprender por parte das crianças envolvidas nos trabalhos.

Isso se expressa na necessidade de mais produções acerca da importância dos métodos lúdicos na educação infantil, levando em consideração aspectos que evidenciam mudanças neste contexto, no sentido de incentivar o uso destes métodos na dinâmica educacional.

Este estudo também permitiu compreender que atividades lúdicas são significativas no processo de construção do conhecimento infantil, formando pessoas capazes de exercer a cidadania com dignidade e criatividade.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé, 1937. **Aula de português- Encontro & Interação-** São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogos e brincadeiras na Educação Infantil.** Campinas: Papirus, 2004.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Educação e Letramento.** São Paulo: UNESP, 2004.

RIBEIRO, Vera Masagão (org). **Letramento no Brasil: reflexões a partir do INAF** 2001. São Paulo: Global, 2004.

Site: <http://artesemelodias.blogspot.com.br/2013/12/jogo-de-hoje-bingo-sono-ro.html>.

Site: <http://atividadesescolaresonline.blogspot.com.br/2011/05/jogos-de-alfabetizacao-3-diferentes.html>.

Site: <http://pnaicparanagua.blogspot.com.br/2013/07/5-jogos-na-alfabetizacao-batalha-de.html>.

Site: <http://pnaicparanagua.blogspot.com.br/2013/07/jogos-na-alfabetizacao-caca-rimas.html>.

Site: <http://pnaicparanagua.blogspot.com.br/2013/07/9-jogos-na-alfabetizacao-palavra-dentro.html>.

Site: <http://pnaicparanagua.blogspot.com.br/2013/07/10-jogos-na-alfabetizacao-quem-escreve.html>.

Site: <http://atividadesparaprofessores.com.br/jogo-da-garrafa-com-sinonimos-e-antonimos>.

Site: <http://pnaicparanagua.blogspot.com.br/2013/07/4-jogos-na-alfabetizacao-trinca-magica.html>.

A IMPORTÂNCIA DOS GÊNEROS DIGITAIS PARA O ENSINO DA ARTE

Elisabete Rodrigues Pereira⁷

Rozimeire Rocha de Araújo⁸

Fabiana de Araújo Vilas Bôas Santos⁹

Rafael de Oliveira Silva¹⁰

RESUMO

O presente artigo tem o objetivo de apresentar uma discussão teórica acerca do ensino na área da linguagem, em especial, o entrelace da Arte com os gêneros textuais digitais. Não podemos apartar o que percebemos, através da nossa experiência que os estudantes recorrem a linguagem seja oral ou escrita para fazer várias hipóteses sobre o conhecimento, em especial, sobre a Arte, independentemente da idade, e isto acontece de maneira bem mais explícita quando são expostas a boas indagações e textos em que as práticas de multiletramento estão presentes. Sabemos que os avanços tecnológicos e a sociedade conectada foram um campo fértil para o surgimento de novos gêneros discursivos, multimodais, colaborativos e híbridos. Ler significa, em sua completude, ler múltiplas linguagens, todos presentes em um único texto, muitas vezes: verbal escrita, verbal oral, sonora não verbal, visual etc. A escola não poderia continuar à margem dessas práticas sociais e nem mesmo deixar a interdisciplinaridade como uma metodologia eficaz e necessária. O ano de 2020 nos trouxe muitas inquietações e desafios que fundearam na nossa prática em sala de aula e, desta forma, desenvolvemos um trabalho da Arte juntamente com os gêneros textuais digitais. Com relação ao desenvolvimento do trabalho com o ensino de Arte com a Língua Portuguesa, concordamos que a linguagem deve ser apresentada aos estudantes em gêneros discursivos e seus contextos de produção, ou seja, desenvolver as práticas escritas e orais e conduzi-las a reflexão sobre a linguagem por meio de práticas de análise linguística e entrelaçando estas aprendizagens com a Arte. Diante disso, as ações pedagógicas desenvolveram eventos de letramento (HEAT, 1982, p. 93), e práticas de letramento (STREET, 1995a, p. 2 apud SOARES, 2003, p.105) complexas, que envolveram competências cognitivas, psicolinguísticas, perceptivas, espaço-temporais, grafo-motoras e afetivo-emocionais. Essa textualidade eletrônica entrelaçada com o ensino da arte implica em potencializar a competência leitora, o letramento digital vinculados ao ensino da arte demonstrando como os gêneros textuais digitais tornam-se interessantes ao processo de ensino/aprendizagem tomando por estar

⁷ Graduação: Educação Artística (Habilitação em Música), Universidade Federal de Mato Grosso. Pós-graduação: Gestão Escolar.

⁸ Graduação: Licenciatura em Química e Pedagogia. Pós-graduação: Educação Infantil.

⁹ Graduação: Licenciatura em Pedagogia. Universidade Federal de Mato Grosso. Pós-graduação: Alfabetização e letramento.

¹⁰ Bacharelado em Ciências Contábeis -Universidade Federal de Mato Grosso - Licenciatura em Pedagogia - Faculdade de Administração, Ciências, Educação e Letras (FACEL).

corporificada em leituras diversificadas e, conseqüentemente, rica em práticas diversificadas de ações reflexivas de aprendizagem. Fez-se uso dos métodos de pesquisa qualitativos bibliográfico e participante.

Palavras-chave: Ensino de Arte; Letramento Digital; Gêneros Digitais.

ABSTRACT

This article aims to present a theoretical discussion about teaching in the area of language, in particular, the interweaving of Art with digital textual genres. We cannot separate what we perceive, through our experience that students use language, whether oral or written, to make various hypotheses about knowledge, in particular, about Art, regardless of age, and this happens much more explicitly when they are exposed to good questions and texts in which multiliteracy practices are present. We know that technological advances and the connected society were a fertile field for the emergence of new discursive, multimodal, collaborative and hybrid genres. Reading means, in its entirety, reading multiple languages, all present in a single text, often: written verbal, oral verbal, non-verbal sound, visual, etc. The school could not remain on the sidelines of these social practices and not even leave interdisciplinarity as an effective and necessary methodology. The year 2020 brought us many concerns and challenges that were based on our practice in the classroom and, in this way, we developed a work of Art together with digital textual genres. Regarding the development of work with the teaching of Art with the Portuguese Language, we agree that language should be presented to students in discursive genres and their production contexts, that is, to develop written and oral practices and lead them to reflect on language through linguistic analysis practices and intertwining these learnings with Art. Therefore, pedagogical actions developed literacy events (HEAT, 1982, p. 93), and literacy practices (STREET, 1995a, p. 2 apud SOARES, 2003, p.105) that involved cognitive and psycholinguistic skills, perceptive, spatiotemporal, graph-motor and affective-emotional. This electronic textuality intertwined with art education implies enhancing reading competence, digital literacy linked to art education, demonstrating how digital textual genres become interesting to the teaching/learning process, taking to be embodied in diversified readings and, consequently, rich in diversified practices of reflective learning actions. Bibliographic and participant qualitative research methods were used.

Keywords: Art Teaching; Digital Literacy; Digital Genres.

1. INTRODUÇÃO

As inquietações crescentes fundearam nos eixos da linguagem, em especial, os gêneros textuais digitais e a Arte, por serem atividades complexas, que envolvem competências cognitivas, psicolinguísticas, perceptivas, espaço-temporais, grafo-motoras e afetivo-emocionais e, ainda, por ser latente os questionamentos entre os profissionais afinal em 2020 presenciamos um momento pandêmico. Dito isto, destacamos alguns questionamentos sobre a linguagem e o entrelace do seu trabalho com a arte, o de como trabalhamos esta questão? E se o desenvolvimento do trabalho com a Arte pode ser interdisciplinar utilizando dos gêneros textuais digitais e, desta forma, desenvolver um trabalho interdisciplinar?

Apesar do acesso das mídias digitais acontecer por um processo espontâneo, afinal, consideramos que todos temos acesso a pelo menos um celular e que não passamos por nenhum curso formal para acessá-lo, nós, humanos, interagimos com a máquina e, com isso, com outros humanos por trás delas e percebemos que a linguagem é o produto dessa interação social.

Com relação ao desenvolvimento humano podemos afirmar que tudo é aprendido, e nos primeiros anos de vida este acontece de forma intensa. Assim como a criança possui contato com os falantes da língua materna desde o momento que nasce, isso também acontece com a linguagem digital, afinal, a tecnologia, deixo claro que nos referimos de toda tecnologia construída cultura e historicamente desde o lápis até o computador. Destacamos que o computador está nas mãos dos pequenos desde muito cedo e podemos afirmar que é uma das portas para que a curiosidade do aprender a ler e a escrever se iniciem e, com isso, conseqüentemente, na adolescência se consolide.

Igualmente relevante para esta pesquisa será discutirmos os conceitos de letramento, cunhado por Kato (2009) e trazido para o Brasil por Soares (2006) que colabora para percebemos os letramentos em que estamos abertos nos tempos atuais, assim como, acontece no decorrer da história. Salientamos a importância

de destacarmos para a observação e levantamento de dados para esta pesquisa os eventos de letramento (HEAT, 1982, p. 93), e práticas de letramento (STREET, 1995a, p. 2 apud SOARES, 2003, p.105).

Esta pesquisa trouxe como objetivo geral: Propor atividades sistemáticas visando o entrelace entre a Arte e os gêneros textuais digitais, partindo das habilidades linguísticas, artística e tecnológica que os alunos demonstram possuir, sensibilizando-os a percepção que compõem a linguagem e a arte, visando desenvolver habilidades linguísticas e artísticas, percebendo assim se esta competência metalinguística possibilitará melhor desempenho para a aprendizagem com a intenção de garantir os direitos linguísticos e artísticos dos estudantes. Como objetivos específicos: propor atividades que abram caminhos e possibilidades para que o professor faça o entrelace entre a arte e os gêneros digitais; identificar as dificuldades dos professores para desenvolverem um ensino e aprendizagem interdisciplinar utilizando-se dos meios digitais para o trabalho da Arte apoiando-se nos gêneros digitais.

A partir dessas reflexões sobre o entrelace do ensino da Arte com os gêneros digitais definimos como questão de pesquisa “Investigar se as atividades de competência metalinguística dos gêneros textuais digitais favorecerão no desenvolvimento das habilidades do ensino de Artes, iniciando no 6º ano até o 9º ano do ensino fundamental II, em uma escola pública da rede de ensino estadual de Cuiabá-MT.”

Algumas questões que nortearão esta investigação: 1 – Os professores de Arte utilizam gêneros digitais para trabalhar a sua disciplina? 2 – Quais Gêneros textuais digitais utilizam? 3 – Como acontece o entrelace dos gêneros digitais e a Arte? 4- Quais objetos de conhecimento da Arte podem dialogar com os gêneros textuais digitais?

2. REVISÃO DE LITERATURA

Ancoramo-nos, inicialmente, na concepção de formação do professor reflexivo de Nóvoa (2007) respeitando o processo necessário para essa formação, afinal, analisar o fazer fazendo se faz necessário, ou seja, ação-reflexão-ação.

Também nos apoiaremos, em nossa fundamentação teórica, principalmente, das contribuições de Vygotsky (1991), para fazer ver que a metacognição supera a automaticidade, tornando-se, o trabalho com gêneros textuais, em especial, gêneros textuais digitais, uma atividade metalinguística, ou seja, consciente, reflexiva; dos estudos de Soares (2001) sobre os letramentos e, ainda, Street e Heath (1995 apud Soares) para apresentarmos os eventos de letramento e práticas de letramento que serão destacadas na pesquisa.

Assim,

[...] Por eventos de letramento, designam-se as situações em que a língua escrita é parte integrante da natureza da interação entre os participantes e de seus processos de interpretação (HEATH, 1982:93), seja uma interação face a face, em que pessoas interagem oralmente com a mediação da leitura ou da escrita (por exemplo: discutir uma notícia do jornal com alguém, construir um texto com a colaboração de alguém), seja uma interação à distância, autor -leitor ou leitor-autor (por exemplo: escrever uma carta, ler um anúncio, um livro). Por práticas de letramento, designam-se tanto os comportamentos exercidos pelos participantes num evento de letramento quanto as concepções sociais e culturais que o configuram, determinam sua interpretação e dão sentido aos usos da leitura e/ou da escrita naquela particular situação (STREET, 1995a, p. 2 apud SOARES, 2003, p. 105).

Com relação ao desenvolvimento do trabalho com o ensino de Arte e sua interdisciplinaridade com a Língua Portuguesa concordamos que a linguagem deve ser apresentada aos estudantes em gêneros discursivos e seus contextos de produção, ou seja, desenvolver as práticas escritas e orais e conduzi-las a reflexão sobre a linguagem por meio de práticas de análise linguística e entrelaçando estas aprendizagens com a Arte.

Mas, não podemos apartar o que percebemos, através da nossa experiência que os estudantes recorrem a linguagem seja oral ou escrita para

fazer várias hipóteses sobre o conhecimento, em especial, a arte, independentemente da idade, e isto acontece de maneira bem mais explícita quando são expostas a boas indagações e textos em que as práticas de multiletramento estão presentes.

Todos sabemos que os avanços tecnológicos e a sociedade conectada foram um campo fértil para o surgimento de novos gêneros discursivos, multimodais, colaborativos e híbridos. Ler significa, em sua completude, ler múltiplas linguagens, todos presentes em um único texto, muitas vezes: verbal escrita, verbal oral, sonora não verbal, visual etc. A escola não poderia continuar à margem dessas práticas sociais e nem mesmo deixar a interdisciplinaridade como uma metodologia eficaz e necessária.

3. METODOLOGIA

A metodologia fundamenta-se em pesquisas bibliográficas. Explorando artigos disponibilizados nos sites: Scielo; Unisalesiano; Educere; Pomerode;

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Os livros constituem as fontes bibliográficas por excelência. Em função de sua forma de utilização, podem ser classificados como de leitura corrente ou de referência. (GIL, 2002, P. 45)

E em estudo de caso que segundo GIL [...] que consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, (GIL, 2008, p.28).

A metodologia escolhida, também será, a observação participante, penso ser condição necessária para que me envolva com as atividades que serão propostas e desenvolvidas na sala de aula. Desse relacionamento frutífero acredito que surgirá uma coleta de dados enriquecedora, em primeiro lugar para a pesquisa e, em segundo lugar, para a minha prática, assim como para a prática das minhas colegas educadoras, já que esforçarei para demonstrar a importância dos gêneros textuais digitais e o ensino da Arte.

4. RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se com esta pesquisa que os resultados obtidos demonstrem que a formação continuada se faz necessária e, em especial, em contextos digitais. Tentaremos coletar dados sobre o ensino da Arte e sua relação com elaboração de atividades de língua portuguesa em contextos digitais presenciais, de forma a propiciar aos alunos o conhecimento não só dos recursos linguísticos, mas um conhecimento interdisciplinar.

5. REFERÊNCIAS

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.

HEATH, Shirley Brice. The functions and uses of literacy. In: CASTELL, S., LUKE, A. & EGAN, K. eds. Literacy, society and schooling. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

KATO, Mary A. No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística. 7. ed. São Paulo: Ática, 2009. 144 p.

KLEIMAN, A. B. (org.). (1995) Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas/SP: Mercado de Letras. (Coleção Letramento, Educação e Sociedade).

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986. (Temas básicos de educação e ensino).

NÓVOA, António. Os professores e as histórias da sua vida. In: NÓVOA, António (Org.). Vidas de professores. Porto: Porto Editora, 1992.

SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2003. 128 p. ISBN 85-86583-16-2

STREET, Brian V. Literacy in Theory and Practice. London: Cambridge University Press, 1982.

VYGOTSKY, L. S. In: LURIA, A. A Formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

ENSINO DA MATEMÁTICA PARA CRIANÇAS EM IDADE PRÉ-ESCOLAR

Jaqueline Priscila dos Santos¹¹

Maria das Vitórias dos Santos Henriques Silva¹²

Lucélia Nunes da Silva¹³

Luciane da Silva Oliveira Figueiredo¹⁴

RESUMO:

O artigo aqui compartilhado apresenta o fruto de uma investigação sobre as possibilidades no ensino da matemática para o universo infantil, principalmente para aquelas em idade pré-escolar. Trata-se de uma investigação qualitativa, tendo em vista as experiências pelas quais perpassou-se na formação acadêmica, e, ainda mais, no momento desafiante e excitante do estágio supervisionado do curso de licenciatura plena em pedagogia. O estudo realizado demonstra que há muitos caminhos e possibilidades para ensinar matemática no e para o universo infantil, inclusive dispomos de muitas estratégias e instrumentos, contudo o principal deles tem sido e há de ser a contação de histórias, desta maneira evidenciamos através de pressupostos teóricos reconhecidos que delimitam o tema correspondente e seus fatores permeáveis. A fundamentação e discussão teórica será por meio de livros, revistas, artigos, documentos oficiais, internet, como outros que vierem a tornarem-se necessários.

Palavras - chave: Literatura e matemática – Educação matemática – Contação de história.

ABSTRACT

The article shared here presents the result of an investigation into the possibilities of teaching mathematics for the children's universe, especially for those of preschool age. This is a qualitative investigation, considering the experiences it went through in academic training, and, even more, in the challenging and

¹¹Licenciatura em Pedagogia – Unopar Universidade Norte do Paraná Pós-graduação: Especialização em Educação Infantil- Unopar Universidade Norte do Paraná.

¹²Licenciatura em Pedagogia – Unid - Universidade Cidade de São Paulo. Especialização em Educação Infantil - Unopar Universidade norte do Paraná.

¹³Graduação: Licenciatura Plena e Bacharelado em Ciências Biológicas – UNIC Universidade de Cuiabá. Licenciatura em Pedagogia – INVEST – Faculdade Invest de Ciências e Tecnologia. Pós-graduação: Lato Sensu, em Educação Infantil e Séries Iniciais.

¹⁴Graduação: Licenciatura em Pedagogia- Univag- Centro Universitário de Várzea Grande. Pós-graduação: em Psicopedagogia Clínica e Institucional com Perspectiva de Inovação Interdisciplinar- Faculdade Afirmativo.

exciting moment of the supervised internship of the full licensure course in pedagogy. The study carried out demonstrates that there are many ways and possibilities to teach mathematics in and for the children's universe, we even have many strategies and instruments, however the main one has been and will be storytelling, in this way we evidenced through theoretical assumptions recognized that delimit the corresponding theme and its permeable factors. The foundation and theoretical discussion will be through books, magazines, articles, official documents, internet, as others that may become necessary.

Keywords: Literature and Mathematics – Mathematics Education – Storytelling.

1. INTRODUÇÃO

A perspectiva da educação contemporânea apresenta-se sobre uma visão desafiadora que busca a conquista e realização em romper os paradigmas e barreiras que afetam o desenvolvimento educacional das crianças pequenas, sendo assim a educação das crianças pequenas merece um olhar prospectivo, que investigue e compreenda a forma efetiva como se deve dar à docência nas turmas que compõem a primeira etapa da educação básica.

A problemática concebida está em evidenciar como e por que a literatura infantil e a contação de histórias contribuem na construção do ser social da criança pequena, demonstrando que esta atividade e recurso enquanto prática/metodologia possibilita desenvolver saberes e capacidades cognitivas implementadas nos valores socioculturais necessários para entender e compreender o mundo lógico a sua volta.

Inicia-se o estudo com um estudo sobre a história do conhecimento ou conceito sobre a infância, na sequência averigua-se o teor do ensino da matemática nos documentos oficiais orientativos da educação infantil enquanto componente dos saberes e direitos de aprendizagem necessários a criança, bem como a pertinência desta metodologia no ensino e aprendizado do raciocínio lógico matemático, seguindo-se assim a proposta de um projeto de ensino que abrange a linha de pesquisa e temática.

A metodologia utilizada é qualitativa, tem como base pressupostos e fundamentos advindos de recursos bibliográficos que contribuem, ora para

fortalecer, ora para esclarecer, as hipóteses que emergiram no contato primário com a regência com crianças pequenas. Contando assim com conceituais teóricos que abordam e servem de pilar para a construção do presente projeto de ensino.

Na Base Nacional Comum Curricular para a educação básica que abrange da educação infantil ao ensino médio e que foi recentemente reformulada são apresentadas diversas orientações e sugestões para o trabalho com crianças pequenas, é um documento completamente diferente do anterior e que contribui muito para a organização do trabalho pedagógico. Neste documento é exigido que o aprendizado da criança ocorra sobre os 6 (seis) direitos de aprendizagem para atingir os objetivos específicos dos campos de experiência, portanto faz-se necessário aplicar métodos e estratégias coerentes com este público onde o brincar, inventar, fantasiar e socializar fazem total parte dos processos de convivência em unidades de ensino.

Trata-se, portanto, de utilizar meios em que não se corrompa com essa vivência e existência da fase da vida dos mesmos, de modo a fazer uma educação de qualidade e prazerosa, para isso ensinar matemática exigiu uma pesquisa metódica onde averigua-se que através da leitura e conto de histórias com temáticas direcionadas e com conteúdos pertinentes há possibilidades de um desenvolvimento cognitivo e pessoal promissor para aumentar as capacidades e competências das crianças pequenas.

2. BREVE HISTÓRICO DA PERCEPÇÃO DA CRIANÇA E DA INFÂNCIA

A criança nem sempre foi foco das atenções no que diz respeito a políticas públicas ou até mesmo ao fato de ser reconhecida como um ser histórico ou social frente a sociedade, o universo infantil não era reconhecido a algumas décadas, tão pouco o conceito de infância. É fato que a criança em outros tempos e culturas era não somente ignorada como também desprezada.

Trata-se de entender o que é infância, criança e as condutas negativas para o pleno desenvolvimento destas. E na história podemos perceber diversos

aspectos contundentes que permitem refletir sobre o papel do adulto educador de crianças.

É impressionante que na idade média, ou período medieval, as pessoas ignorassem a importância da existência das crianças, tão pouco reconheciam qualquer diferença desta com os demais, apenas enquanto era fofinha e rosada merecia alguma atenção, após isto o desprezo era eminentemente praticado, uma vez que as próprias mães não amamentavam seus próprios filhos, deixava este trabalho para outras pessoas que trabalhavam ou ofereciam serviços às famílias da época.

[...] Contudo, um sentimento superficial da criança – a que chamei de “paparicação” – era reservado à criancinha em seus primeiros anos de vida, enquanto ela ainda era uma coisinha engraçadinha. As pessoas se divertiam com a criança pequena como um animalzinho, um macaquinho impudico. Se ela morresse então, como muitas vezes acontecia, alguns podiam ficar desolados, mas a regra geral era não fazer muito caso, pois outra criança logo a substituiria. A criança não chegava a sair de uma espécie de anonimato (ÁRIES,1981, p.10).

A criança só era percebida quando começava a fazer coisas iguais os adultos, atividades corriqueiras ou até mesmo de labor. Não existia então um universo infantil, conforme explica Áries (1981).

[...] Até mesmo na arte a infância foi ignorada. “Até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É difícil crer que essa ausência se devesse à incompetência ou a falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo” (ÁRIES,1981, p.50).

Tal afirmação por Áries pode ser confirmada observando algumas obras de artes do período medieval que demonstram exclusivamente alguns personagens com traços físicos extremamente estereotipados na dimensão do corpo de um adulto.

Não obstante os pais na época tinham preferência por filhos do sexo masculino, o que acarretava na maioria das vezes no internamento das meninas em instituições religiosas como conventos e internatos, pois “as meninas costumavam ser consideradas como o produto de relações sexuais corrompidas

pela enfermidade, libertinagem ou a desobediência a uma proibição” (HEYWOOD, 2004, p.76).

[...] Não se tem notícia de camponeses ou artesãos registrando suas histórias de vida durante a Idade média, e mesmo os relatos dos nobres de nascimento ou dos devotos não costumavam demonstrar muito interesse pelos primeiros anos de vida (...). De forma semelhante, durante o período moderno na Inglaterra, as crianças estiveram bastante ausentes na literatura, fossem o drama elizabetano ou os grandes romances do século XVIII. A criança era, no máximo, uma figura marginal em um mundo adulto. (HEYWOOD, 2004, p.10)

Diante do exposto, percebemos também a possível distância das crianças do universo letrado, da linguagem em suas mais diversas instâncias, seja pelo teatro, pela literatura ou por outras representações dramáticas que permitissem a elas fantasiar, criar, inventar e construir significados mais abrangentes sobre sua realidade e existência.

Sendo assim, muitas das barbáries que eram ocorridas com as crianças foram refreadas no período moderno com a intervenção da igreja que de início ameaçou qualquer um que matasse ou torturasse crianças sobre acusação de bruxaria. Muito além desta medida a igreja começa a abrir espaço para que as crianças tivessem determinadas instruções para o convívio em sociedade, contudo ainda deixando a desejar uma concepção intrínseca e fiel sobre a infância, faltava reconhecer os aspectos sociais, psicológicos, ambientais e biológicos por trás dos infantes.

[...] Trata-se de um sentimento inteiramente novo: os pais se interessavam pelos estudos dos seus filhos e os acompanhavam com solicitude habitual nos séculos XIX e XX, mas outrora desconhecida. (...) A família começou a se organizar em torno da criança e a lhe dar uma tal importância que a criança saiu de seu antigo anonimato, que se tornou impossível perdê-la ou substituí-la sem uma enorme dor, que ela não pôde mais ser reproduzida muitas vezes, e que se tornou necessário limitar seu número para melhor cuidar dela (ÁRIES,1981, p.12).

Percebe-se que o conceito de infância foi emergindo conforme as necessidades nos tempos históricos, de acordo com as transformações políticas e econômicas os pais deveriam trabalhar mais para manter bem seus sucessores,

nisto seus pequenos filhos ficavam a cuidado de instituições ou profissionais muitas vezes sem qualquer qualificação ou procedência.

Com a Revolução industrial logo se deram movimentos significativos para a inclusão da criança em espaços educativos, no entanto a atenção dada para a criança era uma educação modeladora onde sobressaiam os cuidados básicos de higienização e alimentação entre alguns de acompanhamento médico. Assim explica Gomes (2015):

[...] No período da Revolução Industrial, séculos XVI e XVII, ocorreu uma mudança de postura das famílias e a criança passou a ser foco do interesse dos adultos. Surge nesse cenário a chamada família moderna que passa a ter um interesse maior na educação de suas crianças. Tal mudança resultou em sentimentos afetivos e mais cuidados, reconhecendo-se que a criança fazia parte da continuidade familiar. (GOMES, 2015, p. 4)

Assim se estendeu por anos a oferta de um serviço assistencialista, que progressivamente passou de ser ofertado e garantido pelas grandes empresas em prol da garantia de trabalho de seus operários, para ser assegurado pelo estado através dos órgãos de promoção social. Mesmo assim ainda existia um ideal vazio de infância, foi quando em 1988 a política pública brasileira institui novos parâmetros legais para a sociedade e reorganização da educação pública. Sendo assim, Lustig et al. (2014) em seu estudo sobre infância, relata o conceito moderno que encontrou em Rosseau (1999) explicando:

[...] Rousseau não compreende a criança como um adulto em miniatura, concebe a criança em si mesma, considerando suas manifestações próprias e a capacidade imaginativa e criativa. Para ele cada idade, cada estado da vida tem sua perfeição conveniente, o tipo de maturidade que lhe é própria. Refere-se à infância como um tempo agradável em que a criança tem atitudes espontâneas, é feliz e inocente. Para ele a infância é uma fase com características próprias às quais devem ser cultivadas de forma a contribuir para o desenvolvimento da inteligência da criança. (LUSTIG et al. 2014, p. 9)

Sendo assim, o contexto da infância pode ser considerado multifacetado se observar-se todos os aspectos relevantes que permeiam essa fase da vida dos indivíduos tal qual a realidade sociocultural, religiosa e étnica. Logo podemos compreender que [...] a infância está relacionada ao contexto ao qual a criança

está inserida, pois como vivemos em contextos diferentes, não nos é possível restringirmos a infância a um universo singular (LUSTIG. et al. 2014, p. 10).

Desta maneira, no Brasil a criança passou a ser percebida e entendida politicamente, de modo que na Constituição Federal de 1988 a infância (de 0 a 5 anos) passou a ser integrante da educação básica no que diz o Art. 208 no parágrafo IV que “o dever do estado será efetivado mediante a garantia de educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade”. (BRASIL, 1988).

Sendo conseqüentemente o que veio a ser problematizado e normatizado em conjunto com as equipes técnicas da educação e demais parceiros especialistas e cidadãos a nível nacional para a elaboração do documento das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil de 2009, que em seu artigo quarto define a criança pequena enquanto público de sua proposta como:

[...] sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009, p. 14).

Deste modo, vamos de encontro aos princípios que regem o ensino da matemática na educação infantil da pré-escola de 4 e 5 anos.

2.1 O ensino da Matemática nos Documentos orientativos para a Educação Infantil

Conforme o que estabelece nas DCNEI (2009) a proposta da prática pedagógica deve ser permeada pelas interações e brincadeiras, estas duas desta maneira são os eixos estruturantes da aprendizagem que ocorrerá em sala de aula, tal conceito foi adotado na nova Base Nacional Comum Curricular no capítulo que trata da educação infantil (BNCC) tendo em vista que assim as crianças [...] podem construir e apropriar-se de conhecimentos por meio de suas

ações e interações com seus pares e com os adultos, o que possibilita aprendizagens, desenvolvimento e socialização (Brasil, 2009, p. 12).

A nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) passou a integrar as propostas e fundamentações curriculares para a educação infantil em seu documento oficial, tornando o referido documento com aspecto global sobre a educação básica no Brasil. Nisto a BNCC para a educação infantil assegura seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento consoantes com os eixos estruturantes (interações e brincadeiras), são eles descritos:

- Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.
- Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.
- Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.
- Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.
- Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.

- Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário.

E para contribuir com a formação do currículo na educação infantil definiram-se 5 campos de experiência com caráter temático, são eles: O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; e, Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. No que concerne ao ensino da matemática para a pré-escola o campo específico é “Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações”.

Diante do que propõem a BNCC o Estado de Mato Grosso criou o Documento de Referência Curricular para a Educação Infantil (DRCEI) onde discute e orienta o planejamento para cada campo de experiência e fase/idade, ou seja: bebês (0 a 1 ano e sete meses), criança bem pequena (2 a 3 anos) e criança pequena (4 a 5 anos), no que diz respeito a criança pequena e o ensino do raciocínio lógico matemático, informa:

[...] As crianças pequenas, ampliam suas ações sobre os objetos e sua locomoção pelo espaço. Ao se comunicarem fala, levantam questionamentos sobre o que observam e ouvem dizer, emitem opiniões e confrontam opiniões. Estas crianças, sentem-se mais seguras de si, à medida que utilizam sua imaginação na busca de respostas. (MATO GROSSO, 2018, p. 57)

Ainda o DRCEI orienta especificamente sobre o planejamento neste campo de experiência que:

[...] É necessário pensar em importantes aspectos, tais como: encorajar as crianças a estabelecer diferentes relações com o mundo físico e social; criar situações desafiadoras para as crianças pensarem sobre números, quantidades, formas, propriedade dos objetos, natureza e tecnologia; propor questionamentos e dúvidas que mobilizem as crianças a indagarem sobre os aspectos do mundo físico, social e natural na construção de novos conhecimentos; possibilitar às crianças levantar e interpretar as hipóteses, considerando seus argumentos e ainda, oferecer meios para que elas ampliem suas informações e reformulem suas ideias iniciais, respeitando o patamar de sua lógica. (MATO GROSSO, 2018, p. 60)

Diante destes apontamentos se faz necessário investigar como propor um ensino matemático atrelado aos princípios e conceitos da infância com elementos, métodos e estratégias que contribuam efetivamente para o despertar do raciocínio lógico e aquisição de saberes e competências para o exercício prático da autonomia e protagonismo infantil.

2.2. Literatura Infantil: pertinências para o ensino da Matemática na Pré-Escola

A matemática no contexto da infância não se resume a contar, enumerar, ou quantificar objetos e coisas, vai muito além, pois como vimos a educação para as crianças pequenas está vinculada na aquisição de experiências que as façam perceber a função social das coisas a sua volta e de si mesma, tudo isso atrelado ao cuidar e educar.

Desta maneira, considera-se esse universo próprio da criança como meio ou caminho para as estratégias de ensino, observando a capacidade de imaginar, inventar, fantasiar, construir o mundo a sua volta podemos propor situações condizentes para que as mesmas se interessem. Uma destas maneiras está ligada a contação de histórias.

Desde nossa infância nos pegávamos ouvindo histórias dos adultos familiares ou outro, cuja quais de alguma maneira além de nos entreter, acabava por inculcar valores morais e sociais, ou seja, uma forma de educar para o convívio social. Desta maneira na prática da sala de aula o livro de história infantil possui grande relevância no processo, considerando o planejamento e a coerência na sua proposta e execução.

No conto, seja qual for sua característica deve-se levar em conta o propósito, saber bem qual o objeto de conhecimento e como se dará sua interpretação durante a leitura e após esta, através dos questionamentos e argumentos que surgirem, trata-se de conduzir o saber.

[...] é necessário todo um esforço para dar significação inicial, para que o sujeito leve em conta o objeto como um desafio. Trata-se de

estabelecer um primeiro nível de significação, em que o sujeito chegue a elaborar as primeiras representações mentais do objeto a ser conhecido. (VASCONCELOS,1992, p. 03)

Também se admite para esta etapa de desenvolvimento o gosto por ouvir histórias, olhar as gravuras e figuras relacionando a narração com os fatos e acontecimentos, ou seja, construir significados próximos do que se vive no mundo real.

Diante das considerações sobre histórias e literaturas infantis temos de observar também as características dos livros voltados para estes públicos, uma vez que a classificação indicativa é elemento irrefutável de associação à idade escolar e também os aspectos psicológicos ou psicogenéticos que permeiam as fases do desenvolvimento.

Dentre várias possibilidades ainda temos de nos conscientizar que o livro em si precisa ter significado e caminhos para permitir o ensino com efetividade e aprendizado com prazer por parte da criança pequena, pois salienta criticamente Parreiras (2009):

[...] Um livro dirigido à criança é um produto do mercado, criado, escrito, ilustrado, produzido e editado por um adulto. Quem leva o livro à criança é também um adulto. Isso faz com que a nossa responsabilidade, como educadores, seja grande. São os educadores que facilitam o acesso da criança aos livros e a aproxima da leitura. (PARREIRAS, 2009, p. 17)

Buscando reconhecer então a característica de desenvolvimento da criança pequena entre 4 a 6 anos de idade, que conforme Piaget estão no estágio de desenvolvimento pré-operatório, melhor explicado por CavicChia (2010) que diz:

[...] O período pré-operatório realiza a transição entre a inteligência propriamente sensório-motora e a inteligência representativa. Essa passagem não ocorre através de mutação brusca, mas de transformações lentas e sucessivas. Ao atingir o pensamento representativo a criança precisa reconstruir o objeto, o tempo, o espaço, as categorias lógicas de classes e relações nesse novo plano da representação. (CAVICCHIA, 2010, p.10)

Com base nas teorias psicogenéticas de Piaget () sobre as faixas etárias pode-se perceber a relação dos campos da idade de 3 a 6 anos especificamente com o estágio de desenvolvimento pré-operatório, verificando que a preponderância da linguagem visual como elemento simbólico da linguagem verbal permite ao anunciante comprovar para a criança o que está ocorrendo de fato em sua leitura. Bem como agraciá-lo com as cenas em cada página para que este possa conhecer os personagens e o contexto da história.

Relacionar histórias com objetos do conhecimento é uma tarefa complexa que deve ser sistematicamente organizada, levantando hipóteses e possíveis caminhos, pode-se até mesmo interligar os campos de experiências (BNCC) na proposta, contudo necessita-se avaliar o livro e a história que se deseja apresentar, perguntando-se se há nesta história, conto ou fábula os elementos que propiciarão conhecer e relacionar os saberes prévios das crianças para então estimulá-los a aprofundá-los?

Acredita-se que livros aliados a estratégia e instrumentos metodológicos podem remeter a criança ao universo da história contada de modo a fazê-la memorizar os fatos e acontecimentos cronologicamente e temporalmente, o que já aponta para um desenvolvimento lógico matemático.

Nisto apresentamos a seguir um projeto de ensino de matemática aportado nos cinco campos de experiência através da literatura infantil como instrumento impulsionador do processo de ensino e aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se, com base na experiência vivenciada e nas perspectivas que a prática docente ofereceu e oferece até o momento, que a docência é ou torna-se uma atividade intrigante, onde há descobertas e desencontros. Valida que as hipóteses que levantamos para conferir o desenvolvimento das capacidades e habilidades cognitivas das crianças são o carro chefe para questionar os nossos próprios métodos e estratégias, fazendo com que a busca por referenciais teóricos

e formativos seja eminentemente necessário, ou seja, a formação acadêmica se conclui, mas a profissional não finda.

As estratégias são muitas, mas a prioridade, especialmente na educação infantil é possibilitar as crianças pequenas vivenciarem aquilo que queremos ou devem aprender. De início com estímulo, depois com autonomia, e, por seguinte juntos, compartilhando o momento, o contexto e o aprendizado.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p.279

HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância: da Idade Média á época contemporânea no Ocidente**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

GOMES, Débora. **História da criança: breves considerações sobre concepções e escolarização da infância**. XII Congresso Nacional de Educação – Educere. Formação de professores: complexidade e trabalho docente. PUC – PR. 2015.

LUSTIG, Andrea Lemes. **Criança e infância: contexto histórico social**. Dissertação de mestrado apresentado à Universidade do estado de Mato Grosso, 2014.

BRASIL, Ministério da Educação. **Documento de Referência Curricular para a Educação Infantil**. Brasília – DF, 2009.

BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base. Brasília – DF, 2018.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. **Documento de Referência Curricular para Educação Infantil**. Cuiabá – MT, 2018.

VASCONCELOS, Celso dos S. **Metodologia Dialética em Sala de Aula**. In: Revista de Educação AEC. Brasília: abril de 1992 (n. 83).

PARREIRAS, Ninfa de Freitas. **Confusão de línguas na literatura: o que o adulto escreve, e a criança lê**. Belo Horizonte: RHJ, 2009.

CAVICCHIA, Durlei de Carvalho. **O Desenvolvimento da Criança nos Primeiros Anos de Vida**. Unesp – SP, 2010.

OS IMPACTOS DA COVID 19 E O PAPEL DA RESPONSABILIDADE SOCIAL NO FUTURO

Paulo Candido Damasceno¹⁵

Edival Dan¹⁶

Yara de Figueredo Dan¹⁷

Juracy Martins Figueiredo¹⁸

RESUMO:

Uma grave crise econômica mundial foi condicionada a partir da pandemia COVID-19 que desencadeou sérios problemas aos sistemas de saúde, bem como fomentou uma das maiores crises em todo o mundo. Decorrente da reação a COVID-19, vários países escolheram diversas diretrizes, que incluem o encerramento, restrições ou mesmo suspensão de atividades ligadas aos mais diversos setores. O presente artigo, faz uma breve conceituação de Responsabilidade Social, bem como da sua importância, especialmente em tempos de pandemia. Por conseguinte, faz-se uma análise de como se conduzirá o contexto da responsabilidade social no momento pós-pandemia.

Palavras-Chave: Pandemia. Coronavírus. Responsabilidade Social.

RESUME:

A serious global economic crisis was conditioned by the COVID-19 pandemic that triggered serious problems in health systems, as well as fomenting one of the biggest crises in the world. As a result of the reaction to COVID-19, several countries have chosen several guidelines, which include the closure, restrictions or even suspension of activities related to the most diverse sectors. This article presents a brief conceptualization of Social Responsibility, as well as its importance, especially in times of pandemic. Therefore, an analysis is made of how the context of social responsibility will be conducted in the post-pandemic moment.

Keywords: Pandemic. Coronavirus. Social Responsibility.

¹⁵Doutorando (c) em Administração de Empresa – UDS/PY.

¹⁶Doutor em Educação – UDS/PY.

¹⁷Doutora em Administração Educacional – UDS/PY.

¹⁸Mestranda (c) Direito – UDS/PY.

1. INTRODUÇÃO

A pandemia da Covid-19 propiciou uma das maiores crises a perfazer a economia mundial desde a Grande Depressão de 1930. O conjunto das características concernentes à doença propiciaram com que a única forma eficiente de conseguir alguma redução da velocidade de disseminação mostrou-se no distanciamento social e, conseqüentemente, quarentenas e lockdowns. Resultando, como consequência, na redução da oferta de mão de obra, rupturas de cadeias globais de valor e uma crise sem histórico na ambiência do comércio e na logística internacionais. Por conseguinte, os mercados financeiros e de commodities mostraram-se comumente aplacados, alterando consistentemente os fundamentos da economia mundial. (IPEA, 2020).

Em decorrência da crise se observa uma queda abrupta da produção, do emprego e da renda em quase todos os países no mundo todo. Essa contextualização direciona para uma redução sem precedentes no comércio mundial. Rapidamente dada a propagação da doença, o desconhecimento a respeito da sua etiologia e tratamentos e o obscurantismo decorrente de como a pandemia virá a se mostrar, principalmente sua intensidade e duração, tornam todo o quadro extremamente incerto. (IPEA, 2020).

2. COVID - 19 - CONTEXTUALIZAÇÃO

De acordo com a Direção Geral de Saúde em Portugal, o novo coronavírus, designado SARS-CoV-2, foi identificado pela primeira vez em dezembro de 2019 na China, na cidade de Wuhan (Wuhan's Huanan Seafood Wholesale Market). Neste contexto, o novo agente nunca tinha sido identificado anteriormente em seres humanos. O princípio da infecção mostra-se ainda desconhecida e está em análise a via de contaminação. A propagação se faz de pessoa a pessoa sendo afirmativa a existência da infecção em vários países e em pessoas que não tinham visitado o mercado de Wuhan na China.

No contexto atual a epidemia apresenta-se da decorrência de um agravamento acima da média histórica de seu quadro. Os resultantes e a causa de uma epidemia têm comumente um aparecimento abrupto e propaga-se por determinado período de tempo em determinada área geográfica, atingindo frequentemente um elevado número de pessoas (MOURA; ROCHA, 2012). Porém, quando uma epidemia se alastra de forma desequilibrada se espalhando pelos continentes, ou pelo mundo, ela é considerada pandemia. (FRANÇA, 2020).

Logo depois da China, diferentes países começam a ser impactados pelo COVID-19 e a doença aceleradamente espalha-se por diversos países e todo o mundo fica em estado de alerta, com os números de infectados que vão aumentando e estatísticas cada vez mais alarmantes. Frente a estas circunstâncias, no dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde denomina que o "COVID-19" é uma "pandemia". A declaração surge quando se tem mais de 120 países com casos declarados de infecção (RTP, 2020).

A partir dos primeiros casos de Covid-19 foram notificadas pela China, com a Organização Mundial de Saúde (OMS) validando seu primeiro alerta em 31 de dezembro de 2019, a doença vem crescendo de forma exponencial em larga escala de infectados e mortes mundialmente. A primeira onda alcançou a China entre janeiro e fevereiro de 2020, posteriormente a segunda onda se proliferou gradativamente pelo resto do planeta desde então, começando pela Ásia, Europa, EUA e, por último, atingindo os países em desenvolvimento. Na data de 11 de março a OMS nomeou a doença como "pandemia global", causando colapsos subsequentes nos sistemas de saúde dos países mais infectados. De vertiginosa evolução, a Covid-19 chegou à marca de 4,6 milhões de infectados e mais de 300 mil óbitos em 18 de maio de 2020, seguindo em curva ascendente de infecções. (SOENDERGAARD et al., 2020).

Em maio de 2020, a Euronews afirma que "a pandemia de covid-19 já matou mais de 325.000 pessoas em todo o mundo, mais de três quartos das quais na Europa e nos Estados Unidos, desde que surgiu na China, em dezembro,

segundo um relatório da AFP a partir de fontes oficiais.” Fez a ocorrência até às 19h00 (CET) de um total de 325.003 mortes em todo o mundo (para 4.939.642 casos), incluindo 169.671 na Europa (1.944.207 casos), o continente mais afetado. Os Estados Unidos da América foi o país com mais mortes (92.387), seguido pelo Reino Unido (35.704), Itália (32.330), França (28.132) e Espanha (27.888) (EURONEWS, 2020).

A instituição Wellcome Trust denominou o coronavírus de “ameaça significativa e urgente à saúde global” e apelou a “investigadores, especialistas e fundos de investigação para garantir que os resultados de pesquisa e os dados relevantes para este surto fossem partilhados de uma forma rápida e aberta” para informar os funcionários do setor da saúde com o objetivo final de ajudar a salvar muitas vidas (LARIVIÈRE, SHU; SUGIMOTO, 2020; CARR, 2020). Com a celeridade ascendente de infectados, a somatória total de óbitos será, gradualmente, muito superior, se a população não se conscientizar que o isolamento social, mostra-se como a única saída para a não propagação do contágio, diminuição e recuperação de infectados.

[...] Com o objetivo de reduzir os impactos da pandemia, diminuindo o pico de incidência e o número de mortes, alguns países têm adotado medidas tais quais isolamento de casos suspeitos, fechamento de escolas e universidades, distanciamento social de idosos e outros grupos de risco, bem como quarentena de toda a população. Estima-se que essas medidas tendam a “achatar a curva” de infecção, ao favorecer um menor pico de incidência em um dado período, reduzindo as chances de que a capacidade de leitos hospitalares, respiradores e outros suprimentos seja insuficiente frente ao aumento repentino da demanda, o que se associaria à maior mortalidade (BROOKS; FERGUSON; SCHMIDT, 2020, p.4).

Por conseguinte, a orientação é para que as pessoas fiquem em casa, independente da faixa etária e, neste período, tentem se adaptar a esta nova realidade, procurando ideias inovadoras para ofertar ao mercado pós-covid-19. Nesta premissa, e em concreto, o turismo tem sido um dos principais setores da economia que mais tem sofrido as consequências e os efeitos da pandemia, resultando no encerramento de estabelecimentos e no cancelamento de viagens por parte dos potenciais visitantes.

Nestes desígnios, entende-se que a crise não apenas deixará muitas organizações lutando pela sobrevivência, mas também as obrigará a buscar caminhos estratégicos alternativos. Se, por uma óptica, a crise impôs enormes desafios às organizações empresariais, por outra via, também exigiu inovações, apresentando a elas a oportunidade de identificar novos modelos de negócios que lhes propiciarão ser sobreviventes a crise (SEETHARAMAN, 2020).

Inovar não necessariamente visa implementar uma nova tecnologia, mas reinventar um modo de lidar com os problemas, oferecendo uma solução rápida e que atenda às necessidades e expectativas das demandas da clientela. Na atual conjuntura, significa usar ferramentas e tecnologias que já existem para fazer a empresa e seus produtos chegar até os clientes nesse período de distanciamento social. A inovação mostra-se uma aliada relevante neste momento e suas ferramentas podem vir a reduzir o impacto do coronavírus no desempenho das empresas. (ÁVILA;FRITZEN; DAMKE, 2020).

Muitas adaptações deverão ser realizadas nas situações novas em um período pós-Covid-19, ainda mais a frente dos cenários intimidadores de sucessivos temores de novas epidemias, ou ataques de pragas, como a de gafanhotos, que causou grande alvoroço no mês de junho em alguns países fronteiriços com o Centro-Oeste e Sul do Brasil. As referidas situações engajaram o governo a emitir Decreto (208/2020) com medidas de combate, que incluem a intensificação do uso de agrotóxicos para evitar a praga, o que pode gerar ainda mais desequilíbrios ambientais. (O-TEMPO, 2020).

Vale salientar, que os consumidores estão cada vez mais observantes quanto aos valores das empresas relacionados à sociedade. Para além da responsabilidade

social, a inovação deve estar perfilada aos propósitos da empresa e aos interesses da sociedade na sua conjuntura. Faz-se necessário adotar melhores práticas ambientais, sociais e de governança no planejamento estratégico das empresas, em virtude que, os consumidores estão mais conscientes e as empresas serão avaliadas não somente por seus índices de finanças. Pode-se

aproveitar este contexto para refletir sobre como o plano de negócios ou os produtos podem contribuir para uma economia circular e mais sustentável. (ÁVILA; FRITZEN; DAMKE, 2020).

2.1. Conceituando Responsabilidade Social

O presente artigo se propõe a mostrar a importância que a responsabilidade social nos tempos de pandemia tem, inclusive buscando mencionar alguns benefícios que essas atitudes poderão trazer para o futuro. Nesse sentido, faz-se necessário primeiramente conceituar, o que é responsabilidade social?

[...] Responsabilidade social é quando as empresas decidem, voluntariamente, contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo. O conceito de responsabilidade social pode ser compreendido em dois níveis: o nível interno relaciona-se com os trabalhadores e, a todas as partes afetadas pela empresa e que, podem influenciar no alcance de seus resultados. O nível externo são as consequências das ações de uma organização sobre o meio ambiente, os seus parceiros de negócio e o meio em que estão inseridos. A responsabilidade social implica a noção de que uma empresa não tem apenas o objetivo de fazer lucro e além de trazer benefício financeiro às pessoas que trabalham na empresa, também deve contribuir socialmente para o seu meio envolvente. Desta forma, a responsabilidade social muitas vezes envolve medidas que trazem cultura e boas condições para a sociedade (TENÓRIO, 2006, p. 10).

Responsabilidade social é quando a empresa decide por conta própria adotar medidas que permitam contribuir com uma sociedade mais justa e que permita possibilitar um ambiente mais limpo. Tal conceito pode ser compreendido em dois níveis: interno e externo. O nível interno compreende os trabalhadores e as demais partes que podem possibilitar o alcance de resultados. O nível externo diz respeito às ações da instituição sobre o meio ambiente.

[...] Existem diversos fatores que originaram o conceito de responsabilidade social, em um contexto da globalização e das mudanças nas indústrias, surgiram novas preocupações e expectativas dos cidadãos, dos consumidores, das autoridades públicas e dos investidores em relação às organizações. Os indivíduos e as instituições, como consumidores e investidores, começaram a condenar os danos causados ao ambiente pelas

atividades econômicas e também a pressionar as empresas para a observância de requisitos ambientais e exigindo à entidades reguladoras, legislativas e governamentais a produção de quadros legais apropriados e a vigilância da sua aplicação (TENÓRIO, 2006, p. 11).

Com a globalização e as mudanças nas indústrias, acabaram surgindo preocupações com a necessidade de cuidados maiores com o meio ambiente e os impactos causados ao mesmo através das atividades econômicas, esse contexto é que fez com que surgisse a necessidade de empregar a responsabilidade social por parte das empresas.

[...] Os primeiros estudos que tratam da responsabilidade social tiveram início nos Estados Unidos, na década de 50, e na Europa, nos anos 60. As primeiras manifestações sobre este tema surgiram em 1906, porém essas não receberam apoio, pois foram consideradas de cunho socialista, e foi somente em 1953, nos Estados Unidos, que o tema recebeu atenção e ganhou espaço. Na década de 70, começaram a surgir associações de profissionais interessados em estudar o tema, e somente a partir daí a responsabilidade social deixou de ser uma simples curiosidade e se transformou em um novo campo de estudo (TENÓRIO, 2006, p. 12).

Conforme mencionado, os primeiros estudos sobre o tema surgiram nos Estados Unidos e datam da década 50, no entanto não houve tantos destaques, somente na década de 70 é que começou a surgir um interesse maior.

[...] Existe também a responsabilidade social corporativa, que é o conjunto de ações que beneficiam a sociedade e as corporações que são tomadas pelas empresas, levando em consideração a economia, educação, meio-ambiente, saúde, transporte, moradia, atividades locais e governo. Geralmente, as organizações criam programas sociais, o que acaba gerando benefícios mútuos entre a empresa e a comunidade, melhorando a qualidade de vida dos funcionários, e da própria população (TENÓRIO, 2006, p. 13).

A responsabilidade social corporativa é o conjunto de ações realizadas pelas empresas que visam beneficiar a sociedade e as próprias corporações, levando em conta a economia, meio-ambiente, saúde, transporte, moradia, atividades locais e governo. Na maioria das vezes as empresas criam programas sociais, o que acaba trazendo benefícios para as próprias empresas e para a comunidade.

[...] Responsabilidade Social Empresarial está intimamente ligada a uma gestão ética e transparente que a organização deve ter com suas

partes interessadas, para minimizar seus impactos negativos no meio ambiente e na comunidade. As empresas de hoje em dia têm cada vez mais uma consciência social, o que é traduzido pela responsabilidade social demonstrada. A responsabilidade social está intimamente relacionada com práticas de preservação do meio ambiente. Assim, uma empresa responsável no âmbito social deve ser conhecida pela criação de políticas responsáveis na área ambiental, tendo como um dos seus principais objetivos a sua sustentabilidade (TENÓRIO, 2006, p. 13).

As empresas precisam ter uma consciência social e buscar minimizar os

impactos negativos causados ao meio ambiente e a comunidade, o que demonstra sua responsabilidade social.

[...] Para se analisar a gestão empresarial centrada na ética e na responsabilidade social é necessária considerar que as empresas têm atribuições a serem desenvolvidas no meio externo e no meio interno. No meio externo desempenham funções que vão desde a promoção de produtos de valor – utilidades – que irão satisfazer as necessidades de um grupo de pessoas – clientes – praticando um padrão de conduta aceito pela sociedade até a busca do lucro que irá manter essa empresa em funcionamento. No meio interno, essas organizações também têm um rol elevado de obrigações como a de satisfazer às expectativas de seus empreendedores e colaboradores, agindo dentro de uma conduta coerente com suas convicções, crenças e valores culturais (CANDIL 2010, P. 46).

Para que se possa desempenhar uma gestão empresarial pautada na ética e na responsabilidade social, é necessário levar em conta atribuições que serão desenvolvidas no contexto externo e interno, de maneira que esteja coerente com suas convicções, crenças e valores éticos.

[...] Isso requer das empresas uma gestão socialmente responsável e um efetivo comprometimento na implementação de alternativas à solução ou minimização dos problemas sociais causados pela atividade empresarial. Nesse passo, a ética atual, no âmbito do direito empresarial, serve de princípio que sinaliza a preocupação com a solidariedade humana. Os empreendimentos grandes ou pequenos devem estar atentos às influências que irão causar no meio social, pois a ética remete a ideia de “fazer o que é certo e justo, evitando ou minimizando os danos causados às pessoas”. É necessário, portanto, estabelecer regras para exercer suas atividades na perspectiva do desenvolvimento econômico sustentável (CANDIL 2010, p. 46).

As empresas necessitam assumir o compromisso de minimizar os problemas sociais decorrente de suas próprias atividades, ou seja, precisam agir

e atuar de forma ética. É preciso muito mais que a preocupação em gerar lucros, pois as necessidades do mundo atual exigem que a haja uma nova visão para aspectos que perpassam essa questão.

Durante muito tempo, confundiu-se Responsabilidade Social com ações de filantropia, muitas vezes desligadas do objeto de negócio da empresa. Estas ações podem fazer parte da Responsabilidade Social de uma empresa, mas, por si só, não a tornam socialmente responsável. A Responsabilidade Social Empresarial é, “a integração voluntária de preocupações sociais e ambientais por parte das empresas nas suas operações e na sua interação com outras partes interessadas”. Da definição resulta a ideia de que a gestão das empresas não pode e/ou não deve ser orientada apenas pelo cumprimento dos interesses dos acionistas – mas também pela consideração de outros stakeholders. O documento demonstra que a assunção de responsabilidades sociais pelas empresas contribui para maiores produtividade, rentabilidade e competitividade das mesmas (CRISTINA; FONTES, 2011, P. 2).

Conforme mencionado anteriormente, a busca pela responsabilidade das empresas, possibilita maior produtividade, rentabilidade e competitividade das mesmas, ou seja, não só a comunidade e as questões sociais ganham com isso, mas também a própria empresa pode se beneficiar de suas próprias ações.

[...] O Livro Verde intitulado “Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas” representa um contributo importante para as reflexões em torno da matéria. Nele está claramente incluída a tese do desenvolvimento sustentável e a noção de que as empresas devem prosseguir três tipos de objetivos: económicos, sociais e ambientais. Assim, o empresário reconhece hoje, claramente, que o sucesso económico e financeiro está intimamente ligado à integração dos valores do Desenvolvimento Sustentável – o desenvolvimento que permite às gerações presentes satisfazer as suas necessidades, sem pôr em causa a mesma possibilidade às gerações futuras. Ou seja, as empresas têm de integrar nas suas operações o impacto económico, social e ambiental. Esta tridimensionalidade, também designada pela expressão anglo-saxónica de Triple Bottom Line, reflete a nova mentalidade dos empresários baseada numa gestão orientada por objetivos relacionados não só com os proveitos, mas também com o planeta e com as pessoas. De fato, as práticas empresariais influenciam diretamente, a vida económica e social, bem como o ambiente, a saúde e o bem-estar humano. A empresa pode assim, contribuir para o desenvolvimento sustentável, gerindo as suas operações de modo a consolidar o crescimento económico e aumentar a competitividade, ao mesmo tempo que asseguram a defesa do ambiente e Responsabilidade Social. A empresa promove o comportamento ético

e socialmente responsável, abrangendo assim a percepção e os interesses da sociedade (CRISTINA; FONTES, 2011, P. 3).

Nesta concepção, a empresa precisa estar pautada em três tipos de objetivos, são eles: econômicos, sociais e ambientais. Ou seja, o empresário precisa reconhecer que só poderá ter sucesso econômico e financeiro, se também tiver uma certa visão para a natureza e para o bem-estar comum das pessoas.

[...] Responsabilidade social é o modo de pensar e agir eticamente na minha relação com o outro. No universo das empresas, a responsabilidade social pode ser traduzida como um princípio ético, aplicado à realidade através de uma gestão que leva em consideração as necessidades e opiniões dos diferentes stakeholders, isto é, dos públicos envolvidos ou impactados pelo negócio das empresas: clientes, funcionários, acionistas, comunidades, meio ambiente, fornecedores, governo e outros. A responsabilidade social empresarial ganhou força no Brasil e no mundo principalmente na década de 90, tendo adesão crescente das empresas, que passaram a considerar o conceito como parte das diretrizes de suas estratégias. Para uma empresa, ter responsabilidade social pode ser um bom caminho para melhor administrar riscos, uma vez que entre os seus princípios estão a transparência e o diálogo. A comunicação com os diferentes stakeholders é importante para a identificação de problemas comuns e a busca de soluções conjuntas. Este diálogo pode se dar de diferentes formas, como a formação de conselhos comunitários para encontros periódicos, pesquisas quantitativas ou qualitativas e reuniões com representantes de cada grupo. A responsabilidade social também é facilmente relacionada a outros aspectos positivos resultantes da adoção desta postura pelas empresas. A imagem institucional e a marca são valorizadas; há maior lealdade de todos os públicos e maior capacidade de recrutar e manter talentos; a empresa adquire maior estabilidade e conseqüentemente mais longevidade.

É importante frisar que a responsabilidade social empresarial é primeiramente uma atitude que reflete a ética da empresa. Com a busca da melhoria contínua, já existem normas que norteiam as atividades da empresa dentro de um gerenciamento ético e social (CANDIL 2010, p. 48).

A responsabilidade social de uma empresa demonstra a ética e o compromisso da mesma com a natureza, o planeta e as pessoas. Para que essa empresa possa agir assim é preciso dar voz aos atores envolvidos nesse processo, e essa interação pode acontecer através de reuniões e pesquisas quantitativas e qualitativas com os principais representantes de cada categoria.

Se uma empresa decide considerar a utilização de normas e padrões que verifiquem ou atestem a sua postura responsável, já existem algumas opções. A importância de normas e padrões está principalmente na definição e concordância de termos e procedimentos, o que permite uma certa comparabilidade da empresa com o restante do mercado. Com relação ao meio ambiente, a certificação internacional mais aceita na atualidade é a ISO14000, que atesta a performance ambiental da empresa. Com relação à responsabilidade social, são dois os principais padrões existentes: SA8000 (Social Accountability 8000) e AA1000 (AccountAbility 1000).

A SA8000 é uma certificação internacional que tem como objetivo a garantia de direitos básicos dos trabalhadores, sendo mais adaptável a empresas que possuam processos produtivos industriais.

O AA1000 é um modelo de gestão auditável sugerido pela organização inglesa ISEA, que estabelece passos para a adoção de um processo ético e socialmente responsável, melhorado continuamente, e que tem como base o diálogo com os stakeholders.

No Brasil, a iniciativa do Instituto Ethos, organização referência da responsabilidade social empresarial no país, engloba indicadores que são aplicados pelas empresas voluntariamente (os indicadores Ethos). Os temas abordados pelo instrumento são: valores e transparência, público interno, meio ambiente, fornecedores, consumidores, comunidade e governo e sociedade. Através dele, as empresas têm a possibilidade de comparar seus resultados com o cenário global das outras empresas respondentes (CANDIL2010, p. 49).

Para que as empresas realizem atividades que sejam consideradas sustentáveis, ela precisa se basear em normas e princípios como: a ISO 14000, SA8000, AA1000 e no caso do Brasil um dos institutos bem atuantes é o Instituto Ethos.

2.2. A importância da Responsabilidade Social em tempos de pandemia

É inquestionável o fato de que o momento atual é considerado um dos mais desafiadores no contexto econômico, social, empresarial e de saúde pública, pois como se sabe, desde dezembro de 2019, partindo da cidade de Wuhan na China começou a se disseminar o vírus Sars-CoV-2 que causa a Covid-19 e que a partir daí começou a se disseminar por diversos países, e que já ocasionou milhares de mortes.

[...] Em dezembro de 2019 em Wuhan na China surgiu o vírus Sars-CoV-2, conhecido como Covid-19 que, e tornou uma emergência social pública de interesse internacional, uma vez que se espalhou pelo planeta em uma velocidade de contágio muito superior aos casos anteriores de SARS e Influenza, conduzindo a um contexto de pandemia. Ressalta-se que o termo “pandemia” se refere à distribuição geográfica de uma doença e não à sua gravidade e que a Covid-19 já se propagou para 196 países.

Ao longo da história, sete coronavírus humanos (HCoVs) já foram identificados: HCoV229E, HCoV-OC43, HCoV-NL63, HCoV-HKU1, SARS-

CoV, MERS-COV e o, mais recente, novo coronavírus (SARS-CoV-2). Esse novo coronavírus é responsável por causar a doença Covid-19, a qual desencadeia uma síndrome respiratória aguda.

É a sexta vez na história que uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (EPII) é declarada. As outras foram: abril de 2009 - Pandemia de H1N1; maio de 2014 - disseminação internacional de poliovírus; agosto de 2014 - surto de Ebola na África Ocidental; fevereiro de 2016 - vírus zika e aumento de casos de microcefalia e outras malformações congênitas e; maio de 2018 - surto de ebola na República Democrática do Congo (OPAS, 2020a).

A Covid-19 trouxe impacto nos mais diversos segmentos, o que não foi diferente, no segmento empresarial, que precisou fechar as suas portas e se adaptar à nova realidade.

[...] Apesar disso, a discussão sobre o papel das empresas e a sua responsabilidade com a sociedade foi impulsionada pela pandemia de COVID19, onde surgiram uma série de iniciativas empresariais no Brasil e no exterior para mitigar os impactos negativos da pandemia (ZHANG et al., 2020).

Desde 1960, se discute sobre responsabilidade social empresarial, no entanto, nos últimos meses, devido a pandemia da Covid-19, esse tema tem ganhado destaque, onde algumas empresas no Brasil e no exterior, têm adotado iniciativas, visando minimizar os impactos causados pela doença.

[...] A pandemia da Covid-19 trouxe impactos significativos sobre todas as esferas da sociedade, gerando preocupação de organismos internacionais, governos, organizações privadas e sociedade. Em qualquer ângulo que se observe, o objetivo primordial neste momento de pandemia é a preservação da vida. Tal impacto afeta diretamente as empresas, uma vez que a pandemia da Covid-19 deve representar uma ruptura nos padrões tidos como normais da vida cotidiana. Isso leva à necessidade de se repensar as práticas e o papel das empresas.

Ao passo que as empresas precisam enfrentar novos desafios proporcionados pela pandemia, são também solicitadas a contribuir com uma sociedade afetada frontalmente e que terá de superar múltiplas situações desafiadoras, sendo que ambas terão que aprender a conviver com um novonormal. O momento exige que as empresas adotem uma postura de sensibilidade e contribuição com a sociedade.

Portanto, as empresas se veem em um inesperado desafio no século XXI: a gestão empresarial em tempos de pandemia. Os dilemas presentes no momento emergencial cobram ações sociais imediatas e eficazes. Enganam-se aqueles que pensam que a responsabilidade pela população em um momento de pandemia é somente dos órgãos públicos e dos governos. Esta é uma obrigação de todos os agentes da sociedade, especialmente de empresas que possuem capital para colaborar no enfrentamento desta crise (BATISTA et al., 2020).

Sendo assim, é importante mencionar que apesar dos desafios que as empresas também enfrentam em meio a pandemia, há uma necessidade maior de buscar se adaptar ao novo “normal”, e buscar meios eficazes e tão necessários que sejam empregados na sociedade e na sua respectiva empresa, que busquem minimizar os impactos causados pela pandemia a Responsabilidade Social Empresarial compreende temas e instrumentos como códigos de ética, práticas de boa governança corporativa, compromissos públicos assumidos pela empresa, gestão e prevenção de riscos, além de mecanismos anticorrupção, diversidade, apoio às minorias, assim como a ampliação desses compromissos por toda a cadeia produtiva vinculada na relação com os fornecedores. Sendo assim, ressalta-se que a Responsabilidade Social Empresarial vai muito além do que a empresa deve fazer por obrigação legal, uma vez que cumprir a lei não faz uma empresa ser socialmente responsável, o que a torna responsável é justamente as ações que são realizadas além do que a lei exige. Sendo assim, uma série de empresas brasileiras têm se manifestado na pandemia de Covid-19, no intuito de apoiar programas de combate ao coronavírus, investir em equipamentos hospitalares e até mesmo realizar ações filantrópicas (BATISTA et al., 2020).

Responsabilidade Social Empresarial, envolve uma série de questões, e é exatamente o que perpassa o papel do que a empresa faz por obrigação, na pandemia muitas empresas se solidarizaram com os desafios que a pandemia trouxe e optaram por ajudar doando máscaras, equipamentos hospitalares ou

até mesmo realizaram ações filantrópicas no intuito de buscar minimizar os problemas provenientes dessa fase.

[...] Além dos efeitos sobre a saúde das pessoas, a COVID-19 também está causando um impacto significativo sobre a economia mundial. Os impactos causados serão significativos tanto a curto quanto a médio prazo, levando muitos trabalhadores e empresas a enfrentar uma perda significativa de renda. A probabilidade de uma recessão mundial é alta, mas sua dimensão ainda é desconhecida e dependerá das medidas e políticas tomadas pelos governos para mitigar as consequências da pandemia nos mais diversos setores e atividades. Enquanto a comunidade científica se prepara para um complexo processo de busca da prevenção e cura desse temido vírus, a comunidade empresarial e administrativa precisa fazer o mesmo para minimizar os impactos econômicos da crise (SEETHARAMAN, 2020).

Como já foi mencionado, a pandemia afetou os mais diversos segmentos, exatamente por isso, os esforços para tentar voltar a “normalidade”, precisarão ser conjuntos, enquanto as equipes médicas tratam da saúde das pessoas acometidas pela doença, os pesquisadores buscam pesquisar a vacina e seus efeitos, ao passo que a comunidade empresarial também precisam buscar medidas que visem minimizar ao máximo os impactos da crise que já se encontrava instalada no país e que ocorreu um grande agravamento decorrente da pandemia.

Intuitivamente, entende-se que a crise não apenas deixará muitas organizações lutando pela sobrevivência, mas também as obrigará a buscar caminhos estratégicos alternativos. Se, por um lado, a crise impôs enormes desafios às organizações empresariais, por outro, também exigiu inovações, apresentando a elas a oportunidade de identificar novos modelos de negócios que lhes permitirão sobreviver à crise.

Inovar não é necessariamente implementar uma nova tecnologia, mas criar uma nova maneira de lidar com os problemas, oferecendo uma solução rápida e que atenda às necessidades e expectativas dos clientes. E, neste caso, significa usar ferramentas e tecnologias que já existem para fazer a empresa e seus produtos chegar até os clientes nesse período de distanciamento social. A inovação é uma aliada importante neste momento e suas ferramentas podem ajudar a reduzir o impacto do coronavírus no desempenho das empresas (SEETHARAMAN, 2020).

Apesar dos desafios que a pandemia impôs, as empresas sentiram a necessidade de inovar, para que mesmo em período de distanciamento social,

conseguissem atender as necessidades e demandas dos seus clientes, mesmo que pra isso fosse necessário realizar o atendimento de forma virtual, ou até mesmo adotar uma outra medida.

[...] É importante salientar, que os consumidores estão cada vez mais atentos aos valores das empresas com relação à sociedade. Mais do que responsabilidade social, a inovação deve estar alinhada aos propósitos da empresa e aos interesses da sociedade como um todo. É preciso adotar melhores práticas ambientais, sociais e de governança no planejamento estratégico das empresas, uma vez que, os consumidores estão mais conscientes e as empresas serão avaliadas não apenas por seus indicadores financeiros. Cabe aproveitar esse momento para refletir sobre como o modelo de negócios ou os produtos podem contribuir para uma economia circular e mais sustentável (ÁVILA, FRITZEN, DAMKE, 2020, p. 2)

Vale salientar que as empresas não devem se preocupar apenas com o lucro, existe um leque de aspectos a serem identificados e alinhados com as necessidades cotidianas. Uma vez que, as pessoas estão cada vez mais conscientes dos seus direitos, bem como da responsabilidade social que as empresas precisam ter com a sociedade e o ambiente do qual fazem parte.

[...] A pandemia da COVID-19 tem exigido dos governos tomadas de decisão que tenham impacto social, sanitário e econômico em uma situação extremamente dinâmica. Tais decisões, críticas no combate à pandemia, têm sido realizadas frequentemente com dados e informações ainda incompletas. Ainda que todos os países atingidos pela pandemia estejam vivenciando sérios problemas econômicos, de acordo com o Banco Mundial, os efeitos da crise econômica nos países emergentes, infelizmente serão mais graves (ALONSO et al, 2020).

Conforme já mencionado, a pandemia do Corona Vírus, afetou diversos países, e vem necessitando de tomadas de decisões sociais, econômica e sanitárias, no entanto, como sabe os maiores afetados, são os países emergentes.

[...] Segundo projeções do Banco Mundial, a economia do Brasil deve encolher em torno de 8% este ano em virtude da pandemia, uma das quedas mais acentuadas da história. Apesar da recessão ser sentida em toda a economia, estima-se que as empresas menores sejam as mais afetadas, uma vez que, tendem a fazer parte dos setores cujo trabalho requer interações pessoais, e onde o trabalho em casa é menos difundido. Elas também tendem a empregar pessoas de baixa renda, além de ter menos reservas de caixa e, portanto, enfrentam um risco maior de passar de falta de liquidez para insolvência. Essas empresas menores incluem as mais de 5 milhões de fazendas familiares que produzem principalmente para consumo doméstico e

que são vitais para a segurança alimentar no país (BANCO MUNDIAL, 2020a).

Devido a pandemia, estima-se que a economia no Brasil, deve encolher por volta de 8% este ano, o que marca uma das quedas mais significativas da história, fator este que pode afetar a todas as empresas, no entanto as que podem sentir com maior intensidade essas dificuldades serão as menores empresas, pelo fato de a maioria das vezes, seus recursos humanos e financeiros serem mais limitados.

[...] A partir de março de 2020, com a publicação do Decreto Legislativo nº 6/2020, reconhecendo o estado de calamidade pública, o governo brasileiro passou a estabelecer medidas para o enfrentamento da doença, dentre elas, medidas para a área econômica. Para proteger as empresas, evitar demissões em massa e preservar a renda das famílias, o governo e o Banco Central lançaram um pacote de apoio às empresas e ao setor financeiro, incluindo medidas de apoio à liquidez, diferimento de impostos e medidas trabalhistas para compensar os salários, flexibilizar os contratos e aliviar os encargos regulatórios. Além da manutenção da renda, os esforços do governo também estão concentrados na manutenção dos postos de trabalho. A reforma trabalhista de 2017, que regulou o trabalho em meio período, e a MP nº 936/2020, editada no início da crise, introduziram flexibilidades para as empresas dispensarem temporariamente os trabalhadores ou reduzirem as horas de trabalho sem ter que demiti-los (ÁVILA, FRITZEN, DAMKE, 2020, p.4)

Devido ao estado de calamidade pública que se instalou, decorrente da pandemia, sentiu-se a necessidade de criação de medidas que visassem minimizar os impactos sofridos pelas empresas, buscando evitar ou pelo menos minimizar o processo de demissão em massa e buscando manter a renda das famílias, para isso, na maioria dos casos foram necessárias medidas trabalhistas que visavam a flexibilização dos contratos, a compensação dos salários e até mesmo para as empresas o alívio dos encargos regulatórios.

[...] O principal desafio, portanto, recai sobre os trabalhadores informais e autônomos, que estão mais expostos a choques de renda e não têm acesso a mecanismos formais de proteção de renda. Para auxiliá-los, o governo ampliou o Programa Bolsa Família para incluir 1,2 milhão de novas famílias que estavam na fila de espera e introduziu o programa de Auxílio Emergencial temporário, na forma de uma transferência mensal para trabalhadores informais, autônomos e desempregados sem os benefícios do seguro-desemprego, além dos beneficiários do Bolsa Família (BANCO MUNDIAL, 2020a).

Se para as pequenas empresas os impactos sofridos através da pandemia poderiam ser bastante danosos, quem dirá para os trabalhadores informais, autônomos e desempregados, exatamente por isso, houve a necessidade da ampliação do Bolsa Família, para um maior número de famílias pudessem ser contempladas e a criação do auxílio emergencial, visando ajudar esses trabalhadores ou desempregados a passar por esse momento difícil, no qual se instalou muitas dificuldades no quesito economia.

[...] Além do governo, em todo o mundo, grandes empresas estão fazendo doações milionárias para ajudar no combate ao novo coronavírus e, no Brasil, a solidariedade também está ganhando espaço. Esse valor tem ultrapassado, inclusive, as barreiras da concorrência entre empresas e diversas marcas têm se unido em prol de campanhas de arrecadação financeira para apoiar os profissionais de saúde e pessoas em situação de pobreza. Muitas empresas ainda têm receio de se posicionar frente às causas sociais, por medo de parecer uma estratégia oportunista para se promover. Porém, um levantamento realizado entre 18 e 23 de março pela MindMiners (2020) mostrou que os consumidores preferem marcas que estão fazendo algo para ajudar a população em meio à pandemia (ÁVILA, FRITZEN, DAMKE, 2020, p. 5).

Nos mais diversos países, as grandes empresas têm se solidarizado com a situação atual e já realizaram doações milionárias para ajudar no combate ao coronavírus. No Brasil não é diferente, várias empresas também contribuíram, em alguns casos até, deixando de lado as disparidades decorrentes de disputas de mercado e de concorrência, para se unirem em prol de um bem maior que é a solidariedade, uma vez que, esse momento atual pede um direcionamento mais pautado com as questões sociais. No entanto, algumas empresas ainda resistem por medo de serem consideradas oportunistas e que algumas pensem que estão usando o momento atual e a solidariedade para se promoverem.

2.3. A importância da responsabilidade social no pós pandemia

O ano de 2020 está sendo um ano desafiador, principalmente no que se refere a saúde e a economia.

As empresas foram, também, bastante afetadas pelos longos confinamentos obrigatórios, pela transformação na sociedade e pela forma como agora interagimos e vivemos. Aquelas que conseguiram sobreviver aos primeiros meses de pandemia tiveram que se adaptar

e alterar a forma como atuam, muitas vezes, repensando partes vitais da empresa, como o seu público-alvo e posicionamento ou, até, criando novos produtos para suprir necessidades atuais. Neste momento, as empresas enfrentam vários riscos estratégicos e operacionais, desde o aumento de custos e diminuição das vendas, atrasos ou interrupções de fornecimento das matérias-primas, problemas logísticos, de exportação e importação dos produtos, problemas com a segurança e saúde dos trabalhadores e mudanças na procura dos produtos no mercado (eSolidar, 2020, s. p.).

Conforme mencionado, nem todas as empresas conseguiram sair ilesas dos primeiros meses de pandemia, algumas delas se viram obrigadas a fecharem as portas devido à crise financeira, enquanto outras conseguiram se manter mais ainda assim enfrentaram e enfrentam os mais diversos desafios.

[...] Como a pandemia apanhou todos de surpresa, não houve um período de adaptação a esta nova realidade e as empresas tiveram que agir rapidamente, reorganizando a gestão de infraestrutura da empresa, procurando garantir a sua subsistência e a segurança dos seus trabalhadores. Muitos foram obrigados a recorrer a ferramentas tecnológicas e mudar para um modelo de trabalho online, flexibilizando os horários de trabalho e criando novas formas de gerir os seus trabalhadores. Foi, também, necessário repensar o próprio negócio e gerir de forma mais eficiente os recursos disponíveis, cortando nos custos operacionais e, quando necessário, reinventando os produtos e serviços que prestam à sociedade para colmatar as necessidades do momento de pandemia (eSolidar, 2020, s.p.).

Sendo assim, houve uma grande necessidade das empresas se reinventarem e se adaptarem à nova realidade que trouxe desafios inesperados, mas que também trouxe consigo aprendizados que poderão ser levados e aplicados no período pós pandemia, pois aquelas empresas das quais conseguirem superar tamanhos desafios

sairão mais fortalecidas e aptas a se reinventarem para se adaptarem às necessidades cotidianas.

Embora este cenário já seja bastante preocupante, sabemos que os próximos anos serão ainda mais difíceis já que se aproxima uma grave crise econômica, com grandes carências sociais. A responsabilidade social faz cada vez mais sentido e ganha urgência com a iminente recessão econômica. É necessário ir de encontro às necessidades que a sociedade agora tem e posicionar as ações de responsabilidade social nesse sentido. Valores antes moldados pelo individualismo, concorrência desmedida e consumo já não fazem sentido e dão lugar a valores que privilegiam o coletivo e bem da

sociedade para que se possam minimizar os efeitos desta pandemia e unir-nos por um bem comum. A pandemia acentuou a importância do coletivo e da consciência global na ajuda a questões relacionadas com as pessoas e o meio ambiente e derrubou a noção do lucro se sobrepor a esses valores (eSolidar, 2020, s. p.).

Como se sabe, antes da pandemia o Brasil já vinha enfrentando bastante dificuldade no contexto econômico, e com o surgimento da mesma, a situação se agravou ainda mais, pois não só as empresas como todos os segmentos se viram obrigados a se adaptar ao novo “normal”, tal realidade cedeu espaço para se pensar mais no coletivo, nas necessidades do outro. O que também cedeu espaço para investidores e empresários criarem uma nova mentalidade e assim repensar a visão e os valores de suas respectivas empresas.

[...] Esta enorme mudança na vida das pessoas trouxe, também, novas preocupações. As empresas devem adaptar as suas ações de responsabilidade social ao momento em que vivemos e ir de encontro às expectativas e necessidades da sociedade. Sendo assim, as 4 principais tendências em responsabilidade social pós pandemia são: -Preocupar-se com o bem-estar físico e mental dos trabalhadores. Envolvimento do funcionário na criação de ações de Responsabilidade Social. Apoio a causas estruturalistas. Investimento em Marketing Social (eSolidar, 2020, s. p.).

Um dos aspectos mencionados, é que as empresas precisam estar atentas ao bem-estar físico e mental dos seus trabalhadores, possibilitando assim condições favoráveis de trabalho das quais não exponha seus funcionários ao risco eminente de contrair a doença, evitando assim, complicações maiores, para que quando tudo for restabelecido, o colaborador esteja apto a exercer suas funções com afinco.

É importante também promover a participação dos colaboradores na criação e desenvolvimento de atividades ligadas à Responsabilidade Social, que serão desenvolvidas pelas empresas. No intuito de que o colaborador se sinta peça importante desse processo e também no intuito de que o mesmo tenha plena consciência da importância que esse trabalho desenvolvido pela empresa é fundamental para minimizar contrastes e disparidades sociais.

É importante também focar nas ações de responsabilidade social, contemplando pontos como saúde, educação, lazer, ciência, dentre tantos outros que são imprescindíveis numa perspectiva de minimizar as desigualdades sociais.

Além de haver uma percepção maior sobre a importância das empresas estarem cada vez mais focadas em promover o social e não apenas estarem focadas na competitividade e no lucro desenfreado que acaba passando por cima de tudo e de todos em prol de si mesmas. Não só pelo fato de as pessoas estarem cada vez mais atentas, a essa questão do social e esperarem dessas empresas uma postura condizente com essas necessidades, como também por uma necessidade das empresas se fazerem presentes no ambiente, na sociedade e na realidade que os cerca.

[...] Embora o novo normal tenha se tornado assunto frequente, ninguém sabe exatamente o que ele representa e como as relações humanas, profissionais e comerciais se darão em um mundo pós-pandemia. Pensar nesse novo mundo está sendo muito desafiador para a maioria, apesar da retomada de setores da economia e a flexibilização do distanciamento social apontarem algumas direções.

Independentemente da direção a ser seguida, as mudanças estruturais e comportamentais instituídas pela pandemia impõem alguns novos desafios às empresas, que vão desde rever a presença dos colaboradores nas suas instalações até uma maior compreensão da geopolítica global (ÁVILA, FRITZEN, DAMKE, 2020, p. 6).

Conforme mencionado anteriormente, é difícil ter uma certeza, de como tudo vai ficar, após a pandemia, até mesmo porque ainda não sabemos quanto tempo ainda vai durar, e todos os efeitos negativos que ainda vai causar, uma vez que muitos países já enfrentam uma segunda onda de contaminação e como vírus ainda mais letal.

O que podemos afirmar é que muito se espera que esses dias difíceis e desafiadores, cheguem ao fim, pois além dos danos econômicos existem danos ainda maiores que são a perda de milhares de vidas, que afetou inúmeras famílias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a grave crise econômica gerada pela pandemia do Covid-19 a grande maioria das empresas estão gravemente afetadas em suas estratégias, iniciativas e programas. O recomeço das atividades econômicas vai permitir que as empresas capturem decisões prioritárias, investindo em estratégias que beneficiem tanto as instituições, tanto quanto, sejam preocupantes a responsabilidade que a conjuntura epidêmica demanda e requer.

No entanto, é imprescindível que os desafios enfrentados nessa fase difícil, tragam um aprendizado, não estou dizendo com isso, que a pandemia tenha sido algo bom que tenha acontecido. No entanto, foi algo que aconteceu sem que tivéssemos escolha e a única opção que tivemos foi buscar meios que pudessem minimizar os impactos causados por essa doença que assolou o mundo inteiro.

Conforme mencionado durante este estudo muitas empresas não conseguiram superar as dificuldades decorrentes da pandemia, e se viram obrigadas a fecharem suas portas. Outras empresas de maiores portes estão conseguindo superar em partes essa situação difícil, pois apesar de não terem encerrado suas atividades, as mesmas também enfrentaram diversos desafios ao longo desse período.

Muitas delas, para conseguirem enfrentar tamanho desafio, se viram obrigadas a se reinventarem e se readaptarem aos novos desafios ao qual o momento trouxe. Algumas dessas empresas precisaram demitir parte dos seus funcionários, outras precisaram reduzir a jornada de trabalho, houve ainda aquelas que precisaram adotar o home office numa perspectiva de atender as demandas do mercado, sem colocar em risco a saúde dos seus funcionários. Houve ainda, aquelas empresas que precisaram rever sua visão e seus valores, além de uma necessidade maior de implementar ações de responsabilidade social.

Medidas estas, que estão sendo tão necessárias para o enfrentamento dessa pandemia. Vale destacar, que algumas dessas medidas e iniciativas poderão ser levadas para além do período de pandemia, trazendo alguns benefícios para as empresas, como é o caso de algumas delas que adotaram por exemplo, o home office e conseguiram se adaptar bem a essa realidade, dentre outras medidas que poderão continuar sendo adotadas no pós pandemia. Cabe a cada empresa, avaliar o que será mais necessário e condizente com as suas necessidades após este período.

REFERÊNCIAS:

ALONSO, W.L. et al. (2020). **Covid-19 em contexto: comparação com a mortalidade mensal por causas respiratórias nos estados brasileiros**. InterAmerican Journal of Medicine and Health, v. 3, p. 1-21.

ÁVILA, Lucas Veiga. FRITZEN, Bárbara. DAMKE, Luana Inês. **Covid-19 nas empresas gaúchas: uma análise dos impactos para a sustentabilidade e competitividade dos negócios**. Universidade Federal de Santa Maria. 2020. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/820/2020/10/Textos-para-Discussao-20-Covid-nas-Empresas-Gauchas-Impactos-na-sustentabilidade.pdf>>. Acesso em 18 dez. 2020 as 18:20:23.

BANCO MUNDIAL. (2020a). **COVID-19 no Brasil: Impactos e Respostas de Políticas Públicas**. Disponível em: <http://documents1.worldbank.org/curated/en/106541594362022984/pdf/COVID19-in-Brazil-Impacts-and-Policy-Responses.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2020 as 15:23:20.

BATISTA, K. et al. Organizational communication in social media in times of COVID-19. **Revista Eletrônica Gestão & Sociedade**, v.14, n.39, p. 3689-3697, Especial COVID-19, 2020.

BROOKS, Samantha.; WEBSTER, Rebecca.; SMITH, Louise. WOODLAND, L.; WESSELY, S.; GREENBERG, N.; RUBIN, G. J. (2020). **The psychological impact of quarantine and how to reduce it: Rapid review of the evidence**. The Lancet, 395(10227), 912-920. [https://doi.org/10.1016/S01406736\(20\)30460-8](https://doi.org/10.1016/S01406736(20)30460-8).

CANDIL, Sérgio Luiz. **Responsabilidade social empresarial: Diretrizes e parâmetros da racionalidade Econômica e jurídica.** Marília: Universidade de Marília, 2010.

CRISTINA, Andréia; FONTES, Moreira. **RESPONSABILIDADE SOCIAL DASEMPRESAS: realidade ou utopia, Aveiro: Universidade de Aveiro, 2011.** Disponível em: <file:///C:/Users/Débora%20britto/Desktop/responsabilidade%20social/Responsabilidade%20Social%20das%20Empresas.pdf>. Acesso em: 15 dez..2020 as 23:10:21. eSOLIDAR Blog. **Tendências em Responsabilidade Social pós Pandemia.** Sine lócus: eSOLIDAR, 2020. Disponível em: <<https://blog.esolidar.com/2020/09/15/responsabilidade-social-pos-pandemia/>>. Acesso em 23 dez. 2020 as 15:23:20.

EURONEWS. (20/05/2020). **Covid-19: Os números e as notícias de quarta-feira, 20 de maio.** Disponível em:<<https://pt.euronews.com/2020/05/20/covid-19-os-numeros-e-as-noticias-de-quarta-feira-20-de-maio>>. Acesso em: 20 dez. 2020. as 19:23:10.

FRANÇA Neuda. **Endemia, Epidemia e Pandemia.** Disponível em: <https://www.infoescola.com/doencas/endemia-epidemia-e-pandemia/>. Acesso em 15dez. 2020.

IPEA. **Nota Técnica da Carta de Conjuntura Ipea**, n. 47, 2o trimestre de 2020.

MOURA, Alexandre; ROCHA, Regina. **Endemias e epidemias: dengue, leishmaniose, febre amarela, influenza, febre maculosa e leptospirose.** Belo Horizonte: Nescon/UFMG, 2012.

OPAS - ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Folha informativa – **COVID19 (doença causada pelo novo coronavírus).** 2020a. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875. Acesso em: 16 dez. 2020.

O-TEMPO. **Governo traça diretrizes para eventual combate a nuvem de gafanhotos no país.** Notícia publicada em 30 de junho 2020. S.I. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/brasil/governo-traca-diretrizes-para-eventual-combate-a-nuvem-de-gafanhotos-no-pais-1.2354905>> Acesso em 17 dez. 2020. as 23:25

RTP Notícias. **Coronavírus: OMS declara Pandemia.** Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/coronavirus-oms-declara-pandemia_n1211202. Acesso em 15 dez. 2020. as 20:23:10.

SEETHARAMAN, P. (2020). Business models shifts: Impact of Covid-19. **International Journal of Information Management**, 54, 102173.

SOENDERGAARD, Niels, et al. Impactos da covid-19 no agronegócio e o papel do Brasil. **Insper- Centro do Agronegócio Global**. Texto para discussão n.2. jun. 2020. Disponível em: <<https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2020/06/impactos-da-covid-19-no-agronegocio-e-o-papel-do-brasil-vf-a.pdf>> Acesso em 16 dez. 2020 as 19:17:20.

TENÓRIO, Fernando Guilherme (Org.). **Responsabilidade social empresarial: Teoria e Prática**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ZHANG, D., HU, M., & JI, Q. (2020). **Financial markets under the global pandemic of COVID19**. Finance Research Letters, 101528.

EMPODERAMENTO E AUTONOMIA, UMA ESTRATÉGIA CONTRA A GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

Jaqueline Neves de Oliveira Corrêa¹⁹

Livice Gomes Oliveira Santos²⁰

Thamires Emanuella Teodoro Corrêa²¹

Leandro Araújo Vieira²²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a situação da gravidez na adolescência como um problema social. Será apresentada uma pesquisa descritiva e qualitativa. A abordagem central deste trabalho é que o nível de empoderamento dos adolescentes é um aspecto intimamente relacionado com as práticas sexuais dos jovens e, em particular, com a avaliação que fazem sobre o uso do preservativo masculino e o uso efetivo dele em sua rotina de vida. Com base nos estudos realizados, o empoderamento e saúde sexual e reprodutiva em adolescentes em sua análise fatorial, que deve contribuir para que tenham seus direitos atendidos, que estejam empoderadas e que todas as adolescentes quando grávidas tenham acesso imediato ao tratamento e cuidados. Os resultados corroboram amplamente entre o nível de empoderamento das adolescentes e a gravidez na adolescência, sua importância da educação sexual no lar e na escola.

Palavras-chave: Adolescentes. Educação Sexual. Métodos Anticoncepcionais, Direitos Sexuais.

ABSTRACT

This article aims to analyze the situation of teenage pregnancy as a social problem. A descriptive and qualitative research will be presented. The central approach of this work is that the level of empowerment of adolescents is an aspect closely related to the sexual practices of young people and, in particular, to the assessment they make about the use of the male condom and its effective use in their daily life. . Based on the studies carried out, the empowerment and sexual and reproductive health of adolescents in their factor analysis, which should contribute so that they have their rights met, that they are empowered and that all teenagers, when pregnant, have immediate access to treatment and

¹⁹ Graduação em Pedagogia pela Faculdade do UFMT (2008). Complementação pedagógica em Filosofia, Licenciatura Plena pela Faculdade FAPAN (2018), Pós-graduação em Metodologia do Ensino de Filosofia e Sociologia Faculdade São Braz (2019). Mestranda pelo Instituto de Pesquisa Educacional (2021). E-mail: heloisaececilia@gmail.com.

²⁰ Graduada em Tecnólogo em Gestão Ambiental pela UNOPAR. Pós-graduada em Psicopedagogia Educacional e Clínica pela Educare/MT conclusão:07/09/2013. Segunda Pós em Gestão Pública pela UNEMAT conclusão no ano de 2014.

²¹ Medicina (UNIFRANZ UNIVERSIDAD PRIVADA) FRANZ TAMAYO - BO- 2020.

²²Graduação: Tecnólogo em Segurança no Trabalho- UNOPAR. Bacharelado em Direito pela UNEMAT (Cursando).

care. The results broadly corroborate between the level of empowerment of adolescents and teenage pregnancy, its importance of sex education at home and at school.

Keywords: Adolescents. Sex Education. Contraceptive Methods, Sexual Rights.

1. INTRODUÇÃO

No contexto da gravidez de décadas atrás, era comum e socialmente aceito que as mulheres engravidassem precocemente. No entanto, hoje os movimentos revolucionários feministas alcançaram uma mudança importante dentro das sociedades contemporâneas, conseguindo que as mulheres exerçam e façam valer seus direitos. Portanto, hoje, as mulheres e adolescentes possuem novos propósitos e objetivos voltados para o campo educacional e profissional, deixando o papel da maternidade após terem completado essas etapas que atualmente ocorre dos 28 aos 30 anos de idade. No entanto, isso ocorre em mulheres de nível socioeconômico médio e alto. Apesar das mudanças e das novas oportunidades que as mulheres têm alcançado através de lutas constantes, elas continuam a ser oprimidas e muitos de seus direitos não são cumpridos, e um desses direitos é a educação sexual (MELO e LOPES, 2012).

O modo como são engajados os jovens hoje determinará as perspectivas para o desenvolvimento sustentável e a paz futura. Hoje, os jovens, que constituem a maioria da população na maioria dos países em desenvolvimento, contribuem visivelmente como atores políticos, inovadores, empresários e construtores da paz. Mas, ao mesmo tempo, os jovens enfrentam barreiras sociais, econômicas e políticas desproporcionais que os impedem de realizar todo o seu potencial (OLIVEIRA, 2013).

A adolescência é uma fase especialmente importante considerando seu papel fundamental no desenvolvimento de hábitos e habilidades que podem afetar o bem-estar dos jovens e sua capacidade de lidar com as circunstâncias ao longo de suas vidas (LEAL, 2019).

A abordagem central deste estudo é que os níveis de empoderamento dos adolescentes estão intimamente relacionados às práticas sexuais que os jovens adotam, especificamente no que diz respeito à avaliação que fazem sobre o uso do preservativo e seu uso nas relações sexuais. Neste artigo, propomos explorar, com base em estudiosos do assunto, a natureza e a magnitude da ligação entre o empoderamento do adolescente e as atitudes em relação ao uso do preservativo (OLIVEIRA, 2013).

Em um sentido amplo, o empoderamento é entendido como uma expansão da capacidade das pessoas de tomar decisões estratégicas para suas vidas em um contexto em que essa capacidade lhes era negada anteriormente (PINTO, 2015). O empoderamento das jovens implicaria, neste quadro de análise, o fortalecimento do seu acesso à participação e ao controle da tomada de decisão sobre a própria sexualidade (MELO e LOPES, 2012).

Dessa forma os objetivos do estudo procuram: analisar atitudes e uso de preservativo entre adolescentes; estabelecer o papel que o empoderamento do adolescente desempenha nas atitudes que demonstram em relação ao uso do preservativo. Embora essa faixa etária corresponda fundamentalmente à adolescência, ao longo do trabalho utilizamos os termos adolescentes e jovens de forma alternativa para reduzir as repetições do termo adolescentes, embora estejamos sempre falando desse grupo.

Portanto, escola e família precisam dar mais atenção à saúde sexual e reprodutiva das jovens. Alguns problemas, como a gravidez na adolescência, assumem dimensões alarmantes em muitas regiões, afetando seriamente as possibilidades de desenvolvimento das futuras gerações e reproduzindo os círculos de miséria que geralmente estão ligados a este problema.

2. EMPODERAMENTO ADOLESCENTE

O empoderamento para as adolescentes se constitui numa ferramenta particularmente valiosa para progredir no exercício pleno dos direitos dos jovens, homens e mulheres, reside na sua emancipação, que lhes permite

compreender e desenvolver a sua vida numa perspectiva de acesso e controle. O empoderamento das jovens implica, nesta perspectiva, fortalecer o seu acesso a participação e controle da tomada de decisões sobre sua própria vida e sobre sua sexualidade (LEAL, 2019).

Para a Santos, Silva e Barbieri (2014, p. 76) “o empoderamento visa permitir às mulheres o acesso a recursos e opções, tanto individuais como coletivas, e garantir que se percebam capazes e legítimas para ocupar um espaço na tomada de decisões”.

Corrêa (2018) identifica o empoderamento como um componente chave que leva a melhores comportamentos de saúde sexual e reprodutiva e melhores condições de saúde materna. Nesse sentido, Corrêa (2018) adota a definição de empoderamento criada por Narayan Deepa: “a capacidade das pessoas de participar, negociar, influenciar, controlar e responsabilizar as instituições que afetam suas vidas.

Em um sentido amplo, empoderamento é entendido como um processo pelo qual as pessoas adquirem o controle sobre suas próprias vidas (Rappaport, 1984) ou, expresso de outra forma, como uma ampliação da capacidade das pessoas de tomar decisões, estratégias para sua vida em um contexto em que essa habilidade lhes era negada anteriormente (MELO e LOPES, 2012).

Empoderar as pessoas, então, é ajudá-las a desenvolver a capacidade de tomar suas próprias decisões, em vez de serem objetos passivos de decisões tomadas em seu nome (ARAÚJO e SCALON, 2015).

O empoderamento das adolescentes refere-se a diferentes elementos, como empoderamento psicológico (autoestima, autoconfiança), empoderamento social (sentimento de pertencimento, participação em atividades comunitárias), atitudes em relação aos papéis de gênero e empoderamento sexual (autoeficácia, senso de controle durante a relação sexual) (WONG ET AL., 2010; ZIMMERMAN E RAPPAPORT, 1988; PETERSON, 2010). Até agora, os aspectos mais destacados na literatura como elementos centrais do empoderamento do adolescente têm

sido a autoestima, o poder nos relacionamentos e o poder sexual (SANTOS, SILVA e BARBIERI, 2014).

Vários programas de promoção da saúde, dirigidos à população adolescente e à população em geral, têm sido implementados a partir do que é conhecido como modelo de empoderamento da promoção da saúde em países desenvolvidos e subdesenvolvidos (ARAÚJO e SCALON, 2015).

O empoderamento dos indivíduos, por meio de várias atividades que desenvolvem habilidades e capacidades das pessoas (como autoeficácia e senso de controle), pode levar à promoção de comportamentos saudáveis e à redução de comportamentos de risco (LEAL, 2019).

Os relatos da literatura evidenciam que um maior empoderamento das adolescentes está associado a uma atitude mais positiva delas em relação ao uso de anticoncepcionais em geral e, especificamente, em relação ao preservativo. Ao mesmo tempo, o uso eficaz do preservativo aumentaria entre adolescentes com níveis mais elevados de empoderamento.

2.1. Empoderar as adolescentes para evitar uma gravidez precoce

Um dos aspectos menos atendidos nas políticas públicas de saúde corresponde às necessidades e demandas da população de adolescentes e jovens. Soma-se a isso o desconhecimento de seus direitos ao exercício livre, informado e responsável de sua sexualidade (MELO e LOPES, 2012).

Algumas iniciativas já começaram a enfrentar esta situação, embora sejam intervenções setoriais isoladas do esquema de orçamento por resultados a cargo do Ministério da Saúde, como é o caso do Programa Estratégico de Saúde Materna Neonatal, ou serviços de saúde diferenciados para adolescentes, cujo efeitos em uma escala populacional ainda não são demonstráveis. Somam-se a isso as atuais condições de educação e saúde da população adolescente (SARDENBERG, 2009).

Logo após o fim da infância Aquino (2013) explica que é o início da puberdade, algumas necessidades e demandas dos adolescentes já foram deixadas de fora das prioridades das políticas públicas. Não se trata de qualquer necessidade ou demanda, mas daquelas que dizem respeito ao seu desenvolvimento afetivo e social, em idades em que se consolida um longo acúmulo de oportunidades ou exclusões que já marcaram seus primeiros anos. Conforme discorrem Santos, Silva e Barbieri (2014):

[...] Adolescência em que, principalmente no caso das mulheres, aliada à falta de serviços de educação e orientação sexual e aconselhamento (que inclui o desenvolvimento de habilidades para adiar a idade de início da atividade sexual, se assim o desejarem (SANTOS, SILVA e BARBIERI, 2014, p. 82).

Como discorre a autora, uma gravidez não planejada pode bloquear as possibilidades de continuar uma transição para a vida adulta de acordo com os planos de vida que desejam para si. Especialmente quando se trata de adolescentes na linha da pobreza.

Agora, como entender a gravidez na adolescência? Principalmente aquela que mais nos interessa para as políticas públicas, aquela que não é planejada. Quanto à fecundidade geral, postula-se uma série de determinantes que se expressam no contexto sociocultural, familiar e individual (LEAL, 2019).

Outro aspecto a se considerar é o ligeiro aumento da gravidez em adolescentes com ensino superior, que, embora em níveis inferiores ao valor nacional. Seria necessário saber, entretanto, a influência que a gravidez não planejada exerce sobre esses números, ou o quanto eles são atribuíveis a decisões livres e informadas (MELO e LOPES, 2012).

O cenário atual coloca em risco um grande número de adolescentes, que devem sofrer as consequências de uma gravidez na adolescência, o que não só dificulta a concretização do projeto de vida, mas também gera condições que, nos diversos aspectos (social, econômico, educacional), dificultam as perspectivas

futuras da mãe adolescente e do novo ser. Em relação ao exposto, Almeida (2016), menciona que a gravidez na adolescência

[...] reflete um fenômeno com repercussões no plano social, que afetam as situações educacionais, a ponto de se tornar um problema de saúde pública, por estarem vinculados a problemas de pobreza, educação, desigualdade de gênero, violação de direitos e contextos familiares adversos (ALMEIDA, 2016, p. 45).

Não é um evento isolado, mas sim determinado por um conjunto de variáveis macro e micro sociais que influenciam fortemente a sua ocorrência (p.19). Tal situação traz consigo um grande número de desafios, pois os introduz, muitas vezes, em um mundo de desvantagens a nível educacional e de gênero, o que limita, entre outras coisas, as oportunidades no futuro que costumam levar a ambientes de pobreza dessas mães e de suas famílias, aumentando assim sua vulnerabilidade, bem como a estratificação das comunidades (SARDENBERG, 2009). Mas, dentro de todo este contexto difícil, as práticas sexuais precoces e de risco são apenas a ponta do problema, que surge em um ambiente em que os jovens estão expostos a outros problemas sociais em que são vítimas das diferenças ou iniquidades que surgem nas diversas sociedades humanas.

Com o exposto queremos compreender o significativo somatório de causas que acompanham cada gravidez, as tarefas maternas e paternas que chegam em um período em que não se está suficientemente preparado ou preparado para realizá-las de forma ótima, e que geram mudanças fortes e as condições biopsicossocial dos atores presentes nessa situação (CORRÊA, 2018), sempre considerando que o problema vai além de uma simples decisão.

Em relação ao assunto, é imprescindível se referir ao ambiente em que esses jovens atuam. Na gravidez na adolescência, não se trata de ter esquecido a camisinha, de ignorar o que o pai ou a mãe falavam sobre como se cuidar ou simplesmente de esperar até crescerem, mais do que isso, uma vez que

[...] os determinantes sociais estão relacionados à existência de gravidez na adolescência, da qual se observa que quanto maior for a relação que exercem, maior será a proporção em termos do número de gravidezes em idade precoce (CORRÊA, 2018, p. 146).

Essa afirmação confirma a ideia de que os fatores sociais são os principais geradores do problema da gravidez na adolescência, produto de um sistema que gera condições de vulnerabilidade e exclusão social em boa parte da população, o que aumenta a incidência de casos entre os setores onde a situação social, econômica e educacional difere de forma negativa.

A gravidez gera mudanças na mãe, no companheiro ou em todo o núcleo familiar que os circunda, nos campos físico, psicológico, social e econômico; e são potencializadas quando a nova vida que está em desenvolvimento vem do ventre da adolescência, porque nesta fase a gravidez é observada como um problema médico, pelos riscos na gravidez e no parto e pelas implicações sociais e psicológicas que terão um custo acentuado a nível pessoal, social, educacional e familiar (MELO e LOPES, 2012).

Essas mudanças e potenciais riscos que acompanham a gravidez precoce representam um desafio para indagar sobre as necessidades das mães adolescentes, estejam elas imersas em seu lar, na comunidade, no ambiente educacional ou em qualquer espaço ao qual pertençam. Em relação ao exposto, Corrêa (2018) mencionam que cada jovem mãe, pode vivenciar rejeição, medo e muita confusão durante essa fase, pois surgem dificuldades; portanto, a orientação e o empoderamento é fundamental, além do planejamento exercendo as melhores estratégias em que se materializam, os conhecimentos que vai adquirindo, de forma a melhorar a qualidade de vida dos seus sistemas pessoais, interpessoais e sociais.

Em relação a busca por apoio, Almeida (2016), consideram que a equipe de saúde visa ajudar a adolescente a aceitar a gravidez, fortalecer os laços familiares e prestar assistência perinatal integral, funções semelhantes às que cada profissional deve promover. na sua prática e intervenção diária. Esse apoio está de acordo com as propostas da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, 2018), quanto à necessidade de desenvolver táticas que garantam o mais alto nível de saúde possível para cada pessoa em um sistema de saúde; neste caso e individualmente, buscar-se-á prestar atenção integral à mãe adolescente.

Fortalecer os direitos e as oportunidades oferecidas às mães adolescentes contribui para melhorar a qualidade de vida, uma vez que busca fazer valer aspectos da saúde, educação, cultura e, por si só, do desenvolvimento humano em geral e seu empoderamento. Nesse sentido, a Política Nacional da Criança e do Adolescente (2019) coloca que, a ação do Estado tem sido limitada por diversos motivos que têm gerado iniquidades em saúde entre as mães adolescentes, tendo como consequência o empobrecimento de sua qualidade de vida em diferentes áreas como a educação. Esta situação desencadeia problemas que limitam as oportunidades de estudo das mães, que são obrigadas a abandonar o estudo, o que estagna seu nível educacional e se torna um obstáculo para a concretização de oportunidades em um ambiente de trabalho satisfatório que atenda às necessidades pessoais e gere melhores condições de vida para o nascituro e os responsáveis mais próximos. A este respeito, o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, 2013) afirma que:

[...] Quando uma menina fica grávida ou tem um filho, sua saúde, educação, potencial de ganho e todo o seu futuro podem estar em risco, e ela pode ser presa em uma vida atolada na pobreza, exclusão e impotência. O efeito sofrido pela jovem mãe costuma ser transmitido ao filho, que inicia a vida em desvantagem, perpetuando um ciclo intergeracional de marginalização, exclusão e pobreza (p.18).

O exposto reforça a ideia de criar espaços adequados para que a jovem mãe possa dar continuidade aos estudos e ao mesmo tempo o vínculo afetivo entre ela e seu filho se mantenha ativo, conquista que pode ser obtida facilitando o acesso aos serviços.

Garantir o acesso a serviços para adolescentes grávidas ou novas mães muitas vezes significa fornecer apoio financeiro para cuidados de saúde e nutrição, aconselhamento sobre amamentação, ajuda para voltar à escola ou formação, abrigo e serviços se suas famílias rejeitaram e anticoncepcionais ou informações (LEAL, 2019).

As mães adolescentes devem fazer valer o seu direito à igualdade e à não discriminação, o que obriga o país a garantir a todas as menores a proteção de seus direitos e a estabelecer políticas especiais para quem está em situação de

maior vulnerabilidade; deve promover a inclusão de todas as menores nos programas sociais, bem como sua integração social, sempre em prol do respeito diversidade e aceitação das diferenças (SANTOS, SILVA e BARBIERI, 2014).

Portanto, compete as mães adolescentes a busca constante para alcançar esse empoderamento, estabelecer uma comunicação assertiva com as autoridades das instituições em geral, processo em que a educação por meio dos educadores pode servir de canal de diálogo entre as mães adolescentes, suas famílias com os únicos objetivos de criar redes de apoio que previnem o abandono escolar.

CONSIDERAÇÕES

A análise desenvolvida fornece evidências novas e relevantes na compreensão e cuidado da saúde sexual do adolescente, especificamente no que diz respeito às ligações entre o empoderamento do adolescente e suas atitudes e uso de preservativos.

Uma primeira contribuição deste trabalho está localizada em torno das discussões do empoderamento para adolescentes. Este indicador atinge uma consistência bastante elevada e a análise das diferentes dimensões que o compõem permite identificar que enquanto os homens apresentam níveis mais elevados de empoderamento em termos de autoestima e poder sexual, as mulheres apresentam valores mais elevados em termos de empoderamento social, de atitudes (igualitárias) de papéis de gênero e de maior poder no casal.

Portanto, quanto maior o nível de empoderamento é a atitude dos adolescentes. Conclui-se que o apoio da família, da escola e da sociedade são essenciais para o desenvolvimento integral da vida, o estabelecimento de relações interpessoais, por meio do processo de socialização, é de grande importância durante a adolescência, visto que auxiliam na construção de uma identidade. Nesse contexto, a educação sexual é uma necessidade na população adolescente, visto que o início da vida sexual nessa população ocorre mais cedo. A

maternidade não limita as jovens a manterem essa identidade única, mas continuam a ser adolescentes e com isso o direito de gozar esta fase da vida como qualquer outra adolescente que não vive a maternidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C.; AQUINO, E. M. L.; BARROS, A. P. de. **Trajetória escolar e gravidez na adolescência entre jovens de três capitais brasileiras**. Cadernos de Saúde Pública, v. 22, n.7, p. 1397-1409, 2016.

AQUINO, E. M. L. et al. **Adolescência e reprodução no Brasil: a heterogeneidade dos perfis sociais**. Cadernos de Saúde Pública, v. 19, supl. 2, p.S377-S388, 2013.

ARAÚJO, C.; SCALON, C. **Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho no Brasil**. In: ARAÚJO, C.; SCALON, C.(Orgs.). Gênero, família e trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas. 2015.

CORRÊA, H. **A fecundidade na adolescência e a educação formal: convergências e divergências interpretativas a partir de uma avaliação do Censo Demográfico 2000**. O Censo 2000 e a pesquisa social no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2018.

LEAL, Tatiane. **A mulher poderosa: construções da vida bem-sucedida feminina no jornalismo brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015, 139p LEI Nº 13.798 DE 03 DE JANEIRO DE 2019. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=13798&ano=2019&ato=915QzZq1keZpWT179>. Acesso em:2021

MELO, M.C.O. LOPES; A. L.M. **Empoderamento de mulheres gerentes: a construção de um modelo teórico de análise**. Revista Gestão e Planejamento, v.12, n.3, p.648-667, set/dez, 2012.

OLIVEIRA, A. L. de. **A trajetória de empoderamento de mulheres na economia solidária**. Revista Gênero, v. 05, n. 2, p. 1-14, 2013.

PINTO, Fabiana. Silenciar nem sempre faz mal: o silêncio como autoconhecimento e empoderamento de mulheres. **Revista Capitolina**. 11/11/2015. Disponível em: <http://www.revistacapitolina.com.br/silenciar-nem-sempre-faz-mal-o-silencio-comoautoconhecimento-e-empoderamento-de-mulheres>. acesso 2021.

RAPPAPORT, J. **Terms of empowerment/exemplars of prevention:** toward a theory for community psychology, *American Journal of Community Psychology*, (15), 1987: 121-147. 1984.

SANTOS, B. R.; SILVA, O. F.; BARBIERI, P. **Por ser menina: percepções, expectativas, discriminações, barreiras, violências baseadas em gênero e habilidades para a vida das meninas de 6 a 14 anos nas cinco regiões do Brasil.** Plan International Brasil, 2014. 430p.

SARDENBERG, C. M. B. **Conceituando “empoderamento” na perspectiva feminista.** NEIM/UFBA, p. 1-12, 2009.

SILVA, Ariana Kelly Leandra Silva da. **Diversidade sexual e de gênero: a construção do sujeito social.** *Revista NUFEN*, v. 5, n. 1, 2013.

UNFPA - Maternidad en la niñez. Enfrentar el reto del embarazo en adolescentes. New York: ONU, 2013.

DA TEORIA À PRÁTICA: AS ESTRATÉGIAS ACADÊMICAS, EPISTEMOLÓGICAS E FORMATIVAS PARA A COMPETÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO

Dr. Edival Dan²³

Yara Figueiredo Dan²⁴

Juracy Martins Figueiredo²⁵

Jacqueline da Silva²⁶

RESUMO

Este artigo tem por objetivo estabelecer como ocorre o processo da formação do acadêmico na área de administração compreendendo as competências adquiridas. O estudo indicou que a sociedade do conhecimento exige das universidades uma mudança na formação do profissional de um modelo baseado na racionalidade técnica, que privilegia a transmissão do conhecimento, para um modelo que promove uma postura crítica e reflexiva em relação às suas práticas. Um profissional capaz de aplicar métodos e procedimentos científicos durante a sua prática profissional, de forma a construir o seu próprio conhecimento, que destaca a importância de cultivar uma profissão que valorize a resolução de problemas, o risco e a confiança profissional de ser capaz de enfrentar mudanças e melhorias contínuas, pois aparecem todos os obstáculos e armadilhas que impedem a inserção dos alunos no mercado de trabalho. Os quais também estão intimamente ligados à Formação Profissional do administrador, sua competência profissional, entre outros. Os novos cenários exigem que o sistema universitário responda em todas as áreas da sociedade desenvolver uma série de capacidades, habilidades e competências nos alunos, bem como expandir o conhecimento para enfrentar, com solvência, as funções que o administrador exercerá depois de formado, de forma a que se possam adaptar às necessidades sociais e econômicas do país.

Palavras-chave: Competências. Formação. Profissional.

ABSTRACT

This article aims to establish how the academic education process in the administration area takes place, including the acquired competences. The study

²³Doutor em Educação - UDS/PY.

²⁴ Doutora em Ciência da Educação - UDS/PY.

² Mestre (c.) Ciência da Educação - UDS/PY.

²⁵Mestranda (c) Direito - UDS/PY.

²⁶ Jacqueline da Silva - Mestranda - UDS/PY

pointed out that the knowledge society requires from universities a change in the training of professionals from a model based on technical rationality, which favors the transmission of knowledge, to a model that promotes a critical and reflective posture in relation to their practices. A professional capable of applying scientific methods and procedures during his professional practice, in order to build his own knowledge, which highlights the importance of cultivating a profession that values problem solving, risk. and the professional confidence of being able to face continuous changes and improvements, as all obstacles and pitfalls that prevent students from entering the job market appear. which are also closely linked to the professional training of the administrator, his professional competence, among others. The new scenarios require that the university system respond in all areas of society to develop a series of capacities, skills and competences in students, as well as expand knowledge to face, with solvency, the functions that the administrator will perform after graduating, in a that they can adapt to the country's social and economic needs.

Keywords: Skills. Formation. Professional.

1. INTRODUÇÃO

Os novos cenários para o profissional de Administração originaram novos paradigmas, tanto nas ciências administrativas quanto nas acadêmicas. Isso leva à necessidade de repensar como deve ser o administrador para esta nova fase. O ensino superior na área de formação do Administrador, especificamente, vem explorando e desenvolvendo uma proposta inovadora nas práticas profissionais implementadas pelas Universidades, com vista a melhorar o desenho curricular, “favorecendo a relação universidade-mundo empresarial, otimizando formar alunos e facilitar sua inserção no mercado de trabalho (PINTO *et al.*, 2015, p. 78).

Nesse sentido, o Curso de Administração procura capitalizar a curva de experiências, dada a sua alta qualidade, na interpretação dos instrumentos de que dispõe para o seu trabalho docente, identificando suas ações em sala de aula, documentando, sistematizando e caracterizando o conhecimento em seu processo de ensino. Assim, Bolzan (2015) discorre que o professor que está à frente deve reunir competências: conhecimento e compreensão das diferentes

formas de aprendizagem dos alunos. Estabelecendo o processo de ensino e aprendizagem, o trabalho didático na formação do administrador, determinando as estratégias acadêmicas, epistemológicas e formativas na prática pedagógica da administração; bem como as relações que nela surgem e o impacto que tem nas mesmas, visando as mudanças que ocorrem no ambiente nacional e internacional, na sociedade e nas organizações.

Nesse contexto, é evidente que se impõe uma transformação integral de todas as entidades que afetam o desenvolvimento de um país, tanto públicas como privadas e, neste desafio, são as Universidades que constituem a chave para a formação de pessoal altamente qualificado. Portanto, são capazes de oferecer conhecimento científico e tecnológico que otimiza a produção, em benefício e bem-estar do homem.

O interesse pelo estudo em fazer uma abordagem nas práticas educacionais no Curso de Administração em relação a formação do aluno nessa área de trabalho, sob diferentes perspectivas, tem o propósito de compreender a didática como a relação de integração entre as categorias de: formação, desenvolver a aprendizagem de competências, de dimensionamento, bem como o reconhecimento de estruturas de novas aprendizagens que estão imersas na prática pedagógica em formar administradores para o campo de trabalho, na área específica da Administração e em busca de reconhecimento em seu espaço profissional.

Nesse sentido, os estudantes universitários necessitam de preparação prática para ingressar no mundo do trabalho, portanto, deve-se levar em consideração a vantagem de se estabelecer as práticas profissionais nos desenhos curriculares da sua formação. Em que o professor universitário deve ser um especialista, ter um domínio amplo e especializado da disciplina que leciona, domínio pedagógico geral, domínio pedagógico específico do conteúdo, domínio curricular, clareza sobre os fins educacionais, estar localizado no contexto ou situação em que leciona, “conhecimento dos alunos e processos de

aprendizagem, autoconhecimento, autoeficácia e experiência” (SOUZA *et al.*, 2017).

Nesse contexto, o presente artigo buscar num primeiro momento, argumentar sobre a formação de um profissional que procura compreender este termo e o seu lugar na sociedade, onde congrega o mundo produtivo e o sistema educacional, levando em consideração o conhecimento adquirido. Uma das características elementares do saber do administrador é a dissociação entre teoria e prática, uma vez que não há articulação orgânica entre a essência das práticas profissionais em termos de referenciais conceituais e metodológicos, que sustentam a ação do profissional a partir de sua princípios, orientados, mais do que por uma teoria, por uma intervenção. Assim, foi constituído o objetivo da pesquisa: Estabelecer como ocorre o processo da formação do acadêmico na área de administração compreendendo as competências adquiridas. Os alunos do ensino superior têm diante de si um cenário desconhecido, frente ao mercado de trabalho; já que a formação universitária é mais teórica, portanto, a análise desenvolvida ao longo desta pesquisa está enquadrada em uma metodologia descritiva, analítica e qualitativa.

2. O CONHECIMENTO NECESSÁRIO NO PROCESSO DO DESENVOLVIMENTO PARA ADQUIRIR AS COMPETÊNCIAS

A sociedade do conhecimento exige das universidades uma mudança na formação do profissional de um modelo baseado na racionalidade técnica, que privilegia a transmissão do conhecimento, para um modelo que promove uma postura crítica e reflexiva em relação às suas práticas e competências. Objetiva-se formar um profissional capaz de aplicar métodos e procedimentos científicos durante a sua prática profissional, de forma a construir o seu próprio conhecimento, como aponta Barro *et al.*, (2015), que destaca a importância de se cultivar uma profissão que valorize a resolução de problemas, a assunção de

riscos e a confiança profissional de ser capaz de enfrentar mudanças e melhorias contínuas. Para o autor:

[...] As sociedades no seu conjunto apresentam tendência para economias abertas e têm empreendido processos de readequação e transformação, assumindo um papel mais ativo na qualificação do talento humano e procurando a sua articulação com empresas, universidades e outras instituições (BARRO et al., 2015).

Neste sentido, conforme o autor, é evidente que se impõe uma transformação integral de todas as entidades que afetam o desenvolvimento de um país, tanto públicas como privadas e, neste desafio, são as universidades que constituem a chave para a formação de pessoal altamente qualificado, capazes de oferecer conhecimentos científicos e tecnológicos que otimizem a produção, em benefício e bem-estar do homem.

O tratamento conceptual e o desenvolvimento da profissão através das práticas profissionais, são aqueles que regem o trabalho profissional, garantindo a apropriação, pelos alunos, dos instrumentos necessários para aplicá-los na sua profissão.

O desafio da formação profissional de administradores conforme Bispo (2013), considera que esse processo para os administradores está orientado para o desenvolvimento de conhecimentos e competências para o trabalho (saber, saber fazer), sem considerar o desenvolvimento de outras capacidades, bem como a promoção dos valores e da ética, visando uma formação integral que permita uma visão global das condições do enquadramento económico, político e social em que se desenvolve a sua profissão. Afirma, o autor, a respeito da própria formação que:

[...] se realiza desenvolvendo, para além dos conhecimentos inerentes à profissão, um conjunto de competências, aptidões e atitudes. Para tanto, é necessário aplicar métodos didáticos que promovam um alto grau de congruência entre o perfil do graduado estabelecido no programa de estudos e a metodologia didática utilizada para o desenvolvimento das competências profissionais (BISPO, 2013, p. 34).

Segundo o autor, a formação de administradores envolve um conjunto de perspectivas necessariamente localizadas na multidisciplinaridade, na interdisciplinaridade e ao objeto de estudo que tem a abordar: a organização. A interdisciplinaridade em um campo de estudo que ultrapassa as fronteiras tradicionais entre várias disciplinas acadêmicas. Para Santos (2016), o caso particular das abordagens pedagógicas contemporâneas no processo de formação do aluno, verifica-se que a ligação ou relação com o meio implica necessariamente atuar como catalisador de acesso ao conhecimento e um desafio fundamental: a atualização constante.

De certa forma, há um conjunto de elementos e conhecimentos que o acadêmico recebe em sua prática diária a partir do momento em que entra para o sistema universitário. Por outro lado, Nunes e Barbosa (2009) fala que temos uma formação universitária orientada para o mercado de trabalho, a qual deve ser considerada de forma muito eficiente, pois permite proporcionar uma relação com o seu meio em termos de adaptação às contínuas mudanças dos sectores sóciolaborais, desenvolvendo e promovendo um sistema de estímulos em corresponsabilidade com o setor empresarial, através dos campos científico, técnico e profissional. Neste caso, esta formação favorece tanto o crescimento integral do indivíduo, como a sua inserção na sociedade, de forma que este seja capaz de enfrentar os desafios deste mundo competitivo e ao mesmo tempo que consiga ultrapassar os objetivos mais próximos.

No entanto, Godoi e Ferreira (2016, p. 56) fala que os entraves à produção acadêmica e à reprodução da sociedade determinam as contrações estruturais, pautadas na educação e assim como os elementos constitutivos no campo profissional, todos com grande repercussão socioprofissional. Um exemplo disso é a afirmações de Oliveira (2011):

[...] O profissional em formação em administração tem duas funções particulares: uma como sujeito e objeto de formação e outra como integrante de diferentes organizações. Na primeira, recebe uma fundamentação teórica e algumas referências conceituais; no segundo, experimenta a vida real das organizações (OLIVEIRA, 2011, P. 78).

Ao contrário de outras profissões, devido ao seu papel social: prática in loco ou em ambiente muito próximo. Às vezes é abstração, outras vezes é aplicação. A tomada de decisão e execução, ele modela cenários do futuro possível ou consequências das ações de atores ou membros da organização em cenários específicos, tomando elementos teóricos e instrumentais, nos quais às vezes se encontra, para posteriormente encontrar as realidades originado com sua tomada de decisão ou suas ações. Dado o conhecimento, Melo et al., (2013) coloca que:

[...] validado empiricamente por alguns dos profissionais em formação (futuros administradores profissionais), nos seus locais de atuação organizacional, podem contrastar a realidade objetiva, no que diz respeito ao objeto de estudo, em termos teóricos, e ao fazer o contraste, a conhecimento novo, neste caso administrativo, diferente do referente aprovado como verdadeiro, pelo professor que atua como validador de seus saberes acadêmicos (MELO et al., 2013, p. 65).

Desse modo o autor discorre que, a educação universitária na formação do Administrador, consiste em assegurar o desenvolvimento integral do aluno entre a formação geral ou universitária e a formação profissional; para que o conhecimento e o desenvolvimento das competências profissionais individuais tenham efeitos na sociedade. Já numa perspectiva integrativa, a partir de uma ação bem executada na formação acadêmica, a resposta é que, mais do que o desenho de uma carreira com somatório de competências, é por isso que seria melhor rever os programas das disciplinas existentes, ver como o aluno vai obter esses conhecimentos e habilidades para sobreviver em um mundo de competição.

Almeida et al., (2013) coloca que, de acordo com as diretrizes das instituições de ensino superior, a formação integral é um dos propósitos a serem alcançados por meio do cumprimento das funções universitárias: ensino, pesquisa e extensão, para um melhor entendimento. O significado de Formação Integral para os autores, é aquela que contribui para enriquecer o processo de socialização, que apura a sua sensibilidade através do desenvolvimento das suas faculdades, contribui para o seu desenvolvimento moral e ao mesmo tempo abre

o seu espírito ao pensamento crítico. A formação oferecida pela universidade seria denominada abrangente na medida em que enfoca o aluno como pessoa comum, sem considerar seu potencial cognitivo ou sua capacidade para o trabalho técnico ou profissional.

Rego e Silva (2013) visto por outra perspectiva, o contorno da formação integral é o de uma prática educativa voltada para a pessoa humana e voltada para qualificar sua socialização, de modo que o aluno possa desenvolver sua capacidade de servir-se com autonomia. Córdoba define a formação integral como o processo contínuo, permanente e participativo que busca desenvolver de forma harmônica e consistente cada uma das dimensões do ser humano.

Nesse contexto, implica uma perspectiva de aprendizagem intencional, voltada para o fortalecimento de uma personalidade responsável, ética, crítica, participativa, criativa e solidária com a capacidade de reconhecer e interagir com seu ambiente. A formação integral do acadêmico como o processo de aprender a pensar, ensinar a aprender, ensinar a ser e ser, o que implica o desenvolvimento de várias estratégias, que incluem a promoção da criatividade, o sentido de responsabilidade, bem como a promoção da independência na procura do conhecimento, o incentivo à interdisciplinaridade do conhecimento e a possibilidade de desenvolvimento das aspirações individuais.

2.1. A Educação Superior como um processo de formação permanente

Entendemos que as universidades são o mecanismo fundamental para aumentar o capital humano; onde a política educacional é colocada como mais uma variável para promover a competitividade e o crescimento econômico de um país. Esse mecanismo também afeta a inovação, uma vez que a qualidade do capital humano influencia a natureza empreendedora do mundo produtivo, o mercado de trabalho e os países, em última instância.

São instituições que geram respostas, a partir do desenvolvimento e da consolidação de conhecimentos como vantagens cooperativas, veiculadas pelo ensino, que conduzem a um processo de formação de profissionais úteis para se situarem em um mundo cooperativo, globalizado, integrado que ampara o processo. transformação acelerada, a partir de uma educação permanente e continuada com relevância social.

Os cursos universitários de Administração oferecem uma formação científica e profissional adequada visando o desenvolvimento permanente, conceituado como um processo integral contínuo, com o objetivo de realizar uma formação que leve à construção e inovação do conhecimento e da experiência.

A educação superior como um processo de formação permanente, faz com que o ser humano atue de forma bem-sucedida em nossa sociedade, portanto, deve se sentir confortável e adaptado às transformações que ocorrem em ritmo acelerado no campo do conhecimento e da tecnologia. Por isso, deve expandir suas habilidades de comunicação, bem como desenvolver flexibilidade nos campos, melhorar a qualidade de suas relações com os outros, facilitar a participação e cuidar de seu crescimento pessoal. Decorre daí o propósito de garantir: a melhoria e formação permanente dos recursos humanos de alto nível existentes no campo educacional por meio de programas de atualização e requalificação de competências.

Com a adoção de novos modelos pedagógicos, orientados para o desenvolvimento de processos de pensamento, que permitem dotar o aluno com as ferramentas necessárias de sentido crítico, conducentes à aplicação de processos cognitivos para a resolução de problemas do cotidiano, de forma a garantir o indivíduo enfrentar a realidade. Almeida et al., (2013) fala que é preciso mais do que conteúdos teóricos para formar o aluno na prática, para conhecer as experiências reais de um ambiente de trabalho, que de certa maneira, ao se formar esteja familiarizado com o ambiente do mercado de trabalho em busca de um estágio visando seu processo de conhecimentos.

No entanto, Nogueira (2012) fala da crise mundial de desemprego que reflete em dois fatores como forma de acesso ao mercado de trabalho. Primeiro tem a demanda, atualmente existem muitos mais desempregados que superam a oferta, por mais profissionais que sejam, e como quer que sejam, por outro lado, temos as universidades que constituem o centro dessa relação (oferta-demanda) pois são estes os responsáveis pela formação do profissional, nesse caso, e de acordo com as demandas do mercado, novos mecanismos de atuação devem ser buscados. Para Melo et al., (2013):

[...] Aquele encontro de conhecimento e reconhecimento, quando se torna uma história do desenvolvimento do pensamento administrativo, passa a ser uma referência de análise, de tomada de decisão e de busca de eficiência, eficácia e, portanto, de desenvolvimento organizacional: nacional, regional, local, familiar e individual (MELO et al., 2013, p. 98).

Segundo o autor, uma abordagem teórica deve se inicialmente encontrada, a prática irá acentuar a força da teoria ou descartá-la como conhecimento. Ou seja, no sentido estrito de construção do conhecimento, o objetivo norteador é que neste processo de formação e encontro docente-aluno, o profissional em formação seja autorizado a lidar com os conceitos teóricos dos diferentes modelos de gestão que se aplicam nas diferentes unidades organizacionais ou empresas nas quais irão realizar o seu trabalho, o que irá beneficiar todos os atores, não só do processo de formação, mas de todos os processos socioeconômicos que lhes são próprios.

Nunes e Barbosa (2009) fala das necessidades de interpretação de novos contextos por parte das universidades ao preparar o aluno para enfrentar estes novos tempos, deve levar em consideração: cenários e atores, à luz de um processo social de elevado impacto na sociedade, organizações, famílias e indivíduos; os autores falam que é necessário também considerar a formação como um processo onde o sujeito-objeto com suas relações, inter-relações e interações se estabelece como um conjunto de atividades, com outros objetos, sujeitos e subjetividades. Por outro lado, esses mesmos autores analisam também a dimensão temporal que não deve ser deixada de lado: passado, (tacitamente,

presente) e futuro na projeção ou prospecção do indivíduo imerso neste processo. É a busca do ser humano em sua dimensão integral como tal, de evolução ou desenvolvimento. Para os autores, “o quadro relacional na formação é fundamental para o desenvolvimento do indivíduo, da personalidade, no profissionalismo, nas instituições organizacionais, nas instituições políticas e nas instituições familiares” (NUNES E BARBOSA, 2009, p. 67).

De acordo com Oliveira (2011), a formação vem de fora e de dentro com o currículo e sua abordagem; com os conteúdos nos aspectos cognitivos, atitudinais, procedimentais e institucionais; nas categorias do processo, ensino, aprendizagem, com pesquisas envolvendo tanto a Universidade como as organizações, com atores e cenários diferentes. Especificamente, na formação do profissional administrador, assume um papel definitivo em termos teóricos, visto que a formação dos acadêmicos nos contextos dados, deve ser pensado, planejado, organizado, dirigido e avaliado como um processo, propriamente dito.

Para Godoi e Ferreira (2016, p. 56) a construção do conhecimento em que os indivíduos são sujeitos e objetos de mudanças, articulações e afetações que constituem seu processo de formação, “a atualização constante leva a encontros sem fim nos quais homem, sociedade e conhecimento estão em contínua interação” (p. 56); Estes, por sua vez, estão em constante mudança, alcançando novos status tanto coletiva quanto individualmente.

Diante desse quadro, surgem questões mais amplas e eixos problemáticos dentro da referida análise, tais como: quais são os principais focos de atenção do administrador profissional, no que diz respeito à realidade das organizações? e Quais são as habilidades, qualidades, aptidões, atitudes e capacidades necessárias para enfrentar o problema estratégico organizacional? Por isso, nesta proposta, no nível específico e profissional, Knowles (2011) coloca à consideração da comunidade acadêmica, propor um perfil de graduado com as seguintes características:

[...] Um indivíduo com o desenvolvimento de competências humanas para gerir o desenvolvimento das organizações, que, a partir da sua sobrevivência, leva à rentabilidade e posteriormente ao crescimento; com profundos conhecimentos teóricos e práticos de atuação em contextos de negócios mutáveis e turbulentos, com grande visão, em antecipar cenários possíveis, a nível estratégico; com capacidade de adaptação ao trabalho em grupo, definindo padrões de comportamento como organizador de processos e projetos. com competências e qualidades humanas especiais que lhe permitem orientar as suas equipas, direcionando-as para realizações específicas, reconhecendo os seus colaboradores, motivando-os, promovendo o seu desenvolvimento individual ao nível organizacional, profissional e pessoal (KNOWLES, 2011, p. 78).

Para o autor, a formação para este novo cenário, é a busca de um ser humano bom, íntegro, honesto, com valores, princípios e respeito pela ética e moral da convivência e do contexto em geral. ao atuar nas organizações, propriamente em termos de desempenho, ele deve ser capacitado por seus conhecimentos para atuar em organizações de pequeno, médio ou grande porte; de qualquer setor econômico e em qualquer área funcional.

Rego e Silva (2013) sobre a formação acadêmica, explicam que remete a uma prática que se fundamenta na afirmação de que essa formação pode e deve ser planejada, organizada, dirigida e avaliada; pois bem, trata-se de entregar ou dotar a sociedade de cidadãos em formação que quebrem paradigmas, que mudem realidades, que participem no desenvolvimento das suas organizações sociais, influenciados pelo pensamento humanista. Uma formação que se refira à singularidade do homem, integrando método, indivíduo e sociedade como uma abstração profundamente humana.

Portanto, o acadêmico pronto para atuar neste novo cenário, deve ser portador de um conhecimento humano: técnico, prático e emancipatório e o acesso a esse conhecimento, faz parte das competências e habilidades que devem ser adquiridas enquanto parte de sua formação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo trouxe como objetivo estabelecer como ocorre o processo da formação do acadêmico na área de administração compreendendo as competências adquiridas, teve como especificidade de objeto de estudo, a formação profissional em administração.

Compreendeu-se que este novo cenário visualizado pelas universidades vai de encontro com um perfil de alunos com o desenvolvimento de competências humanas para gerir o desenvolvimento das organizações, que, a partir da sua sobrevivência, leva à rentabilidade e posteriormente ao crescimento; com profundos conhecimentos teóricos e práticos de atuação em contextos de negócios mutáveis e turbulentos, com grande visão, esta em antecipar cenários possíveis, a nível estratégico. com capacidade de adaptação ao trabalho em grupo, definindo padrões de comportamento como organizador de processos e projetos. com competências e qualidades humanas especiais que lhe permitem orientar as suas equipes, direcionando-as para realizações específicas, reconhecendo os seus colaboradores, motivando-os, promovendo o seu desenvolvimento individual ao nível organizacional, profissional e pessoal. De forma transversal, na busca de um ser humano bom, íntegro, honesto, com valores, princípios e respeito pela ética e moral da convivência e do contexto em geral. Ao atuar nas organizações, propriamente em termos de desempenho, ele deve ser capacitado por seus conhecimentos para atuar em organizações de pequeno, médio ou grande porte; de qualquer setor econômico e em qualquer área funcional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. S.; NOVO, L. F.; ANDRADE, C. O. **Expansão, mercantilização e educação bancária no ensino superior brasileiro**. In: colóquio internacional sobre gestão universitária nas américas, Santa Catarina. *Anais...* Santa Catarina: Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária nas Américas, 2013.

BARRO, F. C.; DA COSTA, G. M. T.; SCHORR, E.; BARRO, D. **A implementação do projeto de aperfeiçoamento teórico prático como ferramenta de gestão para aprimoramento do processo ensino-aprendizagem em cursos de graduação.** *Revista Inovação, Projetos e Tecnologias*, v. 3, n. 2, p. 184-196, 2015.

BISPO, M. S. **A Aprendizagem Organizacional Baseada no Conceito de Prática:** contribuições de Silva Gherardi. *RAM, Rev. ADM. Mackenzie*, v. 14, n. 6, 2013.

BOLZAN, L. M.; ANTUNES, E. D. D. **O que clamam as vozes dos pesquisadores e sobre o que elas calam ao abordarem o ensino em administração no Brasil?** *Revista ADM - MADE*, ano 15, v. 19, n. 3, p. 77-93, 2015.

GODOI, A. F.; FERREIRA, J. V. Metodologia ativa de aprendizagem para o ensino em administração: relatos da experiência com a aplicação do peer instruction em uma instituição de ensino superior. *Revista Eletrônica de Administração*, v. 15, n. 2, ed. 29, 2016.

MELO, B. C.; SANT'ANA, G. A prática da metodologia ativa: compreensão dos discentes enquanto autores do processo de aprendizagem. *Comum. Ciênc. Saúd.*, v.4, n. 23, p. 327-339, 2012.

MELO, M. C. O. L.; LOPES, A. L. M.; RIBEIRO, J. M. **O cotidiano de gestores entre as estruturas acadêmica e administrativa de uma instituição de ensino superior federal de Minas Gerais.** *Revista Organizações em Contexto*, v. 9, n. 17, p. 205-227, 2013.

NOGUEIRA, A. J. F. M.; BASTOS, F. C. Formação em administração: o GAP de competências entre alunos e professores. *Revista de Gestão*, v. 19, n. 2, p. 221-238, 2012.

NUNES, S. C.; BARBOSA, A. C. Q. **Formação baseada em competências?** Um estudo em cursos de Graduação em Administração. *Revista de Administração Mackenzie*, v. 10, n. 5, p. 28-52, 2009.

OLIVEIRA, M. A.; SAUAIA, A. C. A. **Impressão docente para a aprendizagem vivencial: um estudo dos benefícios dos jogos de empresas.** *Administração; Ensino e Pesquisa*, v. 12, n. 3, p. 355-391, 2011.

PINTO, N. G. M.; CONTE, B. P.; DA SILVA, R. A.; CORONEL, D. A. A discussão entre teoria e prática nas ciências administrativas: uma análise das dissertações do programa de pós-graduação em administração da Universidade Federal De Santa Maria. *Revista de Administração de Roraima*, v. 5, n. 2, p. 285, 2015.

REGO, S. M. O.; SILVA, A. B. Reflexões sobre a prática do estágio supervisionado no curso de administração: limites e possibilidades para o processo de aprendizagem. In: encontro de ensino e pesquisa em Administração e Contabilidade, 4, 2013, Brasília/DF, *Anais...* Distrito Federal: IV EnEPQ, 2013.

SANTOS, G. L. S.; MELO JÚNIOR, D. F. A.; SÁ, N. M. N., MELO, T. P. **O Ensino da Administração e o desafio de unir teoria e prática. Uma análise organizacional da AESGA, alicerçados, apenas, nas disciplinas vivenciadas no 1º período.** *Anais...* Congresso Internacional de Administração. Gestão Estratégica: da crise à oportunidade. Natal, RN, 2016.

SOUZA, D. L.; FERRUGINI, L.; ZAMBALDE, A. L. Formação do administrador: uma análise sobre o desenvolvimento de competências no ensino superior. *Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL*, v. 10, n. 1, 2017.

ABORDAGEM EPISTEMOLÓGICA: SUA IMPORTÂNCIA NO PLANO DE NEGÓCIOS EMPREENDEDOR PARA DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA

Paulo Candido Damasceno²⁷

Yara Figueiredo Dan²⁸

Jacqueline da Silva²⁹

Juracy Martins Figueiredo³⁰

RESUMO:

A intenção deste material é discutir a despeito da temática empreendedorismo, plano de negócio e sustentabilidade econômica por meio de uma revisão bibliográfica com vistas a abordagem epistemológica. Para isso, utilizou autores como Bachelard (1971), Henrich (1971), Fillion (1999) e Porter (1979). A intenção foi demonstrar que a base epistemológica do empreendedorismo é fundamental para que se entenda a temática com base da ciência, uma vez que tanto o tema quanto a aplicação dele no meio social de forma acadêmica é recente. As inquietações foram demonstradas por meio de subcapítulos que abordam os temas: o empreendedorismo, suas origens, a sua relação na temática internacional, o planejamento estratégico e o plano de negócio, além da discussão da importância do plano de negócio para a sustentabilidade econômica das empresas, independentemente do tamanho desta. O material apontou a importância de compreender as fases do planejamento do plano de negócio para que as empresas possam se organizar e dessa forma conseguir sobreviver no universo do empreendedorismo, além disso, evidencia que as empresas que apostam no plano de negócio têm mais possibilidade de conseguir a sustentabilidade econômica.

Palavras-chave: Empreendedorismo; Plano de Negócio; Sustentabilidade; Epistemologia.

ABSTRACT:

The intent of this material is to discuss despite entrepreneurship, business plan and economic sustainability through an epistemological approach. For this, it used authors such as Bachelard (1971), Henrich (1971), Fillion (1999) and Porter (1979). The intention was to demonstrate that the epistemological basis of

²⁷Doutorando (c). em Administração de Empresa - UDS/PY.

²⁸ Yara Figueiredo Dan - Professora - UFRRJ - Doutoranda - UDS/PY

²⁹ Jacqueline da Silva - Mestranda - UDS/PY

³⁰Mestranda (c) Direito - UDS/PY.

entrepreneurship is fundamental for understanding the science-based theme, since both the theme and its application in the social environment is recent. The concerns were demonstrated through subchapters that address the themes: entrepreneurship, its origins, its relationship in the international theme, strategic planning and the business plan, as well as the discussion of the importance of the business plan for the economic sustainability of companies, regardless of its size. The material pointed out the importance of understanding the phases of business plan planning so that companies can organize and thus be able to survive in the universe of entrepreneurship. Moreover, it shows that companies that bet on the business plan are more likely to be able to economic sustainability.

Keywords: Entrepreneurship; Business plan; Sustainability; Epistemology

1. INTRODUÇÃO

Epistemologia é o estudo do conhecimento. "A epistemologia se interessa pelos fundamentos da ciência" (QUINE, 1989, 91). Bonge (1980), Bombassaro (1992), Bochiak (1992), Japiassu (1998) e Bachelard (1971) são exemplos de autores que tratam sobre o assunto. Este último, considerado um importante pensador da filosofia moderna atribui a epistemologia a uma ligação intensa com o racionalismo.

[...] o racionalismo é a consciência de uma ciência retificada, de uma ciência que tem a marca da ação humana, da ação refletida, industriosa, moralizante. [...] Resta-nos provar que as regiões do racional nas ciências físicas se determinam numa experimentação numeral do fenômeno. É aí, e de nenhum modo à superfície dos fenômenos, que se pode sentir a sensibilidade da adaptação racional. (BACHELARD, 1971, p. 35).

Japiassu (1998, p.27) atribui a terminologia uma questão evolutiva. "Devemos falar hoje em conhecimento-processo e não mais em conhecimento-estado. Se nosso conhecimento se apresenta em *devoir*, só conhecemos realmente quando passamos de um conhecimento menor a um conhecimento maior". Ele diz que cabe a epistemologia conhecer e analisar as etapas que estruturam esse *devoir* de uma forma que esse conhecimento seja sempre provisório e dessa forma sempre com possibilidade de mudança. Henrich (1971, p.68) explica:

[...] A epistemologia exige pressupostos explícitos sobre o que é importante em relação ao assunto; essas avaliações são controladas

retrospectivamente à luz da experiência de pesquisa para saber se elas contam para o conhecimento *sui generis* ou se o que se sabe é uma reação arbitrária e emocional à realidade em questão.

É fato que a epistemologia tem uma característica multidisciplinar pois ela associa os conhecimentos: lógicos, linguístico, sociológico, ideológico e antropológico. Dessa forma, aborda-se neste trabalho os conceitos epistemológicos da administração e por meio desta busca-se, por meio de uma revisão bibliográfica, problematizar o plano de negócio no contexto atual, uma vez que as mudanças globais exigem do empreendedor cada vez mais para manter-se no mercado. Esse material apresenta uma abordagem a despeito do plano de negócio no melhor desempenho do caráter empreendedor em busca da sustentabilidade econômica. Para isso, busca os conceitos epistemológicos em questão.

2. EPISTEMOLOGIA DO TERMO EMPREENDEDORISMO

Embora recente no âmbito acadêmico, o empreendedorismo existe de forma não tão nova. Se buscarmos no início da história é possível perceber que o homem já tinha características empreendedoras desde a pré-história. Ele precisava sempre inovar e reinventar maneiras para caça e constantemente a garantia da sobrevivência. Ainda no século XVII, Adam Smith dizia que uma das características natas do capitalismo era a busca do auto interesse e a cooperação. Muitos estudos abarcam o tema. Em nível global, percebe-se aumento do interesse pela temática. A busca por uma definição única para o empreendedorismo esbarra no problema de que por si só a terminologia é múltipla. Porém, é sabido que foi o francês Richard Cantillon o primeiro a utilizar a nomenclatura. Isso ocorreu no contexto da teoria econômica. Antes disso, a terminologia tinha outro significado e estava relacionada a expedições militares. Davi (2004) afirma que o termo empreendedor é uma derivação de *emprender*, termo surgido em Língua Portuguesa no século XV e que tem origem no latim “*imprehendere*”.

Filion (1999) ao se referir ao tema empreendedor, diz que ele é alguém que idealiza desenvolve e executa uma visão. Hisrich e Peters (2004, p.52) dizem que “Empreendedorismo é o processo de criar algo com valor, dedicando o tempo e esforço necessário, assumindo os riscos financeiros, psíquicos e sociais correspondentes”. Dornelas (2012), acredita que empreendedor é aquele que percebe uma oportunidade e cria um negócio para capitalizar sobre ela, assumindo todos os riscos envolvidos nesse processo.

Hirschman (1958) ressalta:

[...] A habilidade empreendedora inclui, também, a capacidade de “operacionalizar acordos entre todas as partes interessadas, tais como o inventor do processo, os parceiros, o capitalista, os fornecedores de peças e serviços, os distribuidores, [...] de garantir a cooperação de agências governamentais [...], de manter relações bem-sucedidas com os trabalhadores e o público”. (HIRSCHMAN, 1958, p. 17)

O empreendedor pode ser encarado como uma pessoa que tem a habilidade de identificar uma visão projetada do seu negócio que faça enxergar além dos limites da restrição de recursos e identificar as oportunidades que outros não seriam capazes de enxergar (KEOGH e POLONSKY, 1998; FILLION, 1999 e DOLABELA, 1999).

Depois da consolidação da terminologia a mesma se consagrou por meio de teorias. O primeiro a estabelecer relações concretas sobre elas foi Jean-Baptiste Say e a partir de então passou a ser conhecido como o “pai do empreendedorismo”. Porém, a criação do campo do empreendedorismo é atribuído a Joseph Schumpeter (1883-1950) cuja obra associa o desenvolvimento econômico aos empreendedores e estes à inovação (FILION, 1999)

[...] Enquanto Schumpeter, Higgins, Baumol, Schloss, Knight, Innis, entre outros, procuravam compreender o papel do empreendedor no desenvolvimento econômico Taylor, Fayol, Ford, Hoxie, Locke, Bentham, Simon, March, Olsen, Weick, Follett, Mayo, Roethlisberger, Dickson, Barnard, entre tantos outros, buscavam compreender as bases da administração moderna e entender a organização e seus conflitos internos como forma de estruturar e racionalizar a empresa, aumentando a lucratividade e diminuindo os custos (MOTTA e VASCONCELOS, 2006, p.72)

“O papel do empreendedorismo no desenvolvimento econômico envolve mais do que apenas o aumento de produção e renda *per capita*; envolve iniciar e constituir mudanças na estrutura do negócio e da sociedade” (Hisrich e Peter, 2004, p. 33). Dolabela (2006, p.26) atribui a seguinte definição ao termo:

É uma livre tradução que se faz da palavra *entrepreneurship*, que contém as ideias de iniciativa e inovação. É um termo que implica uma forma de ser, uma concepção de mundo, uma forma de se relacionar. O empreendedor é um insatisfeito que transforma seu inconformismo em descobertas e propostas positivas para si mesmo e para os outros. É alguém que prefere seguir caminhos não percorridos, que define a partir do indefinido, acredita que seus atos podem gerar consequências.

Dantas (2008), na tentativa de sintetizar o pensamento de diversos autores que tratam sobre o assunto, apresenta o quadro abaixo:

Quadro1: Contribuições para o entendimento do empreendedorismo

Ano	Autor	Contribuição
1961	Mc Clelland	Identifica três necessidades do empreendedor: poder, afiliação e sucesso (sentir que se é reconhecido), e afirma que: “o empreendedor manifesta necessidade de sucesso”.
1966	Rotter	Identifica o <i>locus</i> de controle interno e externo: “o empreendedor-manifesta <i>locus</i> de controle interno”.
1970	Drucker	O comportamento do empreendedor reflete uma espécie de desejo de uma pessoa em colocar sua carreira e sua segurança financeira na linha de frente e correr riscos em nome de uma ideia, investindo muito tempo e capital em algo incerto.
1973	Kirsner	“Empresário é alguém que identifica e explora desequilíbrios existentes na Economia e está atento ao aparecimento de oportunidades”.
1982	Casson	“O empreendedor toma decisões criteriosas e coordena recursos escassos”.
1985	Sexton e Bowman	“O empreendedor consegue ter uma grande tolerância à ambiguidade”.
1986	Bandura	“O empreendedor procura a autoeficácia: controle da ação humana através de convicções que cada indivíduo tem, para prosseguir autonomamente na procura de influenciar a sua envolvente para produzir os resultados desejados”.
2002	William Baumol	“O empreendedor é a máquina de inovação do livre mercado”.

Fonte: Dantas (2008)

2.1 O empreendedorismo na política internacional

O empreendedorismo está atrelado a administração e pode ser favorecido por meio do plano de negócio. Essa lógica da importância do empreendedorismo na sobrevivência como um todo na economia capitalista é vista por diversos organismos internacionais. Começaremos falando sobre as premissas da A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Esta entidade, de relevância internacional, entendeu que o empreendedorismo é de magnitude tão grande que é necessário que ele seja abordado na educação, como a educação empreendedora. O mesmo órgão elegeu quatro áreas-chave como principais para este tipo de educação, são elas; a) incorporação do empreendedorismo na educação e treinamento, b) o desenvolvimento curricular, c) o desenvolvimento do professor e d) o engajamento com o setor privado (UNCTAD, 2011). Essas premissas são explicitadas pela UNESCO como recomendações para a educação no século XXI.

A Organização dos Estados Americanos (OEA) também reconhece a importância da temática empreendedora no contexto internacional. Em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, instituição reconhecida internacionalmente, com sede em Washington D.C. com buscas a desenvolver o desenvolvimento sustentável na América Latina e Caribe, em uma publicação pontuou:

[...] fomentar a modelagem de um mundo onde há um novo espírito a ser empregado (...) Precisamos de empreendedores que não cessem seus esforços para trazer seus objetivos para a realidade feliz e para seus sonhos de mover o mundo (...) Uma estrutura comprometida com a tarefa de criar programas voltados para apoiar jovens capazes de enfrentar desafios e transformá-los em oportunidades, e aqueles que decidem aproveitá-los criativamente, desenvolvendo empresas produtivas que respondam aos grandes problemas do desenvolvimento social e econômico em seus países (...) Não se pode duvidar da necessidade de criar regiões com maior impulso, ou seja, uma sociedade que possa aproveitar as qualidades do jovem, especialmente seu potencial de criatividade, inovação e realização. (BID, 2004, ONLINE).

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que entre outras funções auxilia os países em desenvolvimento em suas causas econômicas, também, atribui ao aspecto empreendedor nuances de grande importância no contexto do desenvolvimento dos países. No ano de 2006 a então organização em parceria com a Agência de Estatística da Comissão Europeia (Eurostat) criaram o *Entrepreneurship Indicators Programme* (EIP). A intenção com essa criação foi o desenvolvimento e posteriormente a incorporação dos dados classificados sobre o empreendedorismo que de alguma forma sejam comparáveis de forma global.

O modelo que foi criado estabeleceu três categorias de análises, são elas: determinantes, desempenho e impactos do empreendedorismo. Esse modelo exclui o empreendedorismo social. O documento divulgado pela OCDE (2010) estabelece que na categoria de indicadores determinante do empreendedorismo sinalizam os governantes as condições que seriam consideradas ideais para o processo de empreendedorismo. Os indicadores do desempenho empreendedor buscam mensurar a quantidade e o tipo de empreendedorismo existente na região.

Ahmad e Hoffmann (2008) explicam que a adoção por parte da OCDE dos referidos indicadores são indicadores que podem ser encontrados apenas nos países que pertencem ao referido programa. Porém, sabe-se que para implantação de políticas públicas, os indicadores da OCDE são utilizados grandemente como referência.

2.2 O planejamento estratégico e o plano de negócio

Os estudos epistemológicos acerca do empreendedorismo abarcam também o planejamento estratégico. É consenso entre os autores que estudam o empreendedorismo que para um determinado empreendedor conseguir alcançar o sucesso é preciso ter um diferencial no mercado, para isso é necessária a definição de oportunidades e calcular os riscos. A partir disso, os autores

comungam do pensamento que é necessário organização e para isso sugerem o plano de negócio.

A correlação do Plano de Negócio no viés epistemológico relaciona-se com a epistemologia da administração, uma vez que ele é uma ferramenta desta vertente de pensamento. Sobre isso, Martinet (1990) faz uma ligação entre a epistemologia geral e a epistemologia da administração. Isso ocorre quando o autor examina as questões que ao longo do tempo veem marcando o debate epistemológico. O referido autor prega a “abertura do método” e ressalta: “o que importa é a construção de enunciados razoáveis, comunicáveis, discutíveis pelo duplo jogo da experiência (mais do que pela experimentação) e do exercício das lógicas. Aos cientistas cabe conceber e declarar seus métodos, os quais representem sempre um sujeito que caminha, um território mais que um objeto, um caminho, um percurso” (MARTINET, 1990, p. 27).

Este mesmo autor faz um estudo epistemológico em relação a estratégia empresarial.

[...] Toda enunciação estratégica deliberada faz nascer comportamentos e ações não estritamente desejados, que de forma incremental farão emergir uma estratégia diferente, ou que toda tentativa de homogeneização deslança processos de heterogeneização. É, então, necessário que a reflexão seja capaz de pensar a coexistência dos contrários. [...] Salvo a se degenerar em exercício tecnocrático, a estratégia não pode se apoiar exclusivamente no analítico, sequencial, serial, digital... [...] ela se arrisca a cair no imaginário puro, no mito, no fluido artístico (MARTINET, 1990, p. 234)

No Brasil, o assunto relacionado a epistemologia da administração tem tido significativa relevância entre os autores. A racionalidade das ciências humanas leva ao consenso as questões epistemológicas da administração se correlacionam com o quesito organização no sentido nato. Sabe-se que a organização é fator importante para o sucesso de um empreendimento. Mintzberg et al (1996, p.79) explicam que organizar com o objetivo de atingir determinadas metas é fundamental. Mas os mesmos autores falam sobre a importância da organização no contexto de organização estratégica que de

acordo com eles envolve “a Missão, Visão e Objetivos da organização e todos os esforços e planos elaborados com o intuito de alcançar os objetivos previamente definidos”.

Poter (1979) acredita que a estratégia deve ser criada para ser competitiva. O autor atribui a estratégia um conjunto de atividades de uma empresa que serão responsáveis pela entrega de um composto, cujo valor é único e diferente de seus concorrentes. Chiavenato (2005, p.127) acredita que o resultado do planejamento estratégico é o plano de negócio. “Todos os planos têm um propósito comum: a previsão, a programação e a coordenação de uma sequência lógica de eventos, os quais, se bem-sucedidos, deverão conduzir ao alcance do objetivo que se pretende.”

Dolabela (1999) acredita que o plano de negócio por si só não garante o sucesso do empreendimento, porém, permite decisões mais acertadas e menos possibilidade de erro. Rosa (2007, p.08) pondera:

[...] Um plano de negócio é um documento que escreve por escrito os objetivos de um negócio e quais passos devem ser dados para que esses objetivos sejam alcançados, diminuindo os riscos e as incertezas. Um plano de negócio permite identificar e restringir seus erros no papel, ao invés de cometê-los no mercado.

Para Chiavenato (2005), o Plano de Negócios é uma viabilização antecipada do empreendimento baseada em dados e informações. De acordo com o autor, para a elaboração de um Plano de Negócios sólido é preciso, pesquisa e conhecimento sobre o mercado no qual o empreendimento estará inserido. Isto porque, ao se desenvolver tal documento, são necessárias bases históricas e projeções confiáveis para que ele seja sólido. Dornelas (2013, 90) evidencia três fatores que devem ser levados em consideração na questão do planejamento:

[...] Toda empresa necessita de um planejamento do seu negócio para poder gerenciá-lo e apresentar sua ideia a investidores, bancos, clientes etc.; 2. Toda entidade provedora de financiamento, fundos e outros recursos financeiros necessita de um plano de negócios da empresa requisitante para poder avaliar os riscos inerentes ao negócio, e 3.

Poucos empresários sabem como escrever adequadamente um bom plano de negócios. A maioria destes são micro e pequenos empresários e não tem conceitos básicos de planejamento, vendas, marketing, fluxo de caixa, ponto de equilíbrio, projeções de faturamento etc. Quando entendem o conceito, geralmente não conseguem colocá-lo objetivamente em um plano de negócios.

O mesmo autor afirma que o plano de negócio pode ser de três maneiras: completo, resumido e operacional e o conhecimento do público-alvo é determinante para a definição de qual modelo de plano é mais cabível para determinado empreendimento. No entanto, é importante dizer que não existe uma estrutura rígida e específica para escrever um plano de negócio.

2.3 Modelos de plano de negócio

É de Goldman (2004) a afirmação que existem dois tipos de conhecimento: o teórico e o prático. A divisão deste tipo de conhecimento pelo autor, leva a definição de que o primeiro (teórico) está voltado para esses tipos de classificação: conhecimento das disciplinas, pedagógico, didático e curricular. O segundo (conhecimento prático) são aqueles adquiridos em uma situação de trabalho. Ou seja, fruto das experiências diárias da profissão. Esse tipo de conhecimento é também chamado de empírico. Percebe-se, na prática, que muitos empreendedores brasileiros ao iniciar um empreendimento o fazem por meio do conhecimento empírico, porém, é fato que o conhecimento teórico é de grande relevância para o sucesso e manutenção dos empreendimentos.

Uma ideia empreendedora tem mais possibilidade de ser viabilizada com sucesso se tiver um direcionamento. Existem ferramentas importantes para isso e uma delas, a qual destacamos neste material, é o Plano de Negócio. Uma maneira de aplicar o conhecimento teórico e o prático. De acordo com Dornelas (2018, p.95) “O Plano de Negócio é um documento usado para descrever um empreendimento e o modelo de negócio que sustenta a empresa. Sua elaboração envolve um processo de aprendizagem e autoconhecimento e ainda permite ao empreendedor situar-se no seu ambiente de negócios”.

O Plano de Negócios direciona o empreendedor a entender sobre o ambiente de negócio, estratégias, objetivos, organização, competências, estruturas e investimentos para a viabilidade do empreendimento. Bernardi (2009) afirma que para desenvolver um Plano de Negócio é necessário o cumprimento de cinco etapas: a ideia e concepção do negócio; coleta, preparação de dados; análise dos dados; montagem do plano e avaliação do plano.

[...] O plano de negócio é a descrição, em um documento, da oportunidade de negócio que o candidato a empreendedor pretende desenvolver, como a descrição do conceito do negócio, dos atributos de valor da oferta, dos riscos, da forma como administrar esses riscos, do potencial do lucro e crescimento do negócio, da estratégia competitiva, bem como o plano de marketing e vendas, o plano de operação e o plano financeiro do novo negócio, com a projeção do fluxo de caixa e o cálculo da remuneração esperada, além da avaliação dos riscos e o plano para superá-lo (DEGEN, 2009, p. 209).

Chiavenato (2012) reitera que o Plano de Negócio exige de uma pesquisa exaustiva de todos os componentes que vão fazer parte do Plano de Negócio, tanto das questões consideradas internas quanto as externas. Porém, o Plano de Negócio não segue um modelo único, ele tem possibilidades de diversificação. No entanto, alguns itens são fundamentais para o desenvolvimento da maioria dele e são conhecidos como as cinco forças de Porter.

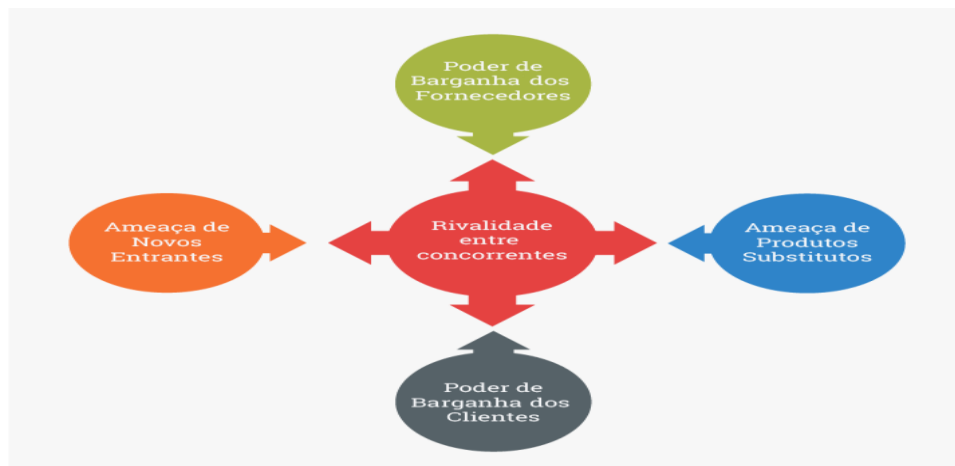
2.4 As Forças de Porter

É de Porter (1979) a informação que o ambiente deve ser levado em consideração como estratégia competitiva. O autor enfatiza que é no ambiente que se encontra as forças sociais e econômicas. Porter (1979) é claro na premissa de que o que traz uma vantagem competitiva é sempre a vantagem de lidar com a concorrência. Para ele, a concorrência pode estar atrelada tanto aos clientes e fornecedores, por exemplo. Porém, o que Porter (1979) consagra e suas discussões é que a intensidade da concorrência supera o comportamento daqueles que normalmente se classificam como concorrentes e para explicar melhor o seu pensamento ele elege cinco forças: poder de negociação dos compradores,

ameaça de novos entrantes, poder de negociação dos fornecedores, ameaça de produtos substitutos, rivalidade entre as empresas existentes.

As 5 forças de Porter como são conhecidas são demonstradas na figura abaixo:

Figura 2: 5 forças de Porter



Fonte: adaptação do autor sobre Porter (1980)

O que Porter (1979) classifica como ameaça de novos entrantes em um setor ele afirma que acaba por trazer novas capacidades. A economia de escala, definida por Porter (1979) está relacionada a redução do valor unitário de um produto à medida em que o volume por período aumente. Não raro, as economias de escalas são classificadas das seguintes maneiras: técnicas, resultantes do uso de equipamentos mais eficientes; gerenciais, resultantes da divisão de gastos gerenciais fixos em uma produção mais elevada; decorrentes da maior especialização do trabalho. O autor diz, também, que o interesse das empresas em maior investimento e inovação está relacionada a atratividade que ele tem. Ou seja, quanto maior for a possibilidade de inserção de uma empresa em um determinado setor, menor será o seu fator atrativo. Sobre esta questão o autor especifica sobre barreiras à entrada. E sobre estas, o classifica algumas: as economias de experiência, o grau de diferenciação do produto, o investimento de capital inicial entre outros.

Sobre a ameaça de produtos substitutos Porter (1979) as define como a principal variável responsável pelo estabelecimento dos preços. Ou seja, é quando os serviços e produtos oferecidos pela concorrência chegam mais próximas das necessidades dos clientes, porém, de uma maneira diferenciada.

A diferenciação do produto também é citada pelo autor. “a diferenciação é o processo de distinção de um produto ou serviço dos seus concorrentes” (GRIMM e MALSCHINGER, 2010, p. 72). Figueiredo (1983) aponta três pontos importantes na diferenciação do produto: a demanda, a oferta e a propaganda. Porter (1974) atribui a diferenciação uma dependência das necessidades dos consumidores. Sobre esse assunto, recorre-se a Kotler (2000)

[...] Podemos dizer que a empresa fornece qualidade sempre que seu produto ou serviço atende às expectativas dos clientes ou as excede. Uma empresa que satisfaz a maioria das necessidades de seus clientes durante a maior parte do tempo é denominada empresa de qualidade” (KOTLER, 2000, p.79)

A necessidade de capital também é apontada por Porter (1979) como um fator importante. É esta necessidade a responsável pela criação de uma barreira, uma vez que o novo entrante pode perceber altos custos e riscos para entrar em um determinado setor. Ou seja, é a necessidade de investir recursos para poder competir. Sem capital, não é possível manter os estoques, cobrir prejuízos, entre outros.

O poder de barganha dos fornecedores, relaciona-se com o custo de mudanças também é considerado fator importante, uma vez que ele está relacionado ao custo que o consumidor terá para mudar de um produto ou de um serviço. Esses custos são sistêmicos e podem envolver desde curso para treinamento de novos colaboradores a aquisição de novas tecnologias ou produtos. Porter (1979, p.72) exemplifica: “são custos com que defronta o comprador quando muda de um fornecedor para outro”

O acesso aos canais de distribuição é visto pelo autor como uma barreira de entrada. Porém, o autor explica que existem desvantagens de custo

independente de escala e, para isso, exemplifica com a tecnologia patenteada, a localização favorável, além da experiência. As empresas iniciantes terão custos inerentes mais altos.

Além disso, Porter (1980) estabelece que o que deve ser levado em consideração em um Plano de Negócio, são: o poder de negociação dos compradores e dos fornecedores.

2.5 O Plano de Negócio e a sustentabilidade

A sustentabilidade é uma palavra muito utilizada nas questões relacionadas ao meio ambiente. Porém, a terminologia abarca uma dinâmica interdisciplinar. O desenvolvimento sustentável é previsto pela ONU (1987) e outros organismos internacionais, além disso, a terminologia foi citada pelo Papa Francisco na Encíclica Laudato Si. Porém, saindo da temática ambiental e aproveitando a questão sistêmica da terminologia é possível dizer que para sobreviver no universo competitivo atual, as organizações não podem mais se organizar de forma linear, mas sim, cíclica. A sustentabilidade econômica deve ser pensada para todo tipo de empresa, das maiores as menores. Sobre a terminologia Schumpeter (1997, p.75) explica a diferença entre crescimento econômico e desenvolvimento econômico. De acordo com o autor, o primeiro, crescimento econômico, está relacionado ao aumento da renda e o segundo, desenvolvimento econômico, abarca, também, as transformações sociais e políticas.

[...] Uma relação equilibrada entre os aspectos econômico, social e ambiental, prevendo a continuidade e a prosperidade da vida humana, levando em consideração o impacto do desenvolvimento nessas três dimensões. Ou seja, o conceito não se restringe ao tema da disponibilização de recursos econômicos, nem tampouco se refere apenas à preocupação romântica dos "amigos da natureza" com os problemas ecológicos causados pelo desenvolvimento industrial e tecnológico (BOMFIM, 2004, p.76).

É fato que o empreendedorismo traz um impacto social. Pensar o plano de negócio voltado a garantir o crescimento e desenvolvimento econômico,

com certeza auxilia na sustentabilidade das empresas. Isto é, planejar um negócio é uma maneira sustentável de garantir a sobrevivência.

A estruturação de um plano de negócio deve focar em todas as etapas de desenvolvimento. Ou seja, é uma proposta de execução de um projeto, delineando seus custos, rentabilidade e exequibilidade do empreendimento, demonstrando as vantagens para o retorno dos recursos investidos (SIEGEL et al, 1991). A questão da sustentabilidade do empreendimento deve estar presente em todo o momento da construção do plano de negócio.

É sabido que as elevadas taxas de mortalidade das empresas sempre instigaram pesquisadores do tema. É consenso que o plano de negócio, quando elaborado de forma coerente e com atenção a todas as etapas, ajuda na sustentabilidade econômica das empresas. Chiavenato (2006), diz que o plano de negócios permite melhorar as condições de planejamento, organização, direção, avaliação e controle do negócio. É do mesmo autor a informação que 90% das novas empresas fecham as suas portas nos três anos seguintes à sua criação devido ao lançamento prematuro do novo produto ou serviço. Ou seja, um bom planejamento ajuda na sobrevivência. Dornelas (2005, p.101) explica que para a viabilidade de um bom plano de negócio é necessário levar em consideração, dentre outros: as diretrizes do negócio, o gerenciamento eficaz da empresa, o financiamento dos recursos de forma correta, além de estabelecer uma comunicação eficaz da empresa com o público. A estrutura do Plano de Negócio deve ser de acordo com o tipo de empresa, porém, o tamanho da empresa não elimina a necessidade de um Plano. Ou seja, as micro e pequenas empresas não devem descartar essa ferramenta.

Resnik (1990) explica que quando os proprietários de pequenas empresas compreenderem que os fatores que levam o sucesso e o fracasso devem ser levados em consideração independentemente do tamanho do empreendimento, a sustentabilidade econômica fica mais próxima da realidade. Takisawa (2004) diz que algumas pessoas acreditam que por ser o empreendimento pequeno não

há necessidade de um planejamento mais minucioso. Salim (et.al, 2005 p. 34) afirmam que algumas empresas funcionam com sucesso, por um tempo, mesmo não tendo um plano de negócio, mas, ele assegura que isso é arriscado. “é preciso um bom plano de negócios para que se possa transformar uma boa ideia ou uma oportunidade em um bom negócio”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho, por meio de uma revisão bibliográfica, evidenciou a importância do Plano de Negócio na sustentabilidade econômica das empresas, independentemente do tamanho que ela apresenta. Além disso, é possível inferir após a conclusão deste que não basta apenas ter um espírito empreendedor, ou apenas, visão empreendedora. Para um empreendimento ter menos possibilidade de erro o investimento em um Plano de Negócio é sempre salutar.

[...] Muitas horas de elaboração devem resultar em um documento abrangente, bem redigido e bem-organizado que servirá como guia para o empreendedor e como um instrumento para obter o capital e o financiamento necessários (PETERS; HISRICH, 2004, p.227)

Ou seja, a gestão do planejar é de singular importância para a sobrevivência das empresas que independente do seu ramo ou tamanho conseguirá com menos possibilidade de erro a sustentabilidade econômica investindo em um Plano de Negócio.

REFERÊNCIAS:

AHMAD, N., E HOFFMANN, A. N. *A framework for addressing and measuring entrepreneurship*. Paris: Organization for Economic Co-Operation and Development - OECD. (2008).

BACHELARD, G. *A epistemologia*. Lisboa: Edições 70, 1971.

BERNARDI, M. A. **Pai nobre, filho pobre? Nem sempre**. Revista Exame, ano 27, no 583, 10 maio. 2009.

BOCHNIAK, R. **Questionar o Conhecimento**. São Paulo: Loyola, 1992.

BOMBASSARO, L. C. **As Fronteiras da Epistemologia**. Petrópolis: Vozes, 1992.

BOMFIM, L. A. **Sustentabilidade e as Organizações da Sociedade Civil: o campo, a estratégia e a técnica**. Disponível em:
<<http://www.labsocial.com.br/sustentasite.html>> Acesso em: 14 abr. 2019.

BUNGE, M. **Epistemologia**. São Paulo: Queroz Editor, 1980.

CHIAVENATO, I. **Gerenciando com as pessoas**. Rio de Janeiro: Elsevier 2005.

CHIAVENATO, I. **Administração nos novos tempos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier 2012.

DAVID, D.E.H. **Intraempreendedoríssimo social: perspectivas para o desenvolvimento social nas organizações**. Tese de Doutorado da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2004.

DEGEN, R. J. **O Empreendedor. Empreender como Opção de Carreira**. Ed Pearson Pratic Hall, 2009: São Paulo.

HENRICH, S, **Discussion on Value- Freedom and Objectivity**, in Otto Stammer (ed.), *Max Weber and Sociology Today*. New York: Harper e Row, 1971

DOLABELA, F. **Oficina do Empreendedor**. 1 Ed. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 4. ed. São Paulo: Elsevier. 2012.

FILION, L. J. **Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios**. *Revista de Administração – USP*, 1999.

GRIMM, A; MALSCHINGER, A. Diferenciação de Produtos. Lifelong Learning Programme. Austrian Marketing University of Applied Sciences 2010.

GOLDMAN, P. **Introdução ao Planejamento e Controle de Custos na Construção Civil Brasileira**. 4a Edição. São Paulo: Editora PINI, 2004

HIRSCHMAN, A. O. **The strategy of economic development**. Connecticut: Yale University Press, 1958.

HISRIC, R. D., e Peter, M. P. (2004). *Empreendedorismo*. Porto Alegre: Bookman

JAPIASSU, H. **Introdução ao Pensamento Epistemológico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alvez, 1988.

KEOGH, P.D.; POLONSKY, M.J. *Environmental commitment: a basis for environmental entrepreneurship?* Journal of Organizational Change Management, Volume 11 Number 1 1998 pp. 38-49, 1998

KOTLER, P. **Administração de Marketing: a edição do novo milênio**. 10.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

MARTINET A.C., *Grandes questions épistémologiques et sciences de gestion*, In: Epistémologies et sciences de gestion, coord. par A.C. Martinet, p. 9-29, Economica, Paris, 1990.

MINTZBERG, H. *The structuring of organizations: A synthesis of the research*. New Jersey: Prentice Hall. 1996.

MOTTA, F.C.P.; VASCONCELOS, I.F.G. **Teoria Geral da Administração**. São Paulo, Thomson, 2006

PETERS, M. P.; HISRICH, R. D. **Empreendedorismo**. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

PORTER, M. E. *How competitive forces shape strategy*. *Harvard Business Review*, 137+, Mar./Apr. 1979.

QUINE, W.V. **Relatividade Ontológica e outros ensaios**. Coleção Os Pensadores, São Paulo: Nova Cultural, 1989.

ROSA, C. A. **Como elaborar um plano de negócio**. Brasília: SEBRAE, 2007

SALIM, Cesar Simões et al. **Construindo Planos de Negócios: todos os passos necessários para planejar e desenvolver negócios de sucesso**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2005.

SIEGEL, E. S.; SCHULTZ, L. A.; FORD B. R.; CARNEY, D. C. *Guia da Ernst & Young para desenvolver o seu Plano de Negócios*. Rio de Janeiro, Record, 1991.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. (L. Schlaepfer, Trad.). Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. (Obra original publicada em 1911).

TAKISAWA, Takeshy; FARIA, Marília de Sant'Anna. **Criação de Novos Negócios: gestão de micro e pequenas empresas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

UNCTAD, S. Entrepreneurship Conference on Trade and Development (UNCTAD). Gevena (2011). Disponível em: http://unctad.org/en/docs/ciimem1d9_en.pdf . Acesso em setembro de 2019.

Accessed on June, 2019

Documentos

Banco Interamericano de Desarrollo. **El Nuevo rostro Empresarial: Indagación sobre el Empresariado Juvenil en América Latina y el Caribe**. Banco Interamericano de Desarrollo, Colômbia, 2004.

PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE: IMPACTOS AMBIENTAIS DECORRENTES DOS LIXÕES

Paulo Candido Damasceno³¹

Edival Dan³²

Yara Figueiredo Dan³³

Juracy Martins Figueiredo³⁴

*O maior legado de uma sociedade civilizada é o
meio ambiente e a cultura, preservadas.
Ricardo V. Barradas*

RESUMO

Com o advento da revolução industrial as pessoas foram impulsionadas a ocuparem espaços próximos do seu local de trabalho. Nesse contexto surgem as cidades. E com a grande quantidade de pessoas vivendo no meio urbano, conseqüentemente o lixo passa a ser proporcional a quantidade de indivíduos nela residentes. Logo o montante de resíduos sólidos gerados pela população tornou-se um ponto preocupante que se conecta com outros aspectos como: o ambiental, o social, e a saúde pública. Os grandes centros de zona urbana, brasileiros, se utilizam dos usos de lixões para a finalização dos resíduos sólidos urbanos, ou seja, o lixo. A grande quantidade de dejetos acumulados nas grandes cidades traz preocupações relevantes às populações que vivem nestas comunidades. Objetiva-se com o presente estudo observarmos os impactos ambientais desencadeados por essa prática comum na contemporaneidade; contextualizando o meio ambiente habitado pelo homem moderno. Busca-se explicitar os principais meios de preservação ambiental e os impactos ambientais causados pelos lixões nas áreas urbanas das grandes metrópoles. O estudo se utilizou da pesquisa bibliográfica, como método de estudo baseando-se em aspectos qualitativos da pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Meio ambiente. Preservação. Impactos ambientais. Lixões. Lixo.

³¹Doutorando (c). em Administração de Empresa - UDS/PY.

³² Dr. Edival Dan - Professor - UFRRJ/BR - UDS/PY

³³ Yara Figueiredo Dan - Professora - UFRRJ - Doutoranda - UDS/PY

³⁴Mestranda (c) Direito - UDS/PY.

ABSTRACT

With the advent of the industrial revolution people were driven to occupy spaces near their workplace. In this context come the cities. And with the large number of people living in the urban environment, consequently the garbage becomes proportional to the number of individuals residing in it. Soon the amount of solid waste generated by the population became a point of concern that connects with other aspects such as: environmental, social, and public health. The large urban centers in Brazil use the use of dumps for the finalization of urban solid waste, that is, the garbage. The large amount of waste accumulated in large cities brings relevant concerns to the populations living in these communities. The aim of this study is to observe the environmental impacts triggered by this common practice in contemporary times; contextualizing the environment inhabited by modern man. It seeks to explain the main means of environmental preservation and the environmental impacts caused by dumps in the urban areas of large metropolises. The study used bibliographic research as a study method based on qualitative aspects of the research.

KEYWORDS: Environment. Preservation. Environmental impacts. Dumps. Trash.

1 INTRODUÇÃO

O meio ambiente se transforma constantemente, são mudanças consideradas naturais, tendo em vista que a natureza segue seu curso ininterruptamente e naturalmente. Não podemos exercer nenhum poder quanto ao curso natural do meio ambiente em que vivemos. A própria natureza se encarrega de ações que fogem ao controle dos seres humanos como: terremotos, explosões vulcânicas, furacões e inundações.

O homem no decorrer da história, demarcou espaços e os ocupou, para tanto, aproveitou-se dos recursos naturais, unicamente, visando a sua própria existência. A sociedade contemporânea adequou-se a um modelo de desenvolvimento que se baseia num grande padrão de produção e consumo, atrelado ao crescimento populacional e ao imenso e desorganizado processo de urbanização das grandes cidades.

Nos últimos tempos, o homem vem interferido de forma negativa na natureza, impondo seu consumismo exacerbado e alterando a maneira de

interagir com o meio em que habita. Causando alterações significativas que degradam o meio ambiente e causa prejuízos à coletividade. O homem revolucionou a atual sociedade com suas tecnologias, mas, quanto à natureza se utiliza dela para enriquecer e esgota seus recursos. Descarta no meio ambiente seu lixo; em lugares inapropriados faz pilhas de resíduos sólidos que somente acarreta problemas para ele.

Assim a preservação do meio ambiente é um tema muito corrente na sociedade contemporânea. O homem conseguiu atingir e desenvolver a tecnologia numa margem extremamente lucrativa. Mas em relação à natureza segue desrespeitando suas leis poluindo o ambiente e gerando toneladas de lixo que tem consequências desastrosas para a humanidade.

Atualmente com a grande demanda de oferta de produtos diferenciados, e com o aumento da população, o lixo também teve uma mudança nas suas características. A humanidade apenas começou a se preocupar com suas consequências na metade do século XX. Sendo assim o lixo foi se tornando um problema do mundo moderno.

Como objetivo geral desse estudo tem: a preservação do meio ambiente e lixo produzido no meio urbano. Os objetivos específicos se desdobram para elencar os principais tipos de resíduos sólidos produzidos pela sociedade contemporânea, bem como, mostrar quais são os tipos e os meios de manipulação de resíduos e seu destino final; apresentando os principais impactos ambientais causados pela atual sociedade.

Para o presente estudo buscou-se explicitar os principais meios de preservação ambiental e os impactos ambientais causados pelos lixões nas áreas urbanas das grandes metrópoles. O estudo se utilizou da pesquisa bibliográfica, como instrumento de pesquisa, abordando aspectos de cunho qualitativos na pesquisa de livros, artigos, teses e dissertações e aporte documental.

2 PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

2.1 Ambiente, meio ambiente e suas definições

O Meio Ambiente torna-se a totalidade do que está em torno de algo ou alguém; compreende os seres vivos e as forças naturais. O ambiente potencializa as condições para a desenvoltura e crescimento dos seres vivos, sendo assim, comumente não existiriam sem o seu ambiente. Os organismos evoluem em resposta às condições do seu ambiente, que geralmente se compõe das interações entre plantas, animais, solo, água, temperatura e luz.

[...] Natureza, meio ambiente humano e ambiente impuseram historicamente exigências, incômodos e desafios para a espécie humana que tiveram papel decisivo no seu processo de evolução, fazendo-o passar de um sistema antropeide para um sistema humano (hominização), mas foi especialmente o desenvolvimento da cultura que permitiu ao homem adaptar os mais diversos ambientes a si, que passaram a ser cada vez mais dominados. (DULLEY, 2004, p. 22).

A palavra ambiente traz vários significados e é usada para falar sobre muitas coisas. Indivíduos em diferentes áreas do conhecimento - como história, geografia ou biologia - contextualizam-na de diversas formas. Na conjuntura da biologia e ecologia, o meio ambiente engloba tudo o que há na natureza e os seres vivos, adicionando também a luz solar; dessa composição tem-se o chamado ambiente natural.

[...] Por ambiente entende-se o “... Conjunto de condições que envolvem e sustentam os seres vivos na biosfera, como um todo ou em parte desta, abrangendo elementos do clima, solo, água e de organismos”, e por meio ambiente a “soma total das condições externas circundantes no interior das quais um organismo, uma condição, uma comunidade ou um objeto existe. O meio ambiente não é um termo exclusivo; os organismos podem ser parte do ambiente de outro organismo” (ART, 1998 apud DULLEY, 2004, p. 18).

Portanto, ambiente engloba: um conjunto de elementos vitais que propiciam e dá sustentação aos organismos que habitam a biosfera. Nesse contexto os seres são essenciais e a eles tem-se a junção de componentes como clima, o solo e a água. Por conseguinte, o meio ambiente dá-se pela soma resultante das condições externas que envolvem um habitat de um organismo, ou de uma comunidade, ou de um objeto existente. Assim nota-se que meio ambiente não é termo que designa algo exclusivamente.

O dualismo ambiental determinado à espécie humana, conjecturando que o homem habita dois mundos, sendo que um dos dois mundos torna-se o mundo natural, composto pelas plantas, animais, solo, ar, águas e os demais elementos naturais, que vieram antes e o precede em bilhões de anos e do qual ele é uma parte; o outro é o mundo artificial, composto pelas instituições sociais e os artefatos construídos, baseando-se em seus conhecimentos, utilizando-se de ferramentas poderosas capacitadas para modificar o meio ambiente. Este poder de alterar consistentemente as condições ambientais do planeta, torna-se o principal fator que diferencia o homem das outras espécies que vivem na terra. (MACHADO, 1995, p. 38).

A legislação brasileira traz também em suas publicações uma definição jurídica acerca do que vem ser o meio ambiente:

- a) o ambiente como modo de ser global da realidade natural, baseada num dado equilíbrio dos seus elementos – equilíbrio ecológico, que se retém necessário e indispensável em relação à fruição da parte do homem, em particular à saúde e ao bem-estar físico; o ambiente enquanto ponto de referência objetivo dos interesses e do direito respeitante à repressão e prevenção de atividades humanas dirigidas a perturbar o equilíbrio ecológico, convertendo-se o dano ao ambiente em dano ao próprio homem;
- b) o ambiente como uma ou mais zonas circunstanciais do território, consideradas pelo seu peculiar modo de ser e beleza, dignas de conservação em função do seu gozo estético, da sua importância para a investigação científica, ou ainda pela sua relevância histórica: isto é, o ambiente enquanto soma de bens culturais, enquanto ponto de referência dos interesses e do direito à cultura;
- c) o ambiente como objeto de um dado território em relação aos empreendimentos industriais, agrícolas e dos serviços: isto é, o ambiente enquanto ponto de referência objeto dos interesses e do direito urbanístico respeitantes ao território como espaço, no qual se desenvolvem a existência e a atividade do homem na sua dimensão social. (MUKAI, 1992, p.4-5).

A definição jurídica à brasileira aborda o ambiente em três aspectos. O primeiro refere-se à realidade natural enquanto o equilíbrio dos elementos que fazem sua composição, ou seja, o equilíbrio ecológico. O segundo aspecto reporta as zonas circunferentes ao território considerando as belezas naturais para serem estudadas e sua importância histórica; resultando assim na soma de bens culturais reforçando o direito à cultura. No terceiro ponto tem-se o ambiente

como instrumento de certo território atrelado aos empreendimentos; ressaltando aqui o direito urbanístico, respeitando-se o território como meio de existência e configurando sua dimensão social respeitando seu contexto.

Faz-se muito importante ressaltar que, cada indivíduo neste momento, entenda que o ambiente limpo é pré-requisito para a saúde de todos os seres humanos. Todos os tipos de poluição causam danos ao meio, e isso traz consequências desastrosas para a humanidade inteira. Atualmente, vários tipos de problemas graves de saúde estão aumentando rapidamente e em todo o mundo. A principal razão por trás do crescimento desordenado dessas enfermidades está na quantidade de poluição no meio ambiente.

O conjunto dos meios ambientes de todas as espécies conhecidas pelo homem constituiria o ambiente, ou seja, a natureza conhecida pelo homem. Para efeitos práticos, o ambiente se confundiria com ela. Dessa forma, tudo o que ocorre na natureza conhecida pelo homem, ocorreria também no ambiente. E isso porque a natureza deve ser e é pensada no espaço e no tempo. (DULLEY, 2004, p. 25).

Na contemporaneidade, nota-se uma maior tomada de consciência da sociedade sobre os níveis de poluição e, portanto, tem-se praticado algumas ações de mudança de atitude. Contudo, ainda se faz necessário muito trabalho para que tenhamos de fato um ambiente limpo e saudável. As primeiras atitudes e os primeiros passos, para essas mudanças são: conscientizar as pessoas sobre a importância do meio ambiente limpo, e como ele pode ajudar-nos a permanecermos saudáveis.

Nosso planeta está mudando e precisamos ajudá-lo a transmutar para melhor. Existem várias coisas que afetam o nosso planeta de uma forma negativa, em função das atividades de exploração do homem moderno e sua ocupação nos espaços do solo, ou seja, a urbanização cada vez mais crescente.

2.2 Meio ambiente e a população urbana

A urbanização da sociedade atual deu-se por meio de um processo que se desenvolveu a partir de um fenômeno recente na história da humanidade: a

Revolução Industrial. Nela este processo encontrou meios de crescimentos exponenciais, propiciando um vertiginoso e acelerado crescimento que culminou na aparição das primeiras sociedades a partir da economia industrial, com população majoritariamente urbana. A evolução do processo de urbanização durante o século XX foi determinante até em continentes com economias pouco desenvolvidas.

Até o ano de 1850, os países não possuíam características que pudessem ser considerados como uma sociedade preponderantemente urbana, e até 1900, somente a Grã-Bretanha estava nesta posição. No final daquele século, todos os países considerados mais industrializados e mais desenvolvidos são predominantemente urbanos. E os países classificados como menos desenvolvidos caminham nesse rumo aquecido ao desenvolvimento. (DAVIS, 1977).

Com a revolução industrial veio à necessidade do homem de se deslocar da sua zona rural e passar a morar mais próximo do seu trabalho. Essa necessidade culminou no surgimento dos aglomerados que mais tarde seriam chamados de centros urbanos.

No Brasil o contexto deu-se da mesma forma. Os indivíduos moradores de áreas rurais passam a residir em zonas urbanas. Assim:

No século XX, principalmente após a II Guerra Mundial, o modelo de sociedade industrial e urbana passa a atingir também os países menos desenvolvidos, sendo que em alguns deles com maior intensidade, como é o caso do Brasil, onde o Censo de 1960 (IBGE) revelava um país ainda rural e nas décadas seguintes um país plenamente urbano. (MAZETTO, 2000, p. 25).

No Brasil a sociedade foi tomando novo formato. Dantes majoritariamente concentrada na área rural, sua população se desloca do campo e rapidamente transforma-se de uma sociedade totalmente ruralizada, que em poucas décadas, torna-se um país completamente urbanizado.

Com a urbanização e o aumento da população mundial vieram novos problemas ambientais, que responde diretamente na qualidade de vida humana. Em decorrência dos centros urbanos crescendo cada vez mais e o aumento de

exploração desse ambiente para acomodar essa nova população, problemas surgem.

Concordando com Guidugli (1995):

Milhares de anos nos separam dos primeiros momentos em que o homem, numericamente pouco, começou a pressionar o meio ambiente com efeitos perceptíveis. A sociedade humana então não era urbana, mas rural, nômade em muitas situações e incapaz de produzir, sobre si mesma qualquer efeito dramático (...). (GUIDUGLI, 1995).

Por meio do crescimento da população urbana aparecem os efeitos nocivos que ela traz consigo. O equilíbrio ambiental fica comprometido para suprir as necessidades desta comunidade, ou seja, um volume considerável de suprimentos como energia e matéria prima se faz necessário. Pontuando o aumento de população tanto nos países desenvolvidos quanto nos países menos desenvolvidos são esses os que mais sofrem seus efeitos.

O crescimento populacional em ritmo acelerado é, sem dúvida, ainda mais acentuado no mundo menos desenvolvido, justamente onde as condições da qualidade de vida humana são as mais precárias. Esta situação se apresenta mais grave pelo índice de corrupção endêmica e pela estagnação e dependência econômica em relação aos países centrais, tornando esses países incapazes de absorver o rápido crescimento da população. (MAZZETO, 2000, p. 26).

Sabendo-se que nos países menos desenvolvidos as carências e desigualdades sociais são latentes. Corroborando com Lynch (1977) “a qualidade de vida nas grandes cidades do mundo menos desenvolvido está longe de ser considerada boa ou satisfatória para maioria de sua população”. Eles convivem com uma política em que: as áreas urbanas concentram-se nas periferias, ou seja, uma área menos favorecida, na qual as pessoas geralmente têm pouca escolaridade, muita pobreza, sem acesso a saúde e a cultura.

Na atualidade, as evidências do efeito do processo de urbanização, estão cada vez maiores e presentes em quantidades de núcleos, chegando a praticamente desvincular os seres humanos de seu convívio com a natureza. Decorrem aspectos particularmente intensos e concentrados em áreas relativamente limitadas. Os resultantes das consequências fazem-se presentes na distância às vezes consideráveis; nesse contexto em virtude da necessidade de

entrada concreta de energia para o abastecimento da zona urbana. Em decorrência da crise representada pelos alimentos, sobressai a dos combustíveis e da eletricidade; produzidas em locais remotos, são transmudadas, reconectadas e, quando possível, armazenadas para posterior aplicação. Em consequência desse processamento, dá-se intensa elaboração de resíduos, que na verdade, exprimem a reversão ao estado não concentrado, e que são formulados em sua maioria principalmente pelos dejetos e pela produção exponencial de calor. (FORATTINI, 1991, p. 25).

Sabe-se que o desenvolvimento do meio urbano resultou de intensa e grande manipulação do meio ambiente. Dessa prática decorreram excessivas modificações que re incidem nas paisagens, nas comunidades, nos estados psicológico e fisiológico dos habitantes; somando-se aqueles fatores culturais, tanto quanto econômicos, como políticos, que de forma isolada ou coletivamente, propiciam ou mesmo determinam a qualidade de vida da população que reside nessas áreas caracterizadas do ambiente urbano.

2.3. Meio ambiente urbano e o lixo

Preservar o meio ambiente torna-se essencial na contemporaneidade, apontando que, nele se encontra os recursos naturais necessários para a sobrevivência humana como: água, alimentos e matérias-primas; tão elementares para vida no planeta terra. Sem esses recursos, todas as formas de vida do planeta poderão se extinguir.

E em meio às transformações sociais ocorridas nos últimos tempos e corroborando ao processo vertiginoso de aceleração da urbanização, o homem tem causado sérios problemas ao meio ambiente, dada a sua necessidade de fixar residência. Com essas ocupações, o indivíduo colabora para o aumento do lixo no contexto urbano que segundo Velloso, 2010, destaca que “o lixo, é designado como restos ou como tudo aquilo desprovido de uma utilidade óbvia e objetiva, adquire uma imagem negativa, quase sempre associada à sujeira.” A população daquelas áreas tanto quanto no meio rural propicia o acúmulo de lixo em espaços abertos e inadequados para esta finalidade.

A etimologia da palavra lixo remete ao latim do termo *lix*, que significa: cinzas. Já no dicionário ela se define como: sujeira, imundice, coisas inúteis, velhas e sem qualquer valor. No contexto técnico, é chamado de resíduos sólidos e se representa por materiais descartados pelos usos e atividades realizadas pelos seres humanos.

De acordo com a Lei Ambiental 9966/00 de 28/04/2000 também são conhecidos como:

“materiais produzidos e descartados, individual ou coletivamente, pela ação humana, animal ou por fenômenos naturais, nocivos à saúde, ao meio ambiente e ao bem-estar da população, ou ainda, é todo tipo de sobra de víveres e resíduos resultantes das faxinas e trabalhos rotineiros nos navios, portos organizados, instalações portuárias, plataformas e suas instalações de apoio”. (BRASIL, 2000).

Conceitua-se lixo todo material que se descarta e que perde a sua utilidade ou, o seu valor, porém a definição de resíduos sólidos vai muito mais além de um item não utilizado. Em seu princípio primeiro o lixo era reutilizado em forma de adubo nos processos de agricultura. Os resíduos eram comumente: restos de comida, excrementos de animais dentre outros materiais orgânicos. Os ingredientes desses rejeitos eram basicamente compostos apenas por matéria orgânica, eles eram juntados e se decompunham naturalmente, e assim podiam ser reaproveitados como adubo.

Comumente as pessoas associam resíduo sólido ao lixo. Contudo sabe-se que aqueles se transformaram em fonte de renda para muitas pessoas e podem vir a gerar lucro para algumas empresas. Por tanto, os resíduos têm um valor agregado, e em muitos processos produtivos pode ser utilizado como matéria prima. Os resquícios sólidos são unidades compostas a partir de materiais líquidos, sólidos e gasosos gerados por meio das atividades humanas que não apresentem a denominação inicial para a atividade fim onde foram pensados. Contudo, podem ser reaproveitados ou agregados em outros processos produtivos aprimorando o seu ciclo vital.

Desse modo, ocorreu a modernização nos tipos de resíduos que são gerados hodiernamente, como: lixo industrial, pilhas, lâmpadas, dentre outros

tipos de sedimentos. Na época atual se elegeu o termo, resíduos sólidos, para se referir ao lixo gerado pela comunidade urbana. Esse termo foi considerado mais apto para nomear os rejeitos que são gerados pela nossa sociedade como um todo.

Os resíduos podem ser classificados tanto quanto à natureza física, à composição química, aos riscos potencialmente elencados ao meio ambiente e ainda quanto à sua proveniência. (CADERONI, 2003).

Os resíduos sólidos gerados no processo produtivo foram classificados durante vários séculos como meros subprodutos do sistema econômico. Nesta perspectiva, a prioridade era remover os resíduos para locais distantes das áreas habitadas. No entanto com a expansão das cidades e, conseqüentemente, do volume de resíduos, intensificaram-se os problemas ambientais decorrentes da gestão inadequada. Além disso, agravaram-se os impactos negativos sobre as condições de saúde e a qualidade de vida da população, sobretudo os problemas enfrentados pelos habitantes de bairros periféricos de países em desenvolvimento, para onde a maior parte dos resíduos continua a ser encaminhada. (DEMAJOROVIC, 1996).

Atualmente os resíduos sólidos podem ter várias utilidades. Comumente conceituado como lixo ele pode ser separado dos materiais que se decompõe e tratado adequadamente para ser reutilizado. Podendo vir a se tornar outro objeto para variadas funções.

3 IMPACTOS AMBIENTAIS SOB A ÓPTICA DOS LIXÕES

3.1 Destinação do lixo e resíduos sólidos - lixo

O resultante das ações do homem e seu modo de vida na atual sociedade têm apresentado impactos sucessivos, muitos dos quais, são irreversíveis, como a extinção de formas de vida, entre as quais também podemos elencar a poluição do ar, e os acúmulos de restos de materiais produzidos pela ação do homem, ou seja, o lixo.

Com o aumento da população humana que conseqüentemente, geram os aumentos da produção de alimentos e de bens para atender esse crescimento “dá uma dimensão do impacto humano e aponta para várias outras mudanças ambientais que afetam a biodiversidade indiretamente.” (BENSUSAN, 2002, p.23).

Os resíduos sólidos são descartados em lugares que não apropriados para esta finalidade. As pessoas descartam seu lixo em terrenos que estão desocupados e em espaços a céu aberto. Comumente esses dejetos são restos de materiais, sobras de comidas e lixo residencial que ao passar dos dias entram em processo de decomposição e produzem odor característico. Todo esse material pode ser coletado pela prefeitura através do serviço de limpeza urbana. Outras vezes o material é descartado em locais perto das residências trazendo incômodos para os residentes.

Os impactos humanos sobre o planeta terra geram tendências ambientais que configuram o século XXI e o futuro da civilização, principalmente: “crescimento populacional, aumento de temperatura, queda de lençóis freáticos, redução da terra cultivável por pessoa, colapso dos pesqueiros, encolhimento das florestas e a perda de espécies vegetais e animais” (BROWN; FLAVIN; FRENCH, 2000, p.5).

Todo o lixo gerado pela sociedade contemporânea deve ter uma destinação certa para que não propicie desastres para a população, assim deve ser feito todo o seu tratamento e acondicionamento para que não possa agredir ainda mais o meio ambiente e a comunidade ao seu entorno.

Segundo BIDONI e POVINELI (1999), o “lixão” compreende-se em local de disposição final dos resíduos sólidos urbanos onde estes são simplesmente descarregados sobre o solo, sem medidas de proteção ao meio ambiente ou à saúde pública, causando risco à saúde da comunidade que mora em suas imediações, comunidade esta que, em sua maioria é marcada pela vulnerabilidade econômica e social.

Corroborando com Lima 2004, a classificação quanto à sua natureza e estado físico, o lixo, pode ser classificado como sólido, líquido, gasoso e pastoso; e quanto à origem e produção, eles podem ser residenciais, comerciais, industriais, hospitalares e especiais. Elencando o lixão ou vazadouros, aterro controlado e aterro sanitário como métodos de disposição final dos resíduos. E incineração, compostagem e reciclagem como métodos de tratamento de resíduos sólidos adotadas pela sociedade urbana.

De acordo com o levantamento feito pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELEPE) a média de lixo gerado por pessoa no país, no ano de 2010 foi de 378 quilos (kg), montante 5,3% superior ao de 2009 (359 kg). No decorrer do ano de 2010, o montante chegou a 60,8 milhões de toneladas de lixo. Dessarte, milhões de toneladas não foram coletadas e terminaram em rios, córregos e terrenos baldios. Na totalidade de resíduos produzidos, 42,4% ou 22,9 milhões de toneladas/ano não receberam destinação apropriada: foram conduzidas para lixões ou aterros controlados - que não têm tratamento de gases e chorume. (ABRELEPE, 2010).

Com a constante agressão ao meio ambiente, os sistemas naturais não conseguem metabolizar a grande quantidade de resíduos e do ponto de vista da degradação ambiental, o volume de lixo gerado representa mais do que poluição, representa degradação ambiental, também conhecido por impactos ambientais, os quais resultam em prejuízos à qualidade de vida de todos os seres. (DIAS, 2006).

Todo esse lixo descartado de forma inadequada, com ou sem tratamento, gera enorme impacto ambiental. E esse atinge toda a sociedade contemporânea com a grande quantidade de resíduos gerados nos meios urbanos; com isso a degradação ambiental vem se tornando uma realidade palpável.

A ABRELEPE notificou que dentre as regiões brasileiras o Nordeste encontra-se em segundo lugar quanto à destinação inadequada do lixo sendo que 66% encaminhado para lixões e aterros controlados. No mesmo contexto dessa

região existem 866 lixões, que representam 51% do total de 1.688 lixões espalhados pelo Brasil. (ABRELEPE, 2010).

Por meio das estatísticas acima citadas pode ser percebido que principalmente na região nordeste tem-se uma constatação da má destinação dos resíduos sólidos gerados pela população do meio urbano. Os lixões são os principais meios utilizados para a destinação final dos resíduos juntamente dos aterros controlados.

Na resolução nº 001 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) de 23/01/1986 em seu art. 1º, impacto ambiental é considerado como qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que indiretamente, afetam à saúde, a segurança e o bem-estar da população: as atividades econômicas: a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente e qualidade dos recursos ambientais. (BRASIL, 1986). RELAÇ

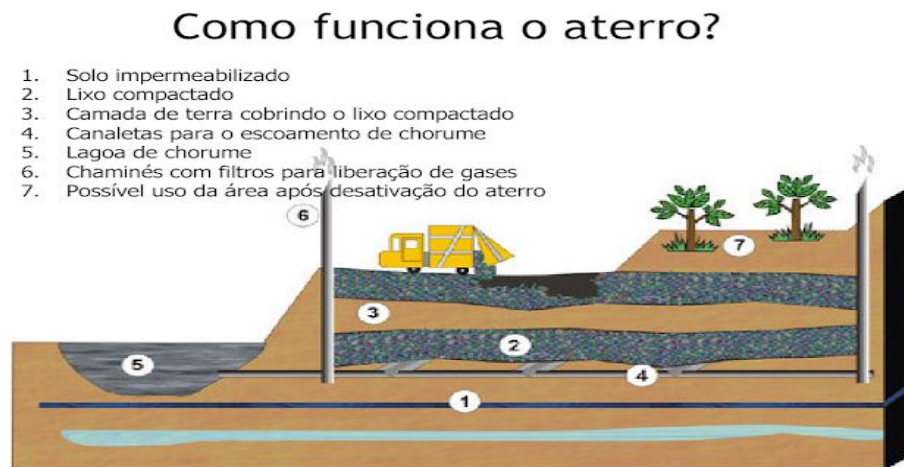
O meio ambiente encontra-se no seu estado natural. A partir da ação do homem explorando aquele espaço para sua sobrevivência e para a geração e riquezas, altera o espaço da natureza. Produzindo assim os impactos que resultam em consequências muitas vezes irreversíveis à natureza.

Os locais seguros e corretos para armazenagem dos dejetos gerados pela população urbana devem ter seu destino correto. Alguns locais mais específicos como: aterro e vazadouros têm essa função de ser o lugar mais propício para o descarte desses materiais.

3.2 Aterramento dos resíduos sólidos urbanos

Entre tantos métodos de tratamento dos resíduos e para a destinação dos lixos produzidos pela sociedade contemporânea é o aterro. Que segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT): “O aterro constitui uma área destinada à disposição ou ao aterramento do lixo sobre o solo para confinamento segura ao ambiente” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004).

Figura 1: funcionamento do aterro



Fonte: (Slideplayer, 2019).

A ambiência do aterro compreende um contínuo risco a comunidade que vive ao seu entorno. Sisino e Moreira (1996) advertem que alguns metais, como cádmio, cromo, manganês e chumbo, podem ser encontrados no líquido percolado (chorume) e em compartimentos ambientais (águas superficiais e subterrâneas, solos), e em níveis acima do que seria considerado normal.

Amplamente utilizada no Brasil e em países desenvolvidos como nos Estados Unidos, o aterro, é a alternativa mais barateada de tratamento do lixo. Aqui no país, duas formas de se organizar o lixo são largamente utilizadas: os aterros sanitários, devido à recente lei de crimes ambientais e ao rigor dos órgãos de fiscalização ambiental, estão sendo elaborados com tecnologias de finalização mais adequada, citando: impermeabilização inferior, drenagens e tratamento de biogás e líquidos percolados, cobertura de lixo e compactação, entre outras demais tecnologias. Em segundo lugar a mais utilizada somente por ser a alternativa com menos custos, é o lixão, ou seja, depósito de lixo a céu aberto, sem impermeabilização, drenagem ou qualquer tipo de cobertura.

No Brasil estudos sobre os gases que são gerados pelos aterros vêm se tornando a cada dia mais frequentes devido ao gás ter seu valor energético como sendo uma alternativa em gerar energia elétrica, conjecturando que sua recuperação trará enorme benefício ao setor elétrico, como também propiciará a

redução das emissões de metano para a atmosfera corroborando com o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). A possibilidade de aproveitamento energético do gás e a redução de emissões, associadas à venda de créditos carbono estariam atingindo as metas estabelecidas pelo Protocolo de Quioto.

O processo de degradação dos resíduos sólidos urbanos em aterro constitui-se de um sistema demorado, por está condicionado à velocidade de degradação dos mais diferentes tipos de resíduos, ou seja, substratos e, por conseguinte, em razão dos metabolismos distintos que se sucedem ou se superpõem. Outros modelos globais de degradação foram desenvolvidos na perspectiva de demonstrar as diferentes etapas que conduzem à estabilização dos diversos tipos de resíduos.

Segundo Ferreira (1999), a demanda por sistemas adequados de tratamento e disposição de resíduos é reveladora da pouca consciência que se tem dos efeitos negativos, no meio ambiente e na saúde humana, que o lançamento indiscriminado dos resíduos pode provocar.

A limitada predisposição das autoridades públicas em utilizar recursos para implantação de sistemas mais eficientes está relacionada ao estigma que se propaganda, na nossa sociedade, ao servido, ao utilizado, ao descartável, cujo valor não fundamenta gastar-se dinheiro com lixo.

O processo de aterramento dos resíduos pode ser concretizado por meio de três formas comumente empregadas, que são elas:

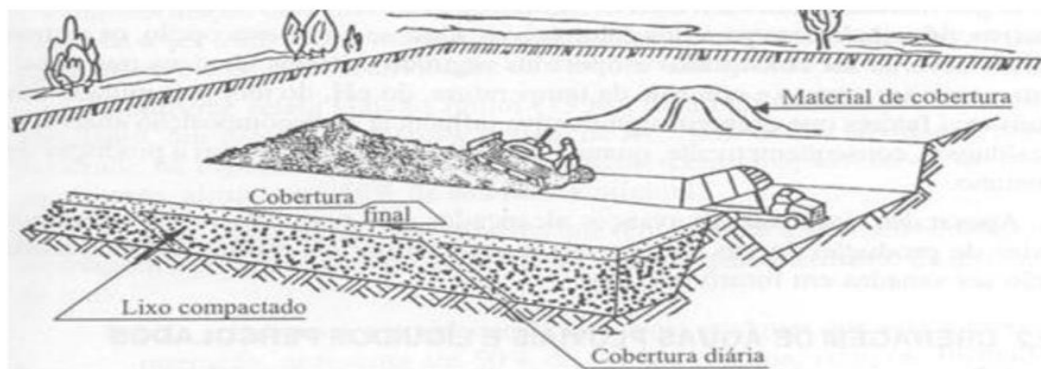
- Método da trincheira ou vala;
- Método da rampa;
- Método da área.

3.2.1 Método da Trincheira

Constitui-se no abrimento de valas, onde o lixo deverá ser disposto, compactado e posteriormente coberto com solo. As valas podem ser de pequena

(operação manual) ou de grandes dimensões (permite-se a entrada de equipamentos de grande porte em seu interior);

Figura 2: método da trincheira ou vala



Fonte: (Slideplayer, 2019).

3.2.2 Método da rampa

Conhecido também como o método da escavação progressiva, é fundamentado na escavação da rampa, onde o lixo é disposto e compactado pelo trator e posteriormente coberto com o solo. Emprega-se geralmente em áreas de meia encosta, onde o solo natural ofereça boas condições para ser escavado e, de preferência, possa ser utilizado como material de cobertura. Este método é o mais utilizado, devido os resíduos serem adensados em taludes com certa inclinação e cobertos por uma camada de argila diariamente. A compactação inclinada feita em sentido ascendente tende a aumentar a densidade dos resíduos favorecendo o processo de decomposição biológica. De certa maneira, a cobertura diária dos resíduos favorece a atividade anaeróbia pelo fato de reduzir a penetração de ar no aterro. Em rampa a compactação em sentido ascendente vem sendo adotada com grande sucesso desde inícios da década de 60, por ser um método que vem favorecendo a decomposição e o acertadamente a atividade microbiana anaeróbia no meio. O adensamento dos resíduos associados as coberturas diárias permitem o surgimento de um ambiente inicial favorecendo a fase de aclimação das bactérias, ou como conhecida "fase lag". Dessarte, a fase de aclimação é

considerada uma fase crítica, observando-se um retardamento no crescimento dos micro-organismos, influenciando o processo de decomposição dos resíduos.

Figura 3: método da rampa

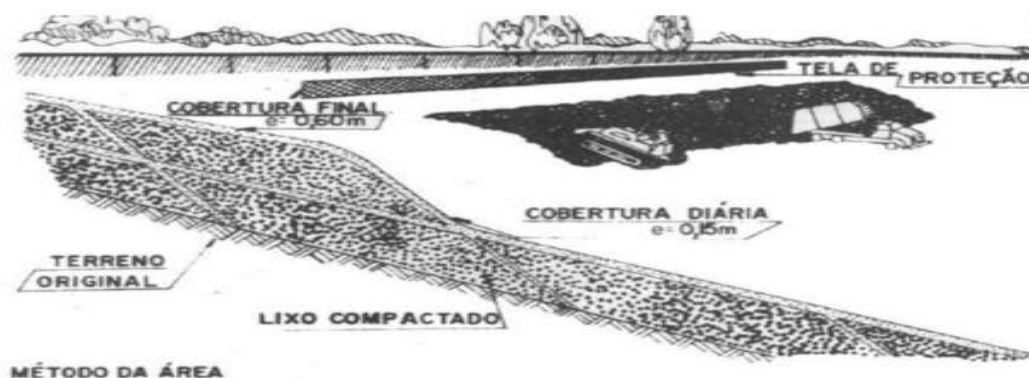


Fonte: (Slideplayer, 2019).

3.2.3 Método de área:

Este método é utilizado na maioria das vezes em locais cuja topografia é plana e o lençol freático é raso (nível bem baixo).

Figura 4: método de área



Fonte: (Slideplayer, 2019).

A escolha por um desses métodos vai depender de certos fatores, como as características físicas e geográficas da área e do volume de lixo a ser disposto.

Comumente os entraves do gerenciamento dos resíduos sólidos, principalmente nos países em desenvolvimento, tornou-se complexo devido à quantidade e diversidade dos resíduos, à explosão das áreas urbanas, a restrição dos recursos financeiros públicos e as limitações tanto de energia quanto de

recursos naturais. Além disso, outro fator que dificulta o gerenciamento dos resíduos reside na quantidade de etapas de processamento destes que são: a geração, o armazenamento, a coleta, o transporte, o tratamento e a disposição final. (SOARES, 2004).

Para o processamento dos resíduos gerados pela comunidade urbana são utilizadas diversas técnicas tendo em vista que o lixo gerado também possui variadas formas e conseqüentemente requer métodos diferenciados para o seu tratamento correto.

3.3 Impactos ambientais e preservação ambiental

Na realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - ECO - 92, uma das questões amplamente discutida e considerada fundamental quanto à preservação do meio ambiente foi a crescente produção de resíduos sólidos em todo o mundo.

Utilizada como instrumento para definir decisões, ações e procedimentos adotados em nível estratégico, a gestão ambiental se faz essencial. De acordo com o Ministério das Cidades, a gestão de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), tornou-se um dos setores do saneamento básicos mais relevantes conjuntamente ao seu manejo adequado fazendo-se presente nos objetivos básicos da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2005).

A produção de resíduos sólidos faz parte do cotidiano da sociedade. Devido a isto, é grande o volume de resíduos principalmente nas áreas urbanas, onde as pessoas têm seu modo de vida baseado na produção e consumo crescente, o que tem preocupado os estudiosos, pois esta produção acaba sendo um aspecto que contribui para problemas de ordem sanitária, oferecendo perigo para a saúde pública, além de ser a responsável direta pela degradação ambiental. (SANTOS, 2007, p.19).

Os trabalhos humanos desencadeiam impactos que põe em risco a biodiversidade, causando o desmatamento, que repercutem nos impactos sobre o solo, sobre as águas, sobre o clima e sobre a atmosfera.

O saber ambiental não é construído pela objetividade da natureza aprendida através de uma ordem econômica preconcebida. É sobretudo a reconstrução do conhecimento a partir de novas visões, potencialidades e valores, guiados por novas significações e sentidos. (LEFF, 2005, p.336).

Os valores econômicos propagados na sociedade contemporânea resultam de valores preconcebidos no meio capitalista e totalitariamente pregados para o enriquecimento. Contrariamente, o saber ambiental se desenvolve a partir de novos valores e ressignificações de consciência.

No contexto dos lixões existe uma série de impactos ambientais, acarretados pela perda da qualidade do meio ambiente, entre eles, referentes: à água, ao ar, e ao solo; também pela produção dos seres que habitam lugares próximos e, notoriamente, impactos na estética do local onde se contextualiza esses espaços.

Uma das alternativas que mais tem sido pautada pela sociedade corresponde ao tratamento e a reciclagem desses resíduos, pois além de dar uma alternativa na disposição deles, também é possível que haja um novo produto. (SANTOS, 2007, p. 17)

Os impactos ambientais acontecem quando são bloqueados os fluxos de um determinado sistema, originando, assim, prejuízos evidentes nos componentes do mencionado agrupamento. No caso dos lixões, por exemplo, o acúmulo de resíduos sólidos poderá gerar substâncias tóxicas que, ao escorrerem para lagos ou rios, poderão causar a mortalidade dos peixes e maleficar todo o ecossistema que o circunda.

Conforme se apresentam, os lixões a céu aberto são caracterizados, em todos os lugares onde perduram, por se denotarem como um depósito de resíduos sólidos de toda a ordem, que coexistem nesses espaços. Trazendo inúmeros desconfortos para os habitantes desses espaços.

Com a finalidade de minimizar os impactos ambientais, faz-se essencial o conhecimento arraigado do funcionamento desse sistema; e o préstimo de medidas de controle, como pode ser citado o caso da efetivação de políticas

públicas que convertam e amenizem a situação desconcertante. Diante desse contexto surge à necessidade e obrigatoriedade pela efetivação de aterros para sanar aqueles impactos.

Para amenizar o impacto da produção de resíduos sólidos, a Agenda 21 - documento elaborado pelas Nações Unidas na Conferência Rio 92 - orienta que deve ser levado em consideração à viabilidade de Reduzir, Reutilizar e Reciclar. O fomento à educação ambiental incita as pessoas a um olhar de sensibilização dos problemas ambientais e da coparticipação individual na segmentação do processo que leva a esses impactos, seja na colaboração em amenizá-los com adoção dos 3 Rs. (SANTOS, 2007, p. 17).

Quando a disposição dos resíduos sólidos se dá de forma inadequada constituem problemas de ordem sanitária, econômica e estética. Assim tem-se uma contrariedade nos ambientes urbanos como a acumulação de lixo em locais inapropriados e prejudica-se a imagem urbana com dejetos inconvenientes ao meio comunitário.

Os resíduos sólidos são materiais heterogêneos, (inertes, minerais e orgânicos) resultantes das atividades humanas e da natureza, os quais podem ser parcialmente utilizados, gerando, entre outros aspectos, proteção à saúde pública e economia de recursos naturais. (FUNASA, 2004, p.227).

A Agenda 21 (1992) propõe como estratégia para a obtenção de um modelo de gerenciamento dos resíduos sólidos compatíveis com a preservação ambiental, quatro programas:

- ✓ minimização de resíduos;
- ✓ maximização da reutilização e da reciclagem de resíduos;
- ✓ promoção de sistemas adequados de tratamento e disposição de resíduos;
- ✓ ampliação da cobertura dos serviços de limpeza urbana.

A proposta da agenda 21 é consistente no tocante que é possível e natural a realização das atividades acima mencionadas. A minimização de resíduos pode ser posta em prática através da adoção de práticas que podem ser adotadas no decorrer do nosso dia a dia optando-se por objetos não descartáveis; a

maximização da reutilização pode ser feita a partir de utensílios reaproveitáveis e com multifuncionalidades. No tocante a promoção de sistemas adequados de tratamento e a ampliação da cobertura dos serviços de limpeza urbana ficam a incumbência dos sistemas públicos.

4 METODOLOGIA

Este estudo se performou de cunho exploratório, uma vez que “estabelece critérios, métodos e técnicas para a sua elaboração, objetivando oferecer informações sobre o objeto de pesquisa e orientar a formulação de hipóteses” (CRUZ; RIBEIRO, 2004, p. 17). Com relação ao nível da pesquisa, visa-se desenvolver e esclarecer conceitos e ideias, tendo em vista que esse nível possibilita a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores (GIL, 2007).

Nesse contexto, pode-se dizer que, dentre os tipos de pesquisas existentes, a pesquisa exploratória é a menos rígida no que tange ao planejamento, já que normalmente envolve levantamento bibliográfico e documental. Desse modo, é desenvolvida com a intenção de dispor uma visão geral sobre um determinado fato (GIL, 2007, p. 43).

O delineamento do estudo se volta à pesquisa bibliográfica, pois proporciona meios para se definir e explorar novas áreas que não foram contempladas ou que apresentam um reduzido nível de publicação. Desse modo, “a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob um novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”. (MARCONI & LAKATOS, 2006, p. 71).

Como instrumento de coleta de dados para a elaboração deste trabalho, efetuou-se, primeiramente, uma pesquisa documental caracterizada pela coleta de informações a partir de fontes primárias, abraçando documentos escritos e não escritos. Esta etapa, por sua vez, se constitui numa preciosa fonte de informações. (MARCONI & LAKATOS, 2006, p. 63).

Dessa forma, os dados serão coletados através de pesquisa de campo, visto que consistem “na observação atenta de um objeto de interesse do pesquisador” e envolvem “técnicas de coleta e apresentação de dados e uma discussão qualitativa dos resultados.” (CRUZ; RIBEIRO, 2004, p. 28).

Seguindo esse raciocínio, os dados foram analisados qualitativamente. Tal abordagem qualitativa possibilita que o pesquisador tenha uma compreensão mais detalhada do objeto a ser estudado. Nesse sentido, a abordagem qualitativa é utilizada quando não se empregam procedimentos estatísticos. O pesquisador tenta descrever, analisar e interpretar os dados de acordo com a complexidade do estudo. Nestes termos, a abordagem qualitativa permite que a pesquisa seja amplificada, não limitada à acumulação de dados e possibilitando inferências significativas acerca do fenômeno investigado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o crescimento exponencial da população, a conseqüente expansão da zona urbana e a crescente ampliação do sistema de produtividade e consumo industrial têm propiciado o agravamento das condições ambientais, sobretudo do cenário urbano contemporâneo. No meio ambiente encontra-se a matéria prima necessária para o abastecimento do consumo desses habitantes da cidade moderna.

No cenário do ambiente urbano, deliberados impactos ambientais como a poluição do solo, da água e do ar, ocupação desordenada e crescimento de favelas nas periferias, edificação de moradias em locais inapropriados ou áreas de preservação tais como encostas, margens de rios e depósito de dejetos ou resíduos sólidos em locais inapropriados precisam ser repensados e novos hábitos estimulados. O apoderamento humano de ambientes urbanos mais saudáveis reivindica de todos os cidadãos a opção de ser agente principal no processo de interação com o meio ambiente.

A população necessita estimular a percepção e se compreender como um indivíduo constituinte da natureza e não como um ser que não faz parte desse

meio. Deste modo a compreensão empreende melhorar as condições ambientais, modificando formas de uso e manutenção do lugar onde se habita, pela tenacidade de hábitos culturais mais condizentes e saudáveis.

Conotando o ecossistema urbano no que evidência aos constituintes ambientais e os impactos negativos - tanto os perceptíveis quanto aqueles que não são fáceis de ser percebidos - variando de acordo com a condição dos atores sociais e é denotada, comumente, por atividades realizadas cotidianamente e pelo ambiente onde habitam os agentes sociais.

O discernimento e o tratamento do lixo são intrinsecamente arraigados às crenças e aos hábitos locais elencados pelos seus habitantes. Que, por conseguinte, determinam o uso no ambiente que, por sua vez, contempla os impactos intensos e gravíssimos para a saúde humana e o ambiente urbano da cidade.

Na conjuntura de poluição pela disposição inadequada de lixo oportunizam impactos ambientais negativos em diferentes ecossistemas do meio urbano e da cidade como as margens e leito dos rios, margens de ruas, estradas e lotes baldios. Representam as práticas locais e as formas de usos incongruentes do ambiente urbano e são estipulados pelos valores culturais, pelas crenças e hábitos da população local.

Em suma, as inadequadas utilizações dos ambientes urbanos nas cidades brasileiras apontam para um comportamento comumente estabelecido e implicam em danos ambientais graves e inconsequentes. Assim todos os indivíduos são agentes importantes na preservação do ambiente e na manutenção do meio urbano saudável e habitável.

REFERÊNCIAS

ABRELEPE. **Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais**. Portal de notícias G1, São Paulo. 26, de abril 2011. Disponível em:

<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/04/sobe-68-producao-de-lixo-no-pais-mas-so-57-tem-destino-adequado.html>. Acesso em: 28 de maio, 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, **NBR10006**: solubilidade de resíduos, procedimentos – classificação. Rio de Janeiro, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, **NBR10004**: resíduos sólidos – classificação. Rio de Janeiro, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Apresentação de projetos de aterros de resíduos sanitários sólidos urbanos**. Procedimento NBR 8419/84. Brasília: ABNT, 2004.

BENSUSAN, Nurit (Org.). **Seria melhorar ladrilhar?** Biodiversidade como, para que, por quê. Brasília: Editora Universidade de Brasília: Instituto Socioambiental, 2002. 252p.

BIDONE, F. R. A.; POVINELLI, J. **Conceitos básicos de resíduos sólidos**. São Carlos: EESC/USP, 1999, p. 120.

BRASIL. CONAMA. **Resolução nº 001/1986**. In: Diário Oficial da União. Distrito Federal, 1986.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Lei nº 9.966/2000**. Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências. Disponível em:

<http://mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegii=366>. Acesso em 02c de fev. 2014.

BROWN, Lester R; FLAVIN, Christopher; FRENCH, Hilary. **Estado do Mundo 2000**. Redatora: Linda Starke. Tradução: Henry Mallet. Salvador: Worlwatch Institute: UMA, 2000. 288p.

CADERONI, Sabetai. **Os bilhões perdidos no lixo**. 4 ed. São Paulo: Humanitas Editora, 2003.

CRUZ, Carla; RIBEIRO, Uirá. **Metodologia científica: teoria e prática**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Axcel books, 2004.

DAVIS, K. A. Urbanização da humanidade. In: **Cidades, a urbanização da humanidade**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

DEMAJOROVIC, J. A evolução dos modelos de gestão de resíduos sólidos e seus instrumentos. In: **Cadernos Fundap** – Fundação de Desenvolvimento Administrativo. Política ambiental e gestão dos recursos naturais, n. 20, São Paulo: Fundap, 1996.

DULLEY, Richard Domingues. Noção de natureza, ambiente, meio ambiente, recursos ambientais e recursos naturais. **Agric**. São Paulo, v. 51, n. 2, p. 15-26, jul./dez. 2004.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio eletrônico século XXI**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. 1 CD-ROM.

FUNASA. **Manual de saneamento**: orientações técnicas. Ministério da saúde – Fundação Nacional de Saúde. Brasília: Assessoria de Comunicação e Educação em Saúde, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GUIDUGLI, O. S. As cidades pressionam o meio ambiente. *In: Diário do Rio Claro*. Rio Claro: 21 de maio de 1995.

LEFF, Henrique. **Ecologia y Capital**. México: Siglo XXI, 1998.

LIMA, L. M. Q. **Lixo, tratamento e biorremediação**. São Paulo: Editora Hemus, 2004.

LIMA, L.M. Q. **Lixo, tratamento e biorremediação**. São Paulo: Editora Hemus, 2004.

LYNCH, K. A cidade como meio ambiente. *In: Davis, Kingsley. Cidades, A urbanização da humanidade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

MACHADO, L. M. C. P. O homem no meio ambiente. **Caderno de filosofia e ciências humanas**. Belo Horizonte: Faculdades Integradas Newton Paiva, ano 31, n. 4, p. 34-39, 1995.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MAZETTO, F. DE A. P. Qualidade de vida, qualidade ambiental e meio ambiente urbano: breve comparação de conceitos. **Sociedade & Natureza**, v. 12, n. 24, 15 dez. 2014.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Programa de modernização do setor de saneamento – PMSS**. Disponível em: www.assemae.org.br/ass_sp_apl.ppt Acesso em 20 de maio de 2019.

MUKAI, Toshio. **Direito ambiental sistematizado**. Imprensa: Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1992.

PINTO, Antonio Carlos Brasil. **Turismo e meio ambiente: aspectos jurídicos**. Campinas. São Paulo: Papirus, 1988. (Coleção Turismo).

SANTOS, Helaine Maria Naves dos. **Educação ambiental por meio da compostagem de resíduos sólidos orgânicos em escolas públicas de Araguari**. Universidade Federal de Uberlândia, UFU, 2007.p.180.

SISINNO, C. L. S.; MOREIRA, J.C.; Avaliação da contaminação e poluição ambiental na área de influência do aterro controlado do Morro do Céu (Niterói, RJ). **Cadernos de Saúde Pública**, v. 12, n. 4, p. 515-523, 1996.

VELLOSO, M.P. Da produção do lixo à transformação do resto. **Ciênc. Saúde Coletiva**, v. 15, n. 4, p. 2.229-2.249, 2010.

PSICOPATIA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O PERFIL CRIMINOLÓGICO

Lurie Amarante Neves³⁵

RESUMO:

A psicopatia é um fenômeno psicológico (não psiquiátrico) que tem implicações importantes para a criminologia. Neste contexto, o artigo apresentado discorre sobre as implicações da psicopatia para a formação do perfil criminológico. Trata-se de uma revisão de literatura realizada a partir de publicações sobre o assunto. Diante da pesquisa realizada, verificou-se que os crimes mais graves, a delinquência precoce, a duração da carreira criminal, a frequência dos crimes, incluindo a figura sombria do crime e a reincidência, estão intrinsecamente ligados à psicopatia. O crime e a reincidência estão intrinsecamente ligados à psicopatia, uma vez que seres humanos com este tipo de personalidade tendem a serem envolvidos em praticamente todas as formas de infração penal, especialmente os delitos mais violentos. Sua impetuosidade é instrumental e predatória, não psicopatológica como os indivíduos com doença mental. Os psicopatas são indivíduos que não possuem capacidade de se ressocializar, visto que não se trata de uma doença na qual pode ser curada ou tratada com remédios, pois, a psicopatia é em si é intratável. Possuem tendência a alta agressividade e amoralidade que são, entre outros, influenciados por fatores socioculturais. Precisamos de abordagens estratégicas na área de resposta do Estado, desde a prevenção até o fator máximo como tratamento diferenciado e específico para criminosos psicopatas, para garantir a redução do crime psicopático, e impossibilitar que estes voltem a conviver em sociedade, reduzindo assim, em quantidade significativa novos delitos e suas reincidências.

Palavras-chave: Psicopatia. Criminalidade. Ressocialização.

ABSTRACT

Psychopathy is a psychological (non-psychiatric) phenomenon that has important implications for criminology. In this context, the presented article discusses the implications of psychopathy for the formation of the criminological profile. This is a literature review based on publications on the subject. Based on the research carried out, it was found that the most serious crimes, early delinquency, the length of the criminal career, the frequency of crimes, including the shadowy figure of the crime and recidivism, are intrinsically linked to psychopathy. Crime and recidivism are intrinsically linked to psychopathy, since human beings with this personality type tend to be involved in practically all forms of criminal offences, especially the most violent offences. Their impetuosity is instrumental and predatory, not psychopathological like individuals with mental illness. Psychopaths are individuals who do not have

³⁵ Bacharel em Direito pela Universidade de Cuiabá - UNIC. E-mail: lurieamarante@hotmail.com.

the ability to resocialize, as it is not a disease that can be cured or treated with medication, as psychopathy is in itself intractable. They have a tendency to high aggressiveness and amorality, which are, among others, influenced by sociocultural factors. We need strategic approaches in the State's response area, from prevention to the maximum factor as differentiated and specific treatment for psychopathic criminals, to ensure the reduction of psychopathic crime, and make it impossible for them to return to live in society, thus reducing in quantity significant new offenses and their recurrences.

Keywords: Psychopathy. Crime. Resocialization.

1. INTRODUÇÃO

A psicopatia representa um estilo de personalidade heterogêneo que pode variar consideravelmente na apresentação dos sintomas. A psicopatia trata-se de uma particularidade, na medida em que afeta não apenas o indivíduo com o diagnóstico, mas também coloca outros cidadãos em risco de dano físico, moral e emocional.

Um número substancial de indivíduos afetados experimenta o uso de substâncias comórbidas e outros tipos de tratamentos em relação a este déficit na personalidade e geralmente tendem a ter uma resposta fraca ou nenhum tipo de reação as intervenções. O conjunto de sintomas psicológicos e a má resposta ao tratamento, associados a traços psicopáticos, tornam compreensíveis os aspectos subjacentes que contribuem para esse fenótipo, um grave problema de saúde pública.

Apesar de seu passado controverso, a psicopatia se emergiu como um dos mais importantes construtos clínicos nos sistemas de justiça criminal e saúde mental, razão para o aumento do interesse teórico e aplicado na desordem está o desenvolvimento e adoção generalizada de métodos confiáveis e válidos para a sua mensuração.

Os psicopatas são intratáveis e mal na aprendizagem aversiva, mas devido às máscaras de não criminalidade e socialização, são difíceis de identificar. Eles têm uma constelação de propriedades malignas (como alta agressividade e amoralidade) que são, entre outros, influenciados por fatores

socioculturais. Precisamos de abordagens estratégicas na área de resposta do estado e prevenção do crime, que irá garantir a redução do crime psicopático, mas também a criação do contexto social no qual a expressão de traços psicopáticos e estilo de vida predatório é inútil e insustentável.

2. TRANSTORNO DE PERSONALIDADE ANTISSOCIAL - TAPS

2.1. Conceito

Transtorno de personalidade antissocial é caracterizado por um padrão de desrespeito e violação dos direitos dos outros. O diagnóstico de transtorno de personalidade antissocial não é dado a indivíduos com idade inferior a 18 anos, mas é dado apenas se houver um histórico de alguns sintomas de transtorno de conduta antes dos 15 anos (SOUZA, 2011).

Os sintomas do transtorno de personalidade antissocial podem variar em gravidade. Os padrões de comportamento mais notórios, prejudiciais ou perigosos são chamados de sociopatas ou psicopatas. Tendo havido muito debate sobre a distinção entre essas descrições. A sociopatia é principalmente caracterizada como algo gravemente errado com a própria consciência; a psicopatia é caracterizada como uma completa falta de consciência em relação aos outros. Alguns profissionais descrevem pessoas com esta constelação de sintomas como "pedra fria" para os direitos dos outros. As complicações desse distúrbio incluem aprisionamento, abuso de drogas e alcoolismo (SOARES, 2010).

As pessoas com essa doença podem parecer encantadoras na superfície, mas provavelmente são irritadiças, agressivas e irresponsáveis. Eles podem ter inúmeras queixas somáticas e talvez tentar o suicídio. Devido às suas tendências manipuladoras, é difícil dizer se estão mentindo ou dizendo a verdade (SOARES, 2010).

Transtorno de personalidade antissocial é muito mais comum em homens do que em mulheres. A maior prevalência de transtorno de personalidade antissocial é encontrada entre os homens que abusam de álcool ou drogas ou que estão em prisões ou outros locais forenses.

2.2. Diagnóstico

Para avaliar uma pessoa um profissional de saúde mental fará uma série de perguntas sobre seus sintomas para determinar se eles atendem aos critérios. Eles perguntarão quão severos são os sintomas, com que frequência ocorre e por quanto tempo eles existem. Eles também podem dar aos questionários preenchidos para ver se a pessoa atende aos critérios para outros transtornos mentais, comportamentais, de personalidade ou de desenvolvimento (CONSOLI, 2017).

Nenhum exame físico, como um exame de sangue ou exames de imagem, pode ser usado para diagnosticar transtorno de personalidade antissocial. Alguns pesquisadores usaram imagens cerebrais para descobrir maneiras pelas quais os cérebros de pessoas com diagnóstico de transtorno de personalidade antissocial diferem de pessoas sem transtornos mentais ou de personalidade, mas atualmente não há como usar um exame do cérebro de uma pessoa para determinar se a condição (GRAEFF, VAZ, 2006).

Um diagnóstico de transtorno de personalidade antissocial também requer que um psiquiatra ou psicólogo descarte outras condições que possam mostrar sintomas superpostos, incluindo transtorno bipolar, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) e transtornos relacionados à esquizofrenia. Como muitas condições, o transtorno de personalidade antissocial ocorre ao longo de um espectro. Não é "presente" ou "ausente", mas uma pessoa pode ter sintomas mais ou menos graves (GRAEFF, VAZ, 2006).

A Associação Americana de Psiquiatria, que publica o DSM, não usa a palavra "sociopata" para descrever pessoas com transtorno de personalidade

antissocial, embora os traços associados ao transtorno de personalidade antissocial se sobreponham ao conceito popular do que é um sociopata (GRAEFF, VAZ, 2006).

Em relação à idade, uma pessoa que apresenta características de transtorno de personalidade antissocial antes dos 18 anos deve ser diagnosticada com transtorno de conduta. Uma criança ou adolescente com distúrbio de conduta tem problemas emocionais e comportamentais, incluindo comportamento desafiador e impulsivo e disposição para violar regras e leis (MITJAVILA, MATHES, 2012).

Um médico especialista pode diagnosticar uma pessoa com transtorno de personalidade antissocial, mesmo que não tenha recebido um diagnóstico oficial de transtorno de conduta, desde que seu comportamento antes dos 15 anos preencha os critérios para o transtorno de conduta.

Os profissionais de saúde mental também devem ter certeza de que o distúrbio de conduta não é um diagnóstico errado de outra condição mental ou de desenvolvimento. Uma criança com TDAH, por exemplo, pode ser diagnosticada erroneamente como portadora de transtorno de conduta. Os mesmos sintomas que levam a um diagnóstico de transtorno de conduta também podem ser sintomas precoces de transtorno bipolar, esquizofrenia ou transtorno depressivo maior (MITJAVILA, MATHES, 2012).

2.3. Diagnóstico baseado nos critérios do DSM-5

Os critérios para o transtorno de personalidade antissocial no DSM-5, a edição mais recente, são mais complexos e diferenciados. Também elimina a exigência de evidência de transtorno de conduta antes dos 15 anos. O DSM-5 define uma pessoa com transtorno de personalidade antissocial como alguém com pelo menos 18 anos de idade que atende a outros cinco critérios:

1. Mau Funcionamento Individual e Interpessoal: A pessoa deve ter problemas em como ela funciona como indivíduo e como interage com outras pessoas. Para mostrar o mau funcionamento como indivíduo, eles podem ser egocêntricos e basear sua autoestima no ganho pessoal, poder ou prazer. Ou eles estabelecem metas com base em quão bom eles se sentirão sem considerar seu impacto sobre os outros. Eles não têm motivação interna para seguir regras sociais, leis ou ética cultural (RAINE, 2015).

Uma pessoa preenche os critérios de mau funcionamento interpessoal, demonstrando falta de empatia ou falta de intimidade com os outros. Eles demonstram uma falta de empatia por não mostrarem preocupação com os sentimentos, necessidades ou sofrimentos dos outros, e eles não têm remorsos depois de ferirem outra pessoa (SANTOS, 2012).

Ou seu déficit de intimidade os torna incapazes de desenvolver relacionamentos íntimos com os outros. Em vez disso, eles manipulam, exploram ou controlam os outros para ganho pessoal mentindo, intimidando os outros e forçando os outros a fazer o que eles querem.

2. Antagonismo e Desinibição: para atender ao segundo critério, uma pessoa deve ter dois traços de personalidade específicos: antagonismo e desinibição. Eles demonstram antagonismo sendo manipuladores, enganosos, insensíveis e hostis em relação aos outros. Sua manipulação pode envolver o uso de seu charme ou perspicácia para seduzir ou controlar os outros para atingir algum objetivo para si mesmo.

O engano aparece em mentiras frequentes para os outros ou exagero sobre si mesmos. Eles podem inventar coisas quando contam uma história supostamente verdadeira, por exemplo.

A insensibilidade refere-se a não demonstrar preocupação com os sentimentos ou problemas dos outros e não sentir culpa ou remorso se suas ações

prejudicarem alguém. Eles podem ser agressivos ou até mesmo sádicos, tendo prazer na dor de outras pessoas (RAINE, 2015).

A hostilidade refere-se a estar frequentemente zangado ou irritado e buscando vingança até mesmo por pequenos insultos ou danos acidentais de outros.

Uma pessoa com transtorno de personalidade antissocial demonstra desinibição por irresponsabilidade, impulsividade e risco. Eles podem quebrar promessas ou deixar de cumprir obrigações financeiras, de emprego, pessoais ou sociais, e não sentem remorso por essas ações.

Eles agem espontaneamente sem pensar ou se importar com as possíveis consequências de suas ações ou sem um plano para lidar com essas consequências.

Eles se envolvem em atividades perigosas que podem prejudicar a si mesmos ou aos outros, mas sem se preocupar com as possíveis consequências. Eles podem fazê-lo por tédio, para provar que são capazes de fazer algo especialmente arriscado, ou porque estão negando suas limitações (CONSOLI, 2017).

Além dos dois critérios acima, uma pessoa deve atender a todos os três critérios a seguir para receber um diagnóstico de transtorno de personalidade antissocial:

3. Comportamento consistente ao longo do tempo e situações: seus problemas com o funcionamento pessoal e interpessoal descritos acima ocorreram durante toda a vida em todas as situações. Seus problemas não desaparecem por certos períodos ou em certas situações (RAINE, 2015).

4. Nenhuma outra explicação psicológica, social ou cultural: seus problemas de personalidade e dificuldades nas relações interpessoais não são explicados de outra maneira por seu estágio de desenvolvimento psicológico ou

por seu ambiente social ou cultural. Se fosse normal que eles apresentassem esses problemas ou características com base em seu desenvolvimento mental ou na situação social ou cultural em que vivem, eles não cumpririam esse requisito (RAINE, 2015).

5. Comportamento Não Causado por Abuso de Substâncias ou Desordem Médica: seus problemas não são resultado de efeitos físicos de drogas, álcool ou outra substância, e não são resultados de outra condição médica, como traumatismo craniano ou outro transtorno mental.

2.4. Psicopatia e suas implicações para o perfil criminológico

Como é sério o problema da psicopatia no crime, aprendemos com Hans Eysenck (1977) que disse que a psicopatia apresenta “o enigma da delinquência de forma particularmente pura, e se pudéssemos resolver este enigma em relação à psicopatia, poderíamos ter uma arma muito poderosa para usar no problema da inadimplência em geral”. Não é surpresa que, nas últimas décadas, muitas pesquisas, sociopsicológicas em particular, tenham se dedicado à relação entre psicopatia e crime.

É no núcleo do crime, e que se faz necessário focar em soluções estratégicas nesta área, tendo em vista que, do ponto de vista do direito penal, a psicopatia ainda é um enigma (RADULOVIC, 2006).

As evidências que apoiam esta afirmação são abundantes e aqui apenas algumas das serão apresentados indicadores de sua importância para a redução da criminalidade. O papel da psicopatia no crime é analisado em relação a todos os parâmetros criminológicos relevantes como: intensidade do crime, duração da carreira criminosa, incidência em instituição penal, criminal versátil, crimes violentos e reincidência. Além disso, existem questões importantes envolvidas, são elas: delinquência juvenil precoce como indicador de psicopatia, déficit de aprendizagem aversiva de infratores psicopatas, insatisfatórios efeitos da ressocialização, falha de tratamentos especializados e dificuldades de

identificação de psicopatas na população criminoso e não criminoso e, por último, características psicológicas de psicopatas relevantes para o crime.

A maioria das infrações criminais é cometida por psicopatas, mesmo quando os encontramos em porcentagem relativamente baixa em algumas amostras. Eles cometem todos os tipos de crimes em uma escala muito maior, incluindo os atos que não constituem violência física (fraude, falsificação, crimes contra a propriedade e crime econômico) e atos de violência em particular.

Muitos relatórios indicam que os psicopatas são condenados dois a três vezes mais frequentemente para todas as infrações criminais do que os não psicopatas e até quatro vezes mais para atos de violência criminoso. Essa é a melhor prova de quão intenso é seu comportamento criminoso, embora seja real, atividades ilegais são provavelmente ainda mais intensas, uma vez que muitas de suas ações permanecem não detectadas. É considerada que eles são responsáveis pela maior parte das figuras escuras de crime.

A carreira criminoso de um delinqüente psicopata é muito mais longa do que a de criminosos não psicopatas, porque os primeiros começam sua carreira muito cedo em vida, provavelmente antes dos 15 anos, geralmente por volta dos 10 anos, e essa carreira dura ao longo de suas vidas.

Isso vale para todos os tipos de atos criminosos, embora nos últimos anos (após os quarenta) prisões de psicopatas envolvidos na ocultação de crimes são menos frequentes (e são reduzido a captura de não psicopatas), apenas por crimes violentos, e não por crime contra a propriedade. Porque suas atividades criminosas são permanentes e persistentes, o sistema penal, de fato, não deixa de lidar com eles para, enquanto eles viverem. Ao mesmo tempo, a sociedade sofre enormes danos materiais e sociais. No entanto, eles sabem muito bem que estão fazendo ilegalmente (em oposição à psicose mental doente que são incapazes de compreender as regras e consequências), os psicopatas mostram uma espantosa falta de preocupação com os efeitos devastadores que suas ações têm sobre os outros; eles não se importam com a dor e a destruição que causam; e com total

ausência de culpado, eles continuam a ser o corretor governante (ESTEVEES, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades criminosas dos psicopatas, ao contrário das dos criminosos não psicopatas, são incomparavelmente diversas. Psicopatas não se especializam em um determinado tipo de crime, mas eles cometem todos os tipos de crimes e também, sem falta, atos de violência (85-90% de todos os casos).

Mesmo que eles prefiram tipos específicos de crime, por exemplo assassinato em série, suas carreiras criminais mostram seu envolvimento em todos os tipos de atividades criminosas, registradas ou não oficialmente. A tenacidade, a flexibilidade e um alto grau de potencial criminoso dos psicopatas se refletem no próprio fato de que suas atividades criminosas são muito extensas e realmente incluem todas as formas de crime, tanto clássicos como novos.

Estes incluem pequenos furtos, infrações de trânsito, engano, falsificação, introdução falsa, violência familiar, sequestro, extorsão, corrupção, roubo de carro, roubo, banditismo, roubo, assassinato, escravidão branca, tráfico de órgãos humanos, fraude de computador, tráfico de entorpecentes, vários tipos de crimes sexuais, marketing de produtos prejudiciais à saúde humana, terrorismo, espionagem, homicídio e sedução ao suicídio dentro de seitas, crime comercial, fabricação e disseminação associações criminosas em todo o mundo, numerosas variedades de atividades criminosas do crime organizado, etc. Os psicopatas são muito orgulhosos de sua enorme versatilidade criminosa, assim como do enorme número sombrio de crimes que são capazes de gerar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GRAEFF, Rodrigo Linck and VAZ, Cícero E.. Personalidade de crianças com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) por meio do Rorschach. *Psic.: Teor. e Pesq.* [online]. 2006, vol.22, n.3, pp.269-276. ISSN 0102-3772. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722006000300003>. Acessado em jul. 2021.

ESTEVES, G. G. L. Comportamento antissocial: uma avaliação a partir da agressividade, personalidade e psicopatia / germano Gabriel Lima Esteves. - Maceió, 2014. 153 f.: il. Disponível em <http://www.ufal.edu.br/unidadeacademica/ip/pos-graduacao/mestrado-em-psicologia/dissertacoes/2014/germano-gabriel-lima-esteves-comportamento-antissocial-uma-avaliacao-a-partir-da-agressividade-personalidade-e-psicopatia> - Acesso em jul. 2021.

MITJAVILA, M. R. MATHES, P. G. Transtorno de personalidade antissocial: análise da trajetória recente do conceito na psiquiatria. 2012. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em https://www.13snhct.sbhct.org.br/resources/anais/10/1345058700_ARQUIVO_TrabalhoCompletoMitjavilaeMathes13SBHCversaoparaenviar.pdf - Acessado em jul. 2021.

NEVES, A. C. Da avaliação à prevenção da reincidência em comportamentos criminais e violentos: o contributo da Psicologia Forense. Congresso FIAP/OPP Lisboa, 13 de setembro de 2014. Disponível em https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/8339/1/Comunicacao01_ProfCNeves.pdf - acesso em jul. 2021.

RADULOVIĆ, D. Psihologija kriminalna - psihopatija i prestupništvo. Beograd: Fakultet za specijalnu edukaciju i rehabilitaciju, Institut za kriminološka i sociološka istraživanja, 2006.

RAINE, A. A anatomia da violência: as raízes biológicas da criminalidade. Tradução: Maiza Ritomy Ite; Revisão técnica: Ney Fayet Júnior; Pedro Antônio Schmidt do Prado-Lima. Porto Alegre: Artmed, 2015.

SANTOS, S. C. P. Psicopatia e comportamento criminoso: uma revisão de literatura. (Dissertação). 2014. Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar da Universidade do Porto.

SARGIN, A. E. ÖZDEL, Kadir. TÜRKÇAPAR, M. H. Cognitive-Behavioral Theory and Treatment of Antisocial Personality Disorder. Cognitive-Behavioral Theory and Treatment of Antisocial Personality Disorder. 2017. Disponível em <http://dx.doi.org/10.5772/intechopen.68986> - Acesso em jul. 2021.